

Agosto 2008

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

Genérico

Redacção Kâmia Madeira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 redução da pobreza e economia 2

- 1.1 PNUD recomenda maior envolvimento do sector privado no combate à pobreza2
- 1.2 Programa de desenvolvimento rural destina-se a beneficiar um milhão de pessoas necessitadas.....2
- 1.3 Créditos bancários crescem 83% em 20073
- 1.4 Crescimento do PIB per capita mais que duplicou em Angola.....3
- 1.5 Infra-estruturas dificultam desenvolvimento4
- 1.6 Relatório sobre desenvolvimento humano está desactualizado5
- 1.7 IDH melhora e pobreza sobe.....6
- 1.8 Desempregados continuam a aguardar por dias melhores.....6
- 1.9 Investimento em fundo de pensões contribui para crescimento da economia.....7
- 1.10 Mercado ganha marcas de produtos alimentares.....8

2 mercado informal e microfinanças 9

- 2.1 “Quem lava carros não rouba”9
- 2.2 Um negócio com os dias contados9
- 2.3 Venda porta aporta ganha espaço no Huambo 10
- 2.4 Serviços de aluguer de viaturas registam baixa procura no informal..... 11
- 2.5 Manicures Ambulantes 11
- 2.6 Táxi sob duas rodas emprega jovens..... 12
- 2.7 Cambistas de rua com os dias contados..... 14
- 2.8 A informalização da economia angolana 15
- 2.9 Em Luanda, chineses entram na zunga..... 17
- 2.10 Vendedores de ambulantes de mobílias concorrem com as empresas do ramo 17
- 2.11 Micro-crédito “Amigo” chega a todo o país 18
- 2.12 Mulheres recebem micro-crédito 18
- 2.13 Bancos e micro créditos 19

3 governação e descentralização 20

- 3.1 Poder tradicional e a democracia em Angola 20
- 3.2 Os bairros 21
- 3.3 «Políticos preocupam-se mais com ascensão ao poder que falar dos objectivos do milénio»22
- 3.4 Governador de Cabinda homenageia soba Ndjimbi Nkonko em cerimónia tradicional 22

4 Eleições e Educação Cívica 24

- 4.1 Chefe de observadores eleitorais europeus chega terça-feira..... 24
- 4.2 Mulheres estão bem mais preparadas para votar do que nas eleições de 1992..... 24
- 4.3 Campanha eleitoral arranca amanhã..... 25
- 4.4 Muitos angolanos (ainda) associam eleições ao trauma da guerra..... 26
- 4.5 Religiosos apelam a contenção verbal durante a campanha eleitoral 26
- 4.6 Observadores eleitorais nacionais dão mais credibilidade ao processo..... 27
- 4.7 Processo deve ser transparente para afastar suspeição prévia e posterior de fraude 27
- 4.8 Civismo 29
- 4.9 Terminou a primeira fase do processo eleitoral..... 29

5 Educação, Juventude e Criança 31

- 5.1 Governo continua a expandir o ensino superior pelo país 31
- 5.2 Sistema de ensino (ainda) não satisfaz..... 31
- 5.3 ADPP forma 73 professores 32
- 5.4 Aumentam vagas no secundário 32
- 5.5 Programa de aceleração Escolar abrange mais de 500 mil pessoas..... 32

5.6 Colégios enganam encarregados de educação.....	33
5.7 Lançado material didáctico para o combate ao analfabetismo	34
6 terra, habitação e urbanização	35
6.1 O Zango que salvou cidadãos	35
6.2 Promoção da mulher rural passa por políticas de apoio.....	36
6.3 Empresa mineira expropria terra de autóctones pior que os colonos.....	37
6.4 Lotes do Prenda serão requalificados.....	38
6.5 Camponeses do bairro Sapú clamam por indemnização.....	38
6.6 Lotes do Prenda serão demolidos.....	39
6.7 Conflitos de terras no Bitá	39
6.8 AN ordena desalojamento de populares.....	40
6.9 Moradores ainda não foram transferidos do edifício que ruiu	40
6.10 Lusa Bascolinveste ataca imobiliária.....	41
6.11 Programa de fomento habitacional é intensificado em todo o país.....	42
6.12 População clama por habitação dignas	42
6.13 Coreia uma vida de indigência.....	43
6.14 As habitações para jovens	45
7 serviços básicos.....	45
7.1 Banco Mundial reforça ao sector de água.....	46
7.2 Projecto “água para todos” chega a comuna do Balombo.....	46
7.3 Habitantes da Kilunda já têm água potável	46
7.4 Calussinga ganha sistema de abastecimento de água.....	47
7.5 Obras de fundo mudam rosto do Cazenga	47
7.6 Passeata sensibiliza munícipes a depositarem lixo em locais indicados	48
7.7 GPL.....	48
7.8 As populações do mundo rural têm acesso à água potável até 2012.....	48
7.9 Água potável chega a Lumbala Nguimbo.....	49
8 Paz e Reconciliação	50
8.1 Administrador apela à denúncia da posse ilegal de armas de fogo	50
8.2 Paz sobre o choro das crianças	51
8.3 Ministro apela aos partidos e igrejas para mobilizarem cidadãos.....	52
8.4 Recomendada revalidação de acordos sobre repatriamento de angolanos.....	52

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 PNUD recomenda maior envolvimento do sector privado no combate à pobreza

Jornal de Angola 1-08- 2008

O administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Kemal Dervis, afirma que o sector privado é um enorme recurso por explorar em termos de investimentos e inovação com vista à inserção dos pobres nos mercados e ao alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A opinião vem expressa no preâmbulo do Relatório Anual do PNUD, referente a 2007, apresentado terça-feira, 29, em Luanda.

O documento resulta de uma investigação baseada em 50 casos, textos e análises de uma rede de académicos de países em desenvolvimento e de um grupo consultivo constituído por instituições com conhecimentos especializados no papel do sector privado no processo de desenvolvimento dos países.

Para o administrador do PNUD, a Iniciativa para o Desenvolvimento de Mercados Inclusivos, lançados em 2006, é exemplo disso.

O relatório revela os esforços que o PNUD tem feito para transformar as ideias e análises da referida iniciativa em acções concretas através de um maior diálogo entre o sector privado, o Governo e a sociedade civil.

"O presente relatório fala sobre o que o sector privado pode fazer para incluir os pobres nas actividades empresariais, enquanto consumidores, empregados ou produtores. Portanto, a possibilidade de os pobres beneficiarem das actividades do mercado está na sua capacidade para participarem nos mesmos e tirarem partido das oportunidades que apresentam", referiu Kemal Dervis.

Segundo o relatório, o sector privado pode aliviar a pobreza e contribuir para o desenvolvimento humano de muitas formas. Uma dessas formas é o Governo apostar no desenvolvimento do sector privado, sobretudo naqueles aspectos que promovem o bem-estar e crescimento dos pobres, nomeadamente o fornecimento de bens e serviços susceptíveis de gerarem maiores rendimentos e trabalhos dignos aos pobres.

No entanto, refere o relatório, a eficácia do sector privado em promover o desenvolvimento depende da

força do Estado e da qualidade das instituições políticas, sociais e económicas.

O relatório sugere também que os Governos devem libertar o poder das empresas, melhorando as condições de mercados nos locais onde vivem os pobres e removendo as barreiras à sua participação económica.

"Deste modo, os modelos que incluem os pobres requerem um apoio alargado e oferecem benefícios para todos", rematou Kemal Dervis.

1.2 Programa de desenvolvimento rural destina-se a beneficiar um milhão de pessoas necessitadas

Jornal de Angola 1-08-2008

Um Programa Nacional de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza, orçado em 150 milhões de dólares, está em curso no país, numa iniciativa que prevê beneficiar um milhão e 100 mil pessoas.

Em entrevista ao "Economia & Finanças", a vice-ministra da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MINADER), Filomena Delgado, revelou que o programa, aprovado em Março e com o seu término previsto para Dezembro próximo, prevê a construção de aldeias rurais em várias localidades do país, numa primeira fase nas províncias de Luanda, Bengo, Huambo, Malange e Uíje.

Neste quadro, serão inauguradas, em finais de Agosto, as primeiras 100 residências do projecto "Aldeia Rural de Kaxicane", entre Catete e Cabala, no município de Icolo e Bengo, província do Bengo.

Segundo Filomena Delgado, este programa vai, por um lado, permitir fixar as populações que vivem em zonas ameaçadas pelas inundações, assim como permitirá albergar as populações oriundas dos países vizinhos.

Por outro lado, acrescentou, pretende-se com este programa efectuar um inventário de terras fundiárias, proceder ao ordenamento rural, organizar o comércio rural, o artesanato e a produção agrícola local com vista ao combate à pobreza e fome.

"O objectivo deste programa integrado é melhorar as condições de vida das famílias e das comunidades existentes no meio rural, elevando os padrões básicos de vida das mesmas, sobretudo a nível dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável e a nível do desenvolvimento humano, assim como da harmonização do direito costumeiro com o direito positivo", afirmou.

De acordo com o responsável, o Ministério está também a identificar as oportunidades de negócios agro-industriais nas zonas rurais com vista a atrair mais investimentos do sector privado e ampliar as

possibilidades de criação de emprego.

1.3 Créditos bancários crescem 83% em 2007

Agora 2-08-2008

Num estudo divulgado pela Deloitte, empresa internacional de consultoria e auditoria, em parceria com a Associação dos Bancos Comerciais (Abane), dos 17 bancos comerciais que operam no país, 16 concederam quinhentos e dois biliões de kwanzas em crédito em 2007, registando um crescimento de 83 % face ao ano anterior.

O documento revela algumas alterações importantes nos "rankings" dos bancos em termos de dimensão e de rentabilidade e demonstra o impacto da entrada em funcionamento dos novos operadores, nomeadamente Banco de

Desenvolvimento Angolano (BDA), Banco Privado Atlântico (BPA) e Banco de Negócios Internacional (BNI).

A favorável conjuntura económica e, em grande escala, a valorização da moeda nacional e os investimentos bancários foram as principais razões para a subida dos resultados positivos, segundo o estudo que indica o Banco de Fomento Angola (BFA) como sendo a instituição com maior nível de crédito concedido, com 21,9 %, seguido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC), 19,8%, Banco Internacional de Crédito (BIC), 18,3%, Banco Espírito Santo (Besa) 12,6%, e o Banco Africano de Investimento (BAI) com 12,5 %, constituindo os cinco bancos com maiores somas concedidas por empréstimo.

Os cinco maiores bancos continuam a representar 85,1% do mercado, um valor ligeiramente abaixo do ano anterior, que foi de 86,9%, salientando a subida do Banco de Negócios Internacional (BNI) – que num ano obteve, 2,7% de quota de mercado, do Millennium Angola e do Sol e a descida dos remanescentes, com destaque para o Banco de Comércio e Indústria (BCI), um percentual e passou da sexta posição para o nono lugar.

A eficiência de transformar depósitos em créditos continua a pertencer ao BIC, enquanto o BFA subiu a capacidade empresarial em termos de concessão de créditos e segue as pegadas do banco de Fernando Teles e Isabel dos Santos.

Recusando os dados do relatório da "Banca em Análise-Angola 2008", divulgados em Luanda pela Deloitte, nesta quarta-feira 30, Fernando Teles disse que os fundos próprios do BIC estão avaliados em 217 milhões de dólares norte americanos.

Segundo o gestor, os depósitos naquele banco estão estimados em três biliões e 50 milhões de dólares, o crédito aprovado está avaliado em dois biliões e 200 milhões de dólares, enquanto o utilizado está calculado

em um bilião e 760 milhões de dólares.

O BIC, cuja actividade inicial: em Maio de 2005, dispõe actualmente de 95 agências em todo o país, conta com mil e 50 trabalhadores e mais de 300 mil clientes números que poderão subir até final de ano, visto que foi o banco mais rentável do mercado angolano, com uma quota de 71%, 10,5 % abaixo da performance atingido em 2006. Entre os cinco líderes apenas o Banco de Poupança (Crédito) (BPC) não melhorou o seu rácio de transformação, aponta o estudo.

1.4 Crescimento do PIB per capita mais que duplicou em Angola

Jornal de Angola 9-08-Agosto

O Produto Interno Bruto Per Capita de Angola passou de 1.500 dólares, em 2002, para 3.500 dólares, em 2007, o que representa mais do que o dobro. A informação foi prestada pelo director do Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças, Manuel da Costa, que ressalta os progressos da economia nos últimos cinco anos.

No tocante à proporção PIE/desenvolvimento humano, esclareceu que, em 2002, havia um desfazamento de 38 posições, mas, em 2005, fruto dos investimentos que o Governo canalizou para o sector social, Angola melhorou cinco posições no ranking de desenvolvimento humano da ONU.

Entre 2004 e 2007, a economia nacional acumulou um crescimento de 92,4 por cento em termos reais. Num horizonte de apenas quatro anos, a economia quase duplicou o valor do seu Produto Interno Bruto (PIE), tendo uma taxa média anual de variação real de aproximadamente 17,8 por cento.

Só em 2007, a economia angolana absorveu 24,6 mil milhões de dólares em investimentos públicos e privados, o que representa aproximadamente o triplo do ano anterior, em que o mercado recebeu 8,6 mil milhões de dólares.

Deste montante, o Governo investiu 7,4 mil milhões, contra os 5,8 mil milhões do ano anterior, enquanto o sector privado empregou 17,2 mil milhões contra 1,2 mil milhões de dólares de 2006.

Em consequência desse boom, o stock de empregos no país atingiu os 5 milhões e 400 mil, sendo o sector agrícola, com 4 milhões e 815 mil, o que mais empregos criou.

O Índice de Desenvolvimento Humano de Angola passou de 0,381, em 2002, para 0,446 em 2005, fruto da execução, pelo Governo, do programa de investimentos públicos nos sectores da educação e saúde, disse, quinta-feira, em Luanda, o director do Gabinete de Estudos do Ministério das Finanças, Manuel da Costa. "Embora reconheça serem ainda baixos os indicadores,

assiste-se hoje uma melhoria do índice de desenvolvimento humano no país, porquanto Angola melhorou quatro posições de 2002 a 2005", esclareceu o técnico das Finanças, para quem, de 2006 à presente data, este rácio cresceu substancialmente.

Manuel Costa considerou visível a melhoria das condições de vida das populações nos centros urbanos e no meio rural, pois, o Governo investiu e continua a investir seriamente na construção de infra-estruturas de natureza económica e social.

Em termos de afectação de recursos por sector, 27,3 por cento da despesa total do OGE/2005 foi para o sector social e em 2007 aumentou para 35,5 por cento. Em termos de variação real, explicou, de 2004 a 2005, a despesa para o sector social aumentou 121,6 por cento, de 2005 a 2006 aumentou 48,9, e de 2006 a 2007 aumentou 34,9 por cento.

No período de 2006/2007, a despesa para a educação aumentou 53 por cento, enquanto para a saúde aumentou 62 por cento, facto que permitiu melhorar os indicadores de desenvolvimento humano, como a esperança de vida à nascença, o índice de educação e a taxa de alfabetização.

Em termos absolutos, disse, em 2005, ao sector da educação foram afectados recursos no valor de 600 milhões de dólares, em 2007, a verba atingiu a cifra de mil milhões e 700 milhões de dólares.

Quanto à saúde, em 2005, o sector recebeu 400 milhões e, em 2007, os valores atingiram já um bilião e 100 milhões de dólares. No global, o sector social recebeu, em 2005, pelo menos 2,7 mil milhões de dólares, enquanto em 2007 recebeu 7,4 mil milhões.

No mesmo período, disse, num conjunto de 177 países, Angola melhorou quatro posições, isto é, de 166 para 162, e em termos absolutos, o país melhorou 0,065 pontos. "A média mundial de melhoria foi de 0,014, isto quer dizer que há progressos", esclareceu.

Com o índice de 0,446, Angola ainda faz parte do grupo de países de desenvolvimento baixo, pois há países que já estão acima de 0,5, mas deve-se compreender a posição do país no ranking, porque esteve em guerra, daí a necessidade de não se ver apenas o índice, mas a tendência de melhoria.

1.5 Infra-estruturas dificultam desenvolvimento

Agora 9-08-2008

As condições de mercado nos meios pobres dificultam o exercício das actividades empresariais, tornando-as arriscadas e caras. Onde prevalece a pobreza, faltam frequentemente as bases de mercados funcionais, excluindo os pobres de uma participação relevante e dissuadindo as empresas de negociar com eles.

Em face disso, o estudo do Fundo das Nações Unidas

para o Desenvolvimento (PNUD), identifica cinco constrangimentos consubstanciados na limitada informação de mercado.

"As empresas sabem muito pouco acerca dos pobres - o que é que estes preferem, o que é que podem pagar e que produtos e capacidades têm para oferecer enquanto empregados, produtores e proprietários de pequenas empresas", sublinha o documento.

"Os mercados pobres carecem de quadros reguladores que permitam às empresas funcionar. As regras e os contratos não são aplicados. As pessoas e as empresas não têm acesso às oportunidades e protecção asseguradas por um sistema jurídico funcional", destaca a fonte dando o exemplo da "Sadia, uma empresa de transformação alimentar que deparou-se com a falta de regulamentos domésticos de incentivos à redução de emissões quando começou a utilizar métodos ecológicos de eliminação dos resíduos dos porcos".

O problema as infra-estruturas também impede a progressão dos mercados pobres. Os transportes são limitados pela falta de estradas e de infra-estruturas de apoio. Faltam redes de água, electricidade, saneamento e telecomunicações.

Outros constrangimentos a não menos presa r indicam que nos meios pobres os consumidores não conhecem a utilidade e benefícios de certos produtos, ou podem não ter as competências para os utilizar de forma eficiente.

"Os fornecedores, distribuidores e retalhistas pobres podem não possuir os conhecimentos e as competências para disponibilizar os seus produtos e serviços de forma consistente, atempada e a um custo fixo".

No Brasil, os agricultores não sabiam cultivar a pripioca – uma planta usada em essências de perfumes – a Natura teve de lhes dar essa formação.

Por outro lado, sem crédito, os produtores e consumidores pobres não podem avançar. "Não podem financiar investimentos ou fazer grandes compras. Sem seguros, não podem proteger os seus parques bens e rendimentos contra contratempas como doenças, secas ou roubos", refere a fonte, adicionando que "na ausência de serviços bancários transaccionais, o seu financiamento é inseguro e dispendioso".

Entretanto, apesar dos empecilhos, segundo o estudo os empresários podem reagir dando a volta e ultrapassar os pontos fracos, investindo na eliminação dos constrangimentos de mercado.

A mesma fonte realça que muitos empresários ultrapassam os constrangimentos do mercado adaptando os produtos e os processos do negócio. As tecnologias de informação e comunicações tornam possível muitas dessas adaptações, incluindo a banca móvel (m-banking), os smart cards (em uso em alguns meios africanos para comprar água) e a telemedicina,

que faz chegar os cuidados de saúde de qualidade a áreas remotas.

A banca-móvel libertou os processos bancários de terem de se basear em agências de betão e caixas automáticas, infra-estruturas que raramente existem nos locais onde vivem os pobres. Os clientes podem agora fazer transferências, receber remessas, pagar as suas compras e obter crédito, tudo através dos seus telemóveis", observa.

Em Angola, a banca tem vindo a registar um crescimento acelerado em termos de expansão, mas os seus serviços ainda não são tão eficazes de modo a atingir o cidadão que reside nos lugares remotos. Pode ser que assim venha a acontecer na terceira República.

1.6 Relatório sobre desenvolvimento humano está desactualizado

Jornal de Angola 10-08-2008

O vice-ministro da Educação para a Reforma Educativa, Pinda Simão, considerou que os dados sobre o sector constantes no último relatório do PNUD sobre o índice de desenvolvimento humano "estão desactualizados".

Em entrevista à Angop, na sequência da apresentação do relatório sobre o índice de desenvolvimento humano 2007/2008, sobretudo a nível do sector da Educação, o responsável considerou que as informações contrariam a realidade dos últimos quatro anos.

O documento, que coloca Angola na 1623 posição, num total de 171 países, apresenta taxas de escolarização concentrada (ensino primário, secundário e superior), de crescimento do Produto Interno Bruto percapita e de alfabetização ainda muito inferiores aos registados estes ano.

Apontou como prova da insuficiência desta avaliação o facto de no relatório não constarem dados relativos ao ensino primário, nível em que se regista maior esforço do Governo em garantir o acesso para todos. Segundo referiu, a falta de actualidade dos dados do PNUD deve-se ao facto de muitas vezes serem recolhidos de instituições não estatais.

A esse respeito, disse ser necessário melhorar a base de dados estatísticos, de modo a que estes estejam disponíveis atempadamente e actualizados para facilitar a apreciação dos indicadores nacionais nos diversos sectores pela comunidade internacional.

Pinda Simão diz não acreditar que, tendo havido crescimento nas taxas de cobertura de educação, saúde e o PIB, o país se mantenha sempre em posições tão desfavoráveis a nível internacional.

"De acordo com as informações ao nosso dispor sobre a evolução do sistema educativo em Angola, as taxas brutas de escolarização evoluíram bastante, os efectivos escolares duplicaram nos últimos quatro anos e em termos de taxa de escolarização também estes indicadores evoluíram satisfatoriamente", salientou.

Este crescimento do sector educacional resultou actualmente em taxas de escolarização a nível primário de 135,8 por cento (contra 68,2 % em 2002), secundário (segundo ciclo) 92 por cento, técnico profissional 82,2, e formação de professores 122 por cento.

Segundo o vice-ministro da educação para Reforma Educativa, se a taxa de cobertura do sistema educativo duplicou deve ter efeito sobre o índice de desenvolvimento humano, porque a educação é um dos factores que condiciona este crescimento.

"Se considerarmos os dados que estão à disposição de Angola, o índice de desenvolvimento humano que é referido no relatório 2007/2008 do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento pode não espelhar a actual realidade do país, sobretudo a nível da educação", frisou.

Segundo o responsável, o uso de dados desactualizados (relativos a 2000-2004) para avaliar o desenvolvimento de Angola faz com esta apareça sempre com níveis inferiores, não fazendo jus aos esforços das autoridades para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos.

"Isto contraria de alguma forma o reconhecimento feito pela comunidade internacional em relação aos esforços que temos feito para melhorar sectores como a educação, saúde, combate à pobreza, bem como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)", afirmou Pinda Simão.

O número de alunos no ensino primário passou de um milhão, 733 mil e 549 em 2002 para três milhões, 757 mil e 677, em 2008, enquanto no secundário (primeiro ciclo) 115 mil e 475 para 370 mil e 485, no segundo ciclo 109 mil para 212 mil e 347.

A reforma resultou igualmente no aumento dos índices de aproveitamento escolar, eficácia do sistema, redução do abandono escolar e aproximação das escolas aos domicílios. Nesta mesma altura, havia um total de 76 mil professores (2000) enquanto actualmente são 179.928.

Em termos de infra-estruturas, em 2002 havia 19 mil e 12 salas de aulas, actualmente são 50 mil e 518, estando cada vez mais próximas dos cidadãos, sobretudo nas comunidades rurais. A prioridade é assegurar o acesso ao ensino primário (13 a 63 classes) para todos até 2015.

Segundo indicou, é preciso reconhecer que os resultados da reforma em curso vão aparecer com o

tempo e o mesmo se coloca aos outros sectores, por exemplo o da saúde.

O documento que avalia 171 países coloca Angola na 1623 posição, abaixo de países como a Guiné, Rwanda, Senegal, Eritreia, Nigéria e Tanzânia.

A avaliação teve como base a esperança de vida, taxas de alfabetização, escolarização bruta (primeiro nível, segundo e superior) e Produto Interno Bruto per capita.

1.7 IDH melhora e pobreza sobe

Folha 8 16-08-2008

O programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelou Angola registar melhorias no índice de desenvolvimento humano (IDH) e conquistar quatro pontos nos últimos três anos, mesmo com o aumento dos níveis de pobreza que se observam em todo o território.

O País continua abaixo do nível de desenvolvimento, mas o gabinete de estudos do Ministério das Finanças, ao reagir os dados daquele órgão das Nações Unidas, garantiu os actuais indicadores resultarem da implementação pelo governo do programa de investimentos públicos da edificação e saúde, a reagir desta forma ao relatório do PNUD.

Manuel da costa, afecto às finanças, reconheceu os baixos níveis de desenvolvimento e a possibilidade de divisar melhorias na assistência médica e medicamentosa da população.

"Embora reconheça serem baixos os indicadores, assiste-se actualmente a uma melhoria do índice de desenvolvimento humano no País, pois Angola melhorou quatro posições de 2002 a 2005", esclareceu e de 2006 à data presente, este rácio cresceu substancialmente.

Baseando-se na evolução da economia, disse, nos últimos cinco anos, ela e os indicadores de desenvolvimento humano serem visíveis à melhoria das condições de vida da população, tanto nos centros urbanos como no meio rural, pois o governo continua a investir seriamente na construção de infra-estruturas de natureza económica e social.

Contrariando os dados divulgados pelo PNUD, disse em termos de afectação de recursos por sector, 27,3% da despesa total do oge/2005 ser para o social, já em 2007 aumentou para 35,5 %. Quanto à variação real, explicou que de 2004 a 2005 a despesa para o sector social aumentou 121,6%, de 2005 a 2006, 48,90/0, e de 2006 a 2007, 34,9%.

No entanto, em 2006/2007, a despesa para a educação aumentou 53%, enquanto para a saúde, 62%, facto que permitiu melhorar os indicadores de desenvolvimento humano, como a esperança de vida à nascença, o índice de educação e a taxa de alfabetização.

Ao sector da educação, foram afectados recursos no

valor de 600 milhões de dólares em 2005, enquanto em 2007 a verba atingiu a cifra de 1 bilião e 700 milhões de dólares.

Já a saúde, explicou que, em 2005, o sector recebeu 400 milhões, e, em 2007, os valores atingiram 1 bilião e 100 milhões de dólares norte-americanos. O sector social, no seu todo, recebeu em 2005, 2,7 biliões de dólares, enquanto em 2007, recebeu USD 7,4 biliões, dados que não justificam a crise social que o País atravessa.

Num conjunto de 17.7 países, Angola melhorou quatro posições, de 166 para 162, e em termos absolutos melhorou 0,065 pontos. "A média mundial de melhoria foi de 0,014. Isto quer dizer que há progressos", esclareceu Manuel da costa.

OPNUD garante que, mesmo com Ó índice de 0,446, Angola ainda faz parte do grupo de países abaixo do desenvolvimento, pois há países que já estão acima de 0,5, mas deve compreender-se a posição do País no ranking, porque estava em guerra "daí a necessidade de não se ver apenas o índice, mas há tendência de melhoria", disse o técnico das finanças.

1.8 Desempregados continuam a aguardar por dias melhores

Angolense 16-08-2008

Numa manhã de domingo, 10, nos deslocamos para o ex-mercado da Estalagem, em Viana. Há escassos metros da estação de comboio estava um grupo de jovens com carros de mão, vulgos "bagageiros". Sempre que se aproximasse uma viatura corriam atrás para ver se conseguiam um "contrato instantâneo" para carregar mercadoria diversa. Esta cena repete-se diariamente e de hora em hora. É a única forma que encontramos para sobreviver, já que não há emprego para nós, afirmou a maior parte dos entrevistados.

As nossas atenções viraram-se para um dos jovens que tentava conseguir um cliente a quem pediu 1.000 Kwanzas pelo serviço. O proprietário da mercadoria regateou e, uma vez que não houve acordo, chamou outro elemento. Pelo mesmo serviço, o outro "bagageiro" cobrou 200 kwanzas, um gesto que terminou em briga.

Para este tipo de serviço os carros de mão de madeira são determinantes. Quem possui um pode dar-se por contente. Contudo, a maior parte dos meios usados é alugada. José Manuel, 28 anos, natural de Benguela, deixou a sua terra natal motivado pela procura de melhores condições de vida na capital do país, mas, depois de muitas dificuldades, não teve outra saída senão fazer trabalhos oportunos como transportar mercadoria diversa. Segundo o mesmo, o carro de mão que usa é propriedade de um vizinho que tem uma "frota" de carros de mãos. Com o serviço que faz consegue arrecadar cerca de 3 mil kwanzas por dia e é desta fatia que retira a percentagem do dono. "Por falta de emprego, trabalhamos como escravos", desabafou.

De acordo com ainda com José, o dinheiro que ganha com o serviço que presta serve para sustentar a família que se encontra em Benguela, que depende única e exclusivamente do jovem "bagageiro".

Barrote Fonseca, 27 anos, disse que exerce esta actividade há mais de oito anos, tendo começado no mercado do Roque Santeiro, mas por se tratar de um local violento acabou de optar pela zona da Estalagem. Dado o tempo que se encontra nesta actividade já trabalhou em vários pontos da capital, o que lhe deu a possibilidade de fazer parte de um grupo de jovens bagageiros organizados em associação sediada no Kikolo, em Cacucaco.

Mais adiante acrescentou que com o trabalho que faz jamais se interessou em procurar um emprego melhor, tudo porque o desespero e a falta de confiança das entidades empregadoras lhe retiraram o alento para lutar. É um jovem conformado com a sua sorte. "Já não sei o que é procurar emprego. A pessoa fica durante o dia todo na porta de uma empresa e os responsáveis não têm coragem de esclarecer as pessoas e outros ainda aproveitam para nos roubar pedindo gasosa para aceitar alguém", lamentou.

A conversa com Barrote marcou o fim da nossa presença na Estalagem. Rumamos então para o centro da cidade com uma pergunta por esclarecer: "será que a realidade na zona urbana é diferente da dos mussequês?". Encontramos a resposta no largo do Kinaxixi, onde abunda um outro tipo de desempregados: os chamados "faz tudo". Tratam-se de cidadãos que prestam serviço como canalizadores, pedreiros, sapateiros, electricistas e tantas outras.

Na manhã de terça-feira, 12, encontramos jovens e velhos dispostos para "o que der e vier". Três indivíduos dirigiram-se ao repórter questionando em que poderiam ser úteis. Ao tomarem conhecimento dos reais objectivos da nossa presença no local começaram a reclamar da sua sorte e aproveitaram a oportunidade para dizer que acreditam que as eleições serão uma oportunidade para mudar o actual quadro do país. Do outro lado estava um grupo de jovens vendedores ambulantes que tentava fugir dos agentes da polícia, que, segundo eles, tentavam detê-los. Os que conseguiram espaçar explicaram que, enquanto faltarem empregos vão continuar na rua, como garantia do "pão de cada dia".

A maior parte dos jovens vivem em zonas como Viana, Kilamba – Kiixi, Cacucaco e Rangel. Segundo os mesmos, nunca tiveram a oportunidade do primeiro emprego e com as vendas de roupas e calçados conseguem minimizar as suas necessidades.

Centro de emprego

São muitos os jovens que terminam os cursos em vários centros de Formação Profissional do MAPESS e

que, entretanto, continuam no desemprego.

Nesta condição está Heitor Pedro, de 22 anos. Faz parte dos três mil e 500 elementos que recentemente terminaram com êxito a formação profissional na área de electricidade, num dos centros afecto ao Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS).

Ao cabo de seis meses de formação, no km 30, arredores de Luanda, o jovem estava esperançado que tão logo que terminasse o curso, entraria no mercado de trabalho, algo que não aconteceu. Agora, com os conhecimentos adquiridos limita-se a prestar serviços esporádicos, quando para tal é solicitado. Apesar das dificuldades em conseguir emprego, mostra-se optimista por frequentar o curso, encorajando as pessoas a optar pela formação, condição que, segundo o mesmo, são indispensáveis para ingressar no mercado de trabalho.

Edson Filipe, 21 anos, também é um dos formados no curso de Artes e Ofícios, no Centro Profissional do Cazenga. Especializou-se em electricidade, mas não exerce por falta de emprego. Adelaide Costa, 20 anos, formada na área de Corte e Costura num dos Centros de Formação Profissional da capital tem feito alguns trabalhos em casa, produzindo roupas.

1.9 Investimento em fundo de pensões contribui para crescimento da economia

Jornal de Angola 17-08-2008

O Fundo de Pensões constitui um investimento produtivo para o crescimento da economia nacional, em todas as suas vertentes, conforme defendeu o director da Sociedade Gestora dos Fundos de Pensões (FÉNIX SARL) do Banco de Poupança e Crédito, João Neto, durante a sua dissertação sobre "Reforma no INSS e Fundo de Pensões".

João Neto, que falava aos funcionários do BPC em alusão ao 17º aniversário do banco, afirmou que o plano de Fundo de Pensões desempenha um papel preponderante nas empresas.

O gestor argumentou aos funcionários durante o Workshop que o fundo contribui para a dinâmica do mercado de capitais que se consubstancia no financiamento do desenvolvimento económico.

João Neto sublinhou que são beneficiários do fundo os trabalhadores com a carreira mínima de 15 anos de serviço contínuo. Os mesmos terão a possibilidade de obter uma pensão de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência.

O administrador financeiro do Instituto Nacional de Segurança Social, José Chivala, considerou importante a inscrição obrigatória no Fundo de Pensões e no INSS

para a protecção social da família.

o especialista que falava sobre o tema "Sistema de protecção social em Angola" advogou que a actuação das instituições consiste em evitar a diminuição da capacidade de consumo dos indivíduos e das famílias.

1.10 Mercado ganha marcas de produtos alimentares

Jornal de Angola 17 -08-2008

O mercado angolano possui desde sexta-feira doze novas marcas de produtos alimentares, produzidas na província da Huíla. Trata-se de goiabadas, polpa de tomate, doce de pêra, tomate pelado, pêra em calda, refrigerantes com sabores de laranja, manga, ananás, maracujá, com e sem gás.

Dos novos produtos lançados no município da Humpata (Lubango), constam também a Cola Angola e água tônica da marca "Cool", engarrafadas em embalagens de 0,5, 1,5 e dois litros, bem como em latas de 1 00 a 500 gramas.

O projecto é resultado de um investimento de 35 milhões de dólares da Caixa de Segurança Social das Forças Armadas Angolanas (FAA).

O director geral da Caixa de Segurança Social das FAA, general João Luís Neto "Xietu", disse que o projecto foi concebido para ampliar e diversificar a dieta alimentar dos três ramos das FAA, nomeadamente Exército, Marinha e Força Aérea.

O investimento faz parte da componente industrial do projecto agro-pecuário "Nossa Terra", iniciado em 2005 com uma área de 320 hectares, onde estão plantadas mais de 249 mil laranjeiras.

O governador Ramos da Cruz, que presenciou o acto, disse que este é o cumprimento das orientações feitas pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, aquando da sua visita à Huíla em 2003, de transformar a província num importante celeiro do país.

Depois da reabilitação dos canais de irrigação da Humpata, Matala e das Ganjelas, a produção na província está a aumentar, adiantando ser necessário implementar programas industriais para se transformar os produtos do campo.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 “Quem lava carros não rouba”

Novo jornal 1-08-2008

Onde é que nasceu?

Eu nasci no dia 25 de Dezembro de 1985, em Benguela, mas cresci e vivi alguns anos no Kwanza-Sul. Mas em Benguela onde exactamente?

Não é na cidade de Benguela, mas no Lobito, no bairro da Lixeira.

E como é que foi parar ao Kwanza-Sul?

O meu pai era de lá. Ele vivia lá. Mas eu fui lá parar com o irmão, que vive agora na Viana.

E como é que veio parar a Luanda?

Porque eu quis. Vim mesmo através do negócio, dos trabalhos que aparecem aqui em Luanda. Vim com os meus irmãos, em 2003.

Lá estudava?

Sim, estava na terceira classe.

Quem te pôs na escola? A minha mãe.

E ela ainda vive? Aonde?

A minha mãe ainda vive, vive mesmo lá em Benguela.

Tem lhe visto?

Não, mano. Já não lhe vejo há uns cinco anos, mas recebo notícias.

E porque é que não continua a estudar?

A burrice que o Paulo tem é mesmo essa, porque eu tenho boa cabeça para estudar... mas também não sei mesmo... queria mesmo voltar a estudar.

Quando é que começaste a lavar carros?

Quando cheguei aqui em Luanda, vi que essa era a única forma que eu tinha para sobreviver. Este é o meu trabalho. Quem lava carro não rouba. Eu não posso roubar, serei morto. Vender na rua não nos deixam. Então a minha solução é mesmo essa.

E o seu irmão não ajuda?

Não! Não, mas como é que ele vai me ajudar se tem também os filhos dele e a mulher dele para criar.

O que é que ele faz?

O meu irmão trabalha na obra, é mestre. Trabalha para uma empresa de construção civil.

Porque é que não trabalha com ele?

Porque não tenho documentos. Os meus documentos queimaram em casa da minha mãe. Sem os documentos também não consigo emprego aí numa boa empresa.

Tão jovem, porque bebe tanto? Beber eu bebo mesmo, mas não bebo tanto, tanto. Não bebo para cair na rua. Isso não! Fico mesmo ciente. Umas Cucas, vinho, mesmo whisky as vezes bebo.

Então tem muito dinheiro? (Risos) Não mano, os outros estão a me dar e eu também quando tenho dou aos meus amigos.

E o que faz com o dinheiro?

Está lá. Comprei meu terreno, estou fixe, só me falta acabar o outro canto do quarto. Quando recebo também dou um bocado ao meu irmão e a minha tia.

E porque é que lhes dá. Deves-lhes?

Não é isso, mas ela é irmã do meu pai e eu também como estou lá as vezes, ela faz assim um funge. Para apoiar também os meus primos, a minha tia também é fixe. Para não dizer que o filho do meu irmão recebe e come sozinho. Dou um bocado para ela...

Namora?

Tenho uma namorada.

Só uma?

Não... Que me aparecer. Eu vou com ela.

Tem filhos?

Não, mas tenho mesmo esperança.

Esperanças de fazer com quem? Com a minha namorada.

Como é que ela se chama e o que ela faz?

Nome dela é Paula. Vai depender de mim para o que eu posso dar para ela fazer negócio. Mas neste momento a família dela também já me conhece.

Já fez alembamento?

Já, a minha família e os meus tios estão a me ajudar. Me falta só os trezentos dólares para eu pôr na carta de pedido. Se quiserem que eu leve no Uíje, eu vou mesmo levar.

As regras no Uíje são muito rigorosas?

É só coragem... mas vai depender da família da minha namorada, se elas vão querer que a gente faça isso mesmo aqui em Luanda ou se vamos ter de ir ao Uíje.

Tem cartão de eleitor, não?

Não mano, meu cartão perdeu. Vou já tratar a segunda via. O número mesmo tenho guardado lá em casa.

Apontei num papel.

No seu bairro há muita delinquência?

Sim, tem. Se a pessoa chegar depois das 19 horas, é já estrilho com os bandidos.

Vive aonde?

No Chimuco. Fica ali depois das bombas de combustível da Estalagem.

Gosta de desporto?

Gosto de futebol. Meu clube mesmo é o "d - Agosto" e a selecção.

E sabe jogar?

Sei... sou bom, mano. Sei jogar em tudo: guarda-redes, defesa, médio e ponta. Sou canhoto.

2.2 Um negócio com os dias contados

Semanário Factual 1-08-2008

Segundo vendedores de livros, o negócio outrora rentável e promissor parece que tem os dias contados. Uma das causas para tal declínio do comércio são as grandes decisões do Governo que está a implementar uma política de subvencionar material didáctico e científico de modo a que as pessoas possam obter o produto a preço acessível.

O Factual foi à rua inteirar-se das pessoas que realizam

o comércio de livros na rua, para saber como vai o negócio, os riscos e os custos que acarreta.

Quintino Domingos, morador no bairro Petrangol, comercializa livros há onze anos, no largo dos Ministérios, tendo referido que obtém o material, principalmente, nos mercados dos Kwanzas e dos Congolezes, e que poucas vezes compra de pessoas que querem deitar os livros.

"Eu não consigo muito lucro porque este negócio, meu mano, parece que chegou ao fim. Antigamente, quando os livros escolares não apareciam com facilidade, nós lucrávamos, agora não", referiu.

Segundo o vendedor, com o dinheiro que obtém nos tempos que corre só dá alimentar a família uma vez, pois nem sempre consegue lucros.

"Fico aqui e para ter dinheiro tenho que fazer kilapis aos funcionários dos Ministérios para pagarem no final do mês, se não, nunca conseguiria ter dinheiro".

O F actual, ao efectuar uma volta pela cidade de Luanda, constatou que os locais onde era frequente a venda de livros técnicos e científicos, como "Introdução ao Estudo do Direito", "Manual de Física Avançada", ou mesmo de escritores angolanos, como "O Cão e os Calus", de Pepetela, "Sagrada Esperança", de Agostinho Neto, e escritores estrangeiros, desapareceram para dar lugar a bancadas de bebidas.

Um dos poucos locais na cidade de Luanda é em frente ao ex-mercado do Kinaxixi, onde o vendedor António Paulino afirmou que o seu negócio perdeu interesse e só continua com as vendas porque tem responsabilidades para com a família.

"Eu quero um emprego mas as coisas estão difíceis no país. Ainda no princípio do ano lectivo conseguimos algum material escolar do ensino de base e vendemos, mas não ao preço que era praticado porque o Governo passou a oferecer livros aos estudantes, o que torna complicado realizarmos um negócio quando as pessoas podem obter de graça", afirmou.

Em tempos era ver uma centena de jovens a vender em frente à livraria LELLO, um dos locais mais procurado por amantes de literatura. Hoje por hoje, os vendedores desapareceram. E, segundo alguns, o interesse das pessoas vai para locais oficiais.

2.3 Venda porta a porta ganha espaço no Huambo

Folha 8 9-08-2008

Para muitos, pode ser um quebra-cabeças no orçamento doméstico por não resistirem à atracção dos produtos apresentados, mas também se constitui a saída para quem está desempregado e com poucos

recursos.

A venda de porta a porta é feita por senhoras e jovens que, diariamente, procuram por todo o custo. Não há limite de idade, porque, referem os vendedores, basta ter vontade, conhecer o bairro e a rede de relacionamento interessante para dar a crédito os produtos no fim do dia.

Por isso, o F8 ouviu o economista Lourenço Marques que garantiu a prática movimentar muitos kwanzas. Muitas famílias conseguem sobreviver, mas a manutenção do sistema com princípios jurídicos seria a saída para evitar que as pessoas façam das ruas mercados como acontece quase por todo o território Nacional, com práticas diferentes de região para região. Para ele, o interesse maior nesta disputa cabe ao Estado, porque "vários os vendedores se dedicam a comercializar ou a oferecer serviços ao cliente sem um estabelecimento comercial fixo. O serviço na província do Huambo começou por ser explorado depois da guerra, quando as pessoas encurtaram distâncias ao explorar outras latitudes, e as escolas do País é, sem dúvidas, Luanda", disse.

Embora seja essa a visão geral, alertou o gestor, "é preciso tomar cuidados, porque o que se assiste à capital é incontornável caso não sejam adoptados princípios de igualdade. As autoridades do Huambo estão a deixar crescer o fenómeno da venda ambulante e é necessário tomar medidas para conter a situação".

"O volume de vendas negociado porta a porta, segundo as previsões do governo local, é satisfatório para muitos vendedores. Um dos principais reflexos do bom desempenho do sector dá-se no crescimento do número de revendedores activos das empresas", frisou.

Lourenço Marques estuda o fenómeno da venda directa na província do Huambo para o seu mestrado que acontece em Abril do ano seguinte na Universidade de Camillas, Espanha, e está há dois na mesma província (Huambo) a estudar o crescimento das vendas ambulantes nas ruas da cidade.

Afirmo que o principal factor deste crescimento e uma das vantagens em ser revendedor consistem em uma oportunidade para a pessoa ter os seus rendimentos e aplicá-los naquilo que acha melhor.

"Na Europa, existem os serviços ao domicílio, o que já se nota em Luanda, mas a diferença consiste no controlo desta actividade, porque a eficiência faz dos ambulantes de rua bons empreendedores que necessitam de serem encaminhados, no sentido de contribuir, através da sua actividade, para os cofres do Estado", revelou.

O estudioso constatou que o revendedor pode dedicar-se totalmente ao negócio ou a uma parte do seu tempo livre, sobretudo os jovens que fazem parte dos pergaminhos da sua dissertação de mestrado.

"Não existe um perfil para se trabalhar com a venda directa, pois todo o indivíduo com vontade pode tornar-se um revendedor. Há empresas distribuidoras de refrigerantes e cosméticos que recrutam o pessoal para andar com os produtos na rua, daí as autoridades devem aplicar os princípios jurídicos", sublinhou e acrescentou ser uma oportunidade de trabalho para quem está desempregado.

O mesmo confirma as vantagens serem muitas. "Não tem horário fixo, mas tem de prestar contas todas as horas ou, no mínimo, no fim do dia ao seu chefe. São profissionais livres; pode ser um estudante, uma dona de casa. Mesmo quem nunca pensou em trabalhar com isto acaba animado", reconhece.

Quanto às vantagens, citou as empresas oferecem benefícios para o revendedor, tais como transporte. "Todo o revendedor é autónomo. Não existe vínculo laboral com a empresa, por isso os benefícios não são directos. Porém, o revendedor é estimulado a empenhar-se para garantir a sua renda.

A única obrigação dele com a empresa é de pagar os produtos que levou para vender."

Isto para a empresa atrair gente a vender os seus produtos, o que limita as obrigações. Por isso, as autoridades têm de impor princípios normativos para assegurar a vida dos milhares de angolanos que fazem das ruas o seu ganha-pão. "É preciso ter uma administração de benefícios e obrigações legais. Diria ser pelo custo e gestão do pessoal. O cartão de ambulante em si não resolve a questão, pois é necessário haver um meio que assegure esta actividade".

Quanto aos produtos mais vendidos, aponta para os de cuidados pessoais que, no seu esboço, representam aproximadamente 58% das vendas na cidade do Huambo. "Estão inclusos produtos de higiene, perfumaria e cosméticos". O segmento de biscoitos representa 12% do mercado e apresenta crescimento. Os produtos de cuidado para o lar somam 9% do mercado. Os outros 11% são produtos do campo.

2.4 Serviços de aluguer de viaturas registam baixa procura no informal

Jornal de Angola 9-08-2008

Perfilados nos seus veículos, logo no princípio da manhã, estão todos em prontidão para mais uma jornada, prestando serviços de aluguer de viaturas. O entusiasmo para a conquista de cliente é visível no rosto dos mais de 20 taxistas que preenchem o espaço onde estão estacionados os veículos.

A persuasão para conseguir clientes fica a cargo dos estivadores, os chamados bagageiros. O serviço de aluguer de viaturas envolve uma equipa constituída pe-

lo gerente, taxista, ajudante e o estivador que se prontificam a depositar a mercadoria do cliente até à porta de casa. Os motoristas estão sempre dispostos a seguir qualquer destino indicado pelo cliente. "Os preços variam em função da mercadoria", disse Francisco César, motorista de uma carrinha.

Os clientes solicitam carrinhas e camiões para o transporte de mobiliário comprado nos armazéns, para mudança de casa e materiais de construção. Os preços de uma viagem oscilam em função do percurso efectuado. A corrida até ao destino ronda entre os 10 mil e os 35 mil kwanzas.

De segunda-feira a domingo, os motoristas estacionam os seus caminhões com capacidade para suportar, uma ou duas toneladas. O espaço é ocupado em ordem da capacidade das viaturas, começando pelos automóveis ligeiros (carros de marca Toyota Hiace) e pesados (camiões). A jornada dos profissionais de viaturas de aluguer, muita das vezes, completa-se pelo desespero, conta Francisco César, de 35 anos de idade.

O jovem não se lembra de ter carregado os bens de três clientes, em apenas um dia. Em contrapartida, sente-se feliz por trabalhar neste género de transporte, porque anteriormente a actividade da venda de roupas lucrava apenas três mil kwanzas, um valor insuficiente para suprir as necessidades da casa.

Francisco César entrou no exercício de aluguer de transportes a convite de um amigo estivador. Hoje, o cenário é bem diferente. Ao sábado, dia que trabalha para o seu ordenado, leva para casa 101 mil ou 35 mil kwanzas. O dinheiro que auferir paga as propinas escolares dos três filhos. E fruto do trabalho, Francisco César construiu uma casa em Viana.

No local, por detrás do Cine São Paulo, os motoristas, animados para mais uma jornada, sonham um dia ingressar para a função pública. João Ângelo é um dos exemplos. O motorista quer ser um dos quadros do Ministério dos Transportes.

2.5 Manicures Ambulantes

Jornal de Angola 17-08-2008

TRATAR das mãos e pés, aplicar e pintar unhas são actividades conhecidas como manicure e pedicure, habitualmente executadas por mulheres. Mas nas ruas de Luanda, vários rapazes decidiram fazer esse trabalho. Juntando a prática à criatividade, fazem cada vez mais concorrência às mulheres em vários cantos da cidade. A aplicação de unhas postiças custa entre 1.000 e 1.500 Kwanzas. Pintura e desenhos nas unhas podem custar entre 200 a 450 Kwanzas. E o serviço completo de tratamento aos pés e às mãos varia da zona e do zungueiro.

As mulheres gostam de ter as unhas lindas e impecáveis, de preferência com pinturas e desenhos dos mais variados feitios. Nos últimos tempos, com as aplicações de unhas de gel, acrílico ou porcelana, as

possibilidades aumentaram. Mas os desenhos nas unhas, que agora estão na moda, nem sempre existem nos salões de beleza e são mais caros, daí a grande procura dos zungueiros, que fazem trabalho de manicure e pedicure nas ruas.

Os jovens têm nesta actividade um bom meio de subsistência, porque é rentável. As clientes dos vários estratos sociais não se inibem de serem tratadas na via pública, a favor de um preço mais acessível e uma qualidade aceitável. Os jovens que fazem manicure e pedicure tratam da saúde e do embelezamento das unhas das mãos e dos pés. É neste exercício diário e com muita prática que eles acabam por ser bons profissionais.

Faustino Augusto, de 27 anos, aconselhado por um primo cabeleireiro, trocou a venda ambulante de detergentes e papel higiénico pelo trabalho de manicure e pedicure. Há três anos, instalou-se numa rua da zona do Kinaxixi. "O meu primo, que já trabalhava num salão há algum tempo, convenceu-me a aprender a tratar de cabelos e unhas", disse à nossa reportagem.

Faustino Augusto, com o decorrer do tempo, aperfeiçoou apenas o trabalho de manicure e pedicure, "porque me dava mais jeito e gosto de desenhar".

Artista de Benguela

O jovem veio de Benguela à procura de trabalho. Frequentou o salão de cabeleireiro do primo, aprendeu algumas técnicas e depois "pratiquei o que aprendi nos meus amigos e em mim próprio. O meu primo dava-me algumas dicas de como lidar com a arte e aconselhou-me a comprar verniz e material, para zungar e ir ao encontro das clientes", disse Faustino Augusto. Uma tarefa, que em Luanda é praticada fundamentalmente por mulheres, é executada este jovem de Benguela com perfeição, imaginação e criatividade para melhor servir e conquistar clientes."

No princípio tive algumas dificuldades, as clientes são um tanto ou quanto exigentes, mas fui aprendendo com elas, porque me corrigiam para melhorar", disse Faustino Augusto. Pela falta de experiência, o jovem não "carregava" muito nos preços, pedia entre 200 a 250 Kwanzas. Agora, que tem mais prática, ganhou muita clientela que valoriza o seu trabalho. "Como faço melhor o serviço, agora cobro entre 400 a 450 Kwanzas, para as mãos e os pés". Faustino Augusto pode arrecadar por dia, entre 5.000 a 6.000 Kwanzas, dependendo do número de clientes que atende. Os dias de maior afluência são as quintas, sextas e sábados.

Mas, segundo Faustino Augusto, "nem todos os dias são santos e quando não há clientes posso levar apenas 1.000 Kwanzas para casa". O zungueiro manicure vive no bairro da Nocal, no Hoji-ya-Henda. Chega ao Kinaxixi às oito da manhã e monta a banca, debaixo de uma árvore. Põe uma tábua comprida em cima de dois bancos. A tábua serve para colocar o material

necessário: vernizes de várias cores, creme, acetona, limas, corta unhas, cola, unhas postiças e ainda vários modelos de desenhos.

Até às 10 horas da manhã de uma sexta-feira, Victória Domingos, 33 anos, era a quarta cliente de Faustino. Com delicadeza, o jovem limou-lhe primeiro as unhas, passou creme e depois a acetona para tirar restos de verniz. De seguida, pintou e fez os desenhos escolhidos pela cliente. Para evitar doenças, Victória usa o seu próprio material, que é comprado na hora. "Nos salões usa-se a esterilização do material, mas mesmo assim, ficamos sem ter certeza se na verdade isso é feito ou não", afirmou a cliente.

2.6 Táxi sob duas rodas emprega jovens

Jornal de Angola 18-08-2008

Sob o pretexto de ganhar o pão, muitos jovens enveredaram pela prestação de serviço de táxi, tendo como meio rolante a motorizada. Este cenário pode ser observado em todas as províncias do país. Em Luanda, a coisa não foge à regra, na medida que se transformou num negócio rentável, a julgar pela rapidez com que é transposta a barreira do engarrafamento que atormenta as estradas da capital.

Cacuaco e Viana são as praças-fortes, onde diariamente se concentram centenas desses profissionais. Mesmo sem cumprirem com as regras básicas de segurança, como o uso de capacete e óculos, tanto para si, como para o "pendura", estes vão transportando os seus passageiros, num táxi sob duas rodas, debaixo de muitas peripécias e emoções, amealhando entre 50a 100 Kwanzas por corrida, independentemente da distância e da rota.

Manano Bongo, 34 anos, é natural do Huambo, tem esposa e cinco filhos. Veio para Luanda à procura de um emprego que lhe oferecesse melhor condições. Na província, trabalhava a terra, ou seja era camponês. Aqui, conseguiu emprego como segurança numa empresa privada. Auferia sete mil kwanzas/mês, qualquer coisa como cem dólares.

Como a vida de protector já não estava a dar, Bongo decidiu abandonar o emprego e trabalhar por conta própria. Assim, o pouco que conseguiu acumular durante os anos de labuta, investiu na compra de uma motorizada da marca Kaweseki, avaliada em 80 mil Kwanzas.

Já com a Kaweseki no quintal, "novinha em folha", os primeiros dias da nova profissão, foram difíceis. Sem carta de condução, sem licença de táxi e sem prática de condução, Mariano Bongo vivia a pensar nos dias subsequentes.

Mesmo rodeado de medo da condução atabalhoada efectuada nas estradas de Luanda, a necessidade de

ganhar a vida, na sua nova profissão, falou mais alto.

Bongo rezou, bradou ao céu e segurou o volante. Partiu em busca da aventura. Acelerou em demasia e caiu. Levantou-se e no arranque voltou a cair, o que lhe provocou algumas escoriações.

Diante dessa experiência negativa, Mariano Bongo pensou em desistir, mas os cinco filhos e a esposa vieram-lhe à mente e isso serviu-lhe de tónico para o arranque e aceleração do sucesso definitivo.

A partir daí, Bongo fez-se à estrada e converteu-se num "moto-taxista", cuja área de actuação é Cacuo. Todos os dias, às 7 horas, ele dirige-se ao local de trabalho, próximo da administração de Cacuo, e daí começa a labuta que o leva para o interior do município.

Hoje, com a prática adquirida no dia a dia, Bongo diz que "são raras as vezes que falto. Só quando estou doente, porque é disso que vivo e consigo sustentar a minha família".

Com família constituída, dos quais esposa e três filhos, Bevano Jamba, 26 anos, é outra referência de jovens que presta serviço de táxi sob duas rodas, em Luanda.

Com os tostões que conseguiu amearhar, fruto de pequenos negócios, comprou uma motorizada que está a fazer serviço de táxi.

Fruto dessa aventura sob duas rodas, Jamba ganhou muito alento e vai dizendo que "hoje, os filhos já tomam leite e iogurte. Em casa, já tenho geladeira e arca. Tudo foi devido ao serviço de táxi que faço com a minha motorizada. Estou a ganhar dinheiro com o meu suor", referiu.

Bevano Jamba reconhece, entretanto, que nos dias que correm o mercado está a ficar, cada vez mais inflacionado, com o surgimento de mais profissionais de "moto-táxi", o que faz com que haja uma redução dos rendimentos. Hoje, conforme disseram as coisas já não são como há cinco anos atrás.

O Jornal de Angola soube no local que, os "moto-taxista" desembolsam 400 Kwanzas na compra de combustível e facturam diariamente entre cinco a seis mil Kwanzas, isto das seis horas às 17 horas.

Em Cacuo, faça sol, chuva ou poeira o roncar das motorizadas não param. Kaweseki, Lingkem, Nanfang, Sasuki, Dayun, cujos preços rondam entre 70 e 80 mil Kwanzas, fazem as delícias dos seus utentes, cujo número não pára de crescer.

O cenário observado em Cacuo não difere do de Viana, cujo mercado absorve também centenas de jovens que se dedicam a este tipo de actividade. Pedro Soares, 24 anos, natural de Luanda é um deles. Com a ajuda do irmão mais velho e do lucro do pequeno negócio, conseguiu juntar dinheiro e comprou a sua "turu".

Ele, que faz serviço na zona do km 14, Viana, garante que o bocado que ganha do trabalho dá para "aguentar" os estômagos da família e, de quando em vez, comprar panos e quimones para a mãe e tia que vivem em Sassa Povoação, Bengo.

José Jamba, 21 anos, está mergulhado nesse tipo de negócio. Tal como a maioria dos jovens, pretende ingressar numa faculdade e concluir uma licenciatura. "O meu maior sonho é acabar o ensino médio. Entrar na faculdade e concluir a licenciatura em engenharia mecânica, para arranjar um bom emprego", disse com uma certa alegria visível no rosto.

Engarrafamento

O engarrafamento não constitui problema para os moto-taxista. Estes não se estressam com os engarrafamentos, pois o meio permite "furar" onde quer que seja. Tem mais. Muitos deles desrespeitam os regulamentos de trânsito, circulando em sentido contrário ou ultrapassando à direita.

Este tipo de manobra, aliado à rapidez, que faz com que os serviços dos moto-taxista sejam cada vez mais procurados, tanto em Cacuo, como em Viana, devido às grandes enchentes que se registam na maioria das paragens, aliadas ao engarrafamento que se faz sentir nas ruas de Luanda.

Nenhum dos entrevistados recorda a data exacta que vigora o negócio. Uns dizem que começou há sensivelmente cinco anos atrás. Outros há sete anos. Mas é consabido que a actividade começou no centro das cidades satélites e estendeu-se ao interior das mesmas, fundamentalmente em áreas onde os "azuis e brancos" não circulam.

Falta de segurança

Para os passageiros, o serviço "é bem-vindo e tem reduzido o atraso nos locais de trabalho". Antónia Canji, que na ocasião descia de uma Yamaha, vinda de um dos bairros de Cacuo, e que estava prestes a subir num autocarro público para a Baixa, reconheceu que o serviço é bem vindo, mas que os motoqueiros deviam ter em conta as medidas de segurança.

"O maior constrangimento está nas condições em que alguns deles trabalham, como a falta de capacetes, tanto para os motoristas como para nós os passageiros", referiu.

No mês de Junho, a Associação dos Moto-taxista, em conjunto com a Administração Municipal de Cacuo, a Direcção Nacional de Viação reuniram-se com o objectivo de reflectir e velar pelo melhoramento dos serviços prestados nas rodovias.

No encontro, ficou lavrada a necessidade de melhor acompanhamento do programa de inspecção técnica periódica das motorizadas que circulam na cidade

capital, bem como em Cacuaco e Viana, segundo Firmino Neketela, relações públicas da referida associação.

Firmino Neketela acrescentou que a formação técnico-profissional, treinamento, reciclagem, refrescamento, bem como a educação moral e cívica, em matérias relacionadas ao exercício da actividade, fazem parte dos objectivos da associação.

2.7 Cambistas de rua com os dias contados

Semanário Factual 22-08-2008

A economia do país atingiu a estabilidade e os ou as kinguilas têm sentido cada vez dificuldades de obterem lucros, por os bancos adoptarem a venda da moeda sem muitos impedimentos.

A reportagem do F actual foi à rua e conversou com algumas ou alguns kinguilas e procurou saber um pouco mais desta actividade, os benefícios e as dificuldades no seu trabalho.

. Engrácia Ramos, de 50 anos, que perdeu a conta dos anos desde que pratica o negócio, referiu que o ramo está em declínio por não se verificar a mesma procura dos anos anteriores, já que os bancos e as casas de câmbio também fixaram uma tabela semelhante às pessoas que praticam a actividade na rua.

"Nós, agora, levamos pouco para casa, só estou ainda aqui porque já ninguém mais me vai dar emprego. Os nossos lucros provêm dos empréstimos que fazemos a certos funcionários de empresas e, no final, eles pagam com juros que antes são acordados", acrescentou.

Engrácia Ramos, que opera perto do "Zé Pirão", afirmou que outro dos grandes problemas é o facto de haver muitas burlas por parte de supostos clientes que, usando magias e feitiço, conseguem levar todo o dinheiro sem que os cambistas de rua se apercebam.

"Há dois meses uma colega ficou sem algum dinheiro que estava na pasta, depois de o senhor cambiar a moeda, mas quando ele se foi embora os dólares restantes também já não estavam lá", relatou.

Nota-se ao andar por Luanda que as mulheres são quem transaccionam na cidade, enquanto os homens o fazem na periferia, como nos mercados, no aeroporto e em locais de grande movimento comercial.

No bairro Kassenda, defronte ao Aeroporto internacional 04 de Fevereiro, o Factual encontrou um grupo de jovens que disseram trabalhar nesse lugar há mais de doze anos.

Walter Manuel, de 37 anos, referiu que sempre trabalhou aí por haver muita dificuldade de emprego na época de 90, e, influenciado por um amigo, lá conseguiu fazer alguma coisa útil.

"Amigo jornalista, já construí o meu sítio, comprei coisas, mas se agora me aparece um emprego eu vou, só que já estou um pouco velho para começar a aprender. O negócio está muito fraco, nem sempre conseguimos rendimentos. Há dias em que só vamos com 300 kwanzas de lucro", lamentou.

Confirmou que de há algum tempo a Polícia Nacional não tem feito rusgas nem detém os cambistas de rua "por se estar em fase de eleições", frisou.

Segundo a fonte, o comércio de divisas é estável devido à estabilização da moeda nacional, o kwanza, por parte do Governo.

"Antes, quando o mercado era instável, nós ditávamos as regras do jogo, agora tudo mudou. Em quase todos os locais a compra e venda de divisas é feita pelo mesmo câmbio. E também existe o medo por parte de alguns clientes que preferem os bancos em relações a nós aqui na rua", sublinhou.

No mercado da Madeira, no bairro da Gamek, o Factual encontrou o senhor João Paulo, de 42 anos, 12 dos quais a trabalhar como cambista de rua.

Junto a amigos e companheiros de profissão, João Paulo começou por dizer que as transacções não têm corrido muito bem. Exemplificou que alguns amigos conseguiram empregos em que vão ganhar um salário digno.

"Se eu também conseguir este dinheiro vou embora. Todos os dias são problemas, eu consegui algum enquanto foi possível, agora isto tem os dias contados", desabafou.

Na conversa com o kinguilas, o Factual soube que os mesmos estão constantemente a ser burlados e que aparecem bandidos a receberem o pouco que já ganham.

"Se não são os polícias são os bandidos e se não são estes temos os mágicos que aparecem com certos tipo de feitiço e levam tudo. Como vamos continuar assim?", interrogou, acrescentando que "um dia também abandono, só que o emprego para alguém da minha idade não é fácil", finalizou.

A reportagem do F actual fez uma pesquisa pelos mercados e outros locais de transacção de moeda e constatou que as kinguilas ou kinguilos (o nome continua em discussão para os homens), continua em maré baixa, pelo que muitos estão a abandonar a actividade para realizar outros negócios, como taxistas e vendedores de roupa proveniente do Brasil, do Dubai e de outros locais.

2.8 A informalização da economia angolana

Folha 8 23-08-2008

Na concepção da ONU (1996) e na de Luís Queiroz (1999), sector informal é todo o vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local regional nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico.

No período colonial, Angola tinha uma estrutura económica bastante diversificada, era um grande exportador de produtos manufacturados e com uma percentagem significativa da economia informal, acoplada ao sector formal (Justino, Jofre, www.e-par.pt).

Depois da independência, o tipo de economia adoptado desarticulou a capacidade produtiva e a rede comercial, pois um dos princípios do modo de produção ou ideologia comunista é a propriedade colectiva dos meios de produção, ou seja, tudo passou a pertencer ao Estado, a produção e o comércio são assumidos por ele, que é o principal (ou único) agente económico, estrangulando o sector privado.

O Estado não consegue suprir todas as demandas da sociedade e, apesar de neste sistema não se admitir a existência de desemprego, existe e as pessoas desempregadas, não tendo acesso aos famigerados cartões de abastecimentos ou, não sendo todos abrangidos pelos "Assuntos Sociais", vivem da "candonga" e outros "esquemas".

Forma-se, assim, o comércio paralelo, sustentado pelos desvios e roubos de produtos das lojas do povo, nunca mais deixou de existir.

Com a adopção dos princípios da economia de mercado, no início dos anos 90, abre-se a economia, permite-se a propriedade privada e torna-se possível o desenvolvimento de actividades económicas por seus agentes não estatais.

As bases foram lançadas, para que os empreendedores desenvolvam, materializem suas ideias e constituam negócios, porém acontece que existe um conjunto de constrangimentos que dificulta a constituição ou a legalização de uma empresa ou negócio, respectivamente.

Na concepção da ONU (1996) e na de Luís Queiroz (1999), sector informal é todo o vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local/regional/nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico.

No período colonial, Angola tinha uma estrutura económica bastante diversificada, era um grande exportador de produtos manufacturados e com uma percentagem significativa da economia informal, acoplada ao sector formal (Justino Jofre, www.e-par.pt).

Depois da independência, o tipo de economia adoptado desarticulou a capacidade produtiva e a rede comercial, pois um dos princípios do modo de produção ou ideologia comunista é a propriedade colectiva dos meios de produção, ou seja, tudo passou a pertencer ao Estado, a produção e o comércio são assumidos por ele, que é o principal (ou único) agente económico, estrangulando o sector privado.

O Estado não consegue suprir todas as demandas da sociedade e, apesar de neste sistema não se admitir a existência de desemprego, existe e as pessoas desempregadas, não tendo acesso aos famigerados cartões de abastecimentos ou, não sendo todos abrangidos pelos "Assuntos Sociais", vivem da "candonga" e outros "esquemas". Forma-se, assim, o comércio paralelo, sustentado pelos desvios e roubos de produtos das lojas do povo, nunca mais deixou de existir.

Com a adopção dos princípios da economia de mercado, no início dos anos 90, abre-se a economia, permite-se a propriedade privada e torna-se possível o desenvolvimento de actividades económicas por seus agentes não estatais.

As bases foram lançadas, para que os empreendedores desenvolvam, materializem suas ideias e constituam negócios, porém acontece que existe um conjunto de constrangimentos que dificulta a constituição ou a legalização de uma empresa ou negócio, respectivamente.

Apesar da criação do guiché único de Empresa, Angola é o país da Africa Austral em que mais se demora para se legalizar uma empresa, levando mais de 90 dias até a publicação em Diário da República.

Esta situação, agravada ao facto de se cobrarem emolumentos muito elevados, faz muitos "empresários" do sector informal não serem estimulados a legalizar os seus negócios, bem como, cria uma barreira às pessoas que queiram montar negócios.

Os encargos tributários na constituição de empresas em Angola são muito elevados, o que dificulta, principalmente, os pequenos potenciais empresários. Os valores pagos (equivalentes em USD) são descritos a seguir: Taxa de certidão negativa (50 USD); Taxa de escritura pública de constituição (quando pessoa colectiva): uma percentagem do capital social que, incluindo os emolumentos, pode chegar a atingir 80% do seu valor; Taxa de registo criminal para pessoa singular (5 USD); Taxa de registo comercial ou de matrícula (entre 200 e 900 USD); Taxa de registo estatístico (entre 50 e 100 USD); Taxa de publicação na Imprensa Nacional para pessoa colectiva (ronda os 400

USD); Taxa de vistoria de estabelecimento (entre 50 e 200 USD); Taxa de licenciamento ou emissão de alvará (de 200 a 500 USD); Imposto industrial por início de actividade (de 150 a 400 USD); Imposto de selo – escritura de constituição - (1% sobre o valor de capital social).

É importante notar que, a par destes (já excessivos) custos oficiais, existe a "gasosa" que está praticamente institucionalizada, ou seja, na maioria dos casos, para que o processo seja agilizado, as pessoas são compelidas a pagar subornos.

Estes obstáculos burocráticos e financeiros aceleram o processo de informalização da economia, resultando em perdas para o Estado e os indivíduos, porque estas actividades não pagam tributos e as pessoas que trabalham nessas "empresas" não pagam o IRT, não contribuem para o INSS, não entram nas estatísticas de emprego e não estão protegidas legalmente.

Com a criação do INAPEM, esperava-se por um protagonismo que permitisse aos pequenos negócios informais se estruturarem e se legalizarem para saírem da informalidade e crescerem, mas assim não acontece e, ao invés disso, muitas deles estão a desaparecer aumentando a pobreza das famílias nelas envolvidas.

Por exemplo, quem saía da Cuca em direcção ao Kicolo ou do cemitério do Santa Ana, em direcção à Filda, podia ver dos dois lados da estrada um conjunto de pequenas marcenarias, carpintarias, alfaiatarias, serralharias, etc. Hoje, algumas já foram substituídas por cantinas (muitas delas não legalizadas) e as que continuam fazem uma produção para a subsistência porque não são orientadas para algo melhor.

Considerando estatísticas que afirmam que, em média, as micro-empresas empregam 5 pessoas, é inegável a importância das centenas ou mesmo milhares destes empreendimentos que existem no País, na criação de emprego e no combate à pobreza.

Em Luanda e nas demais cidades, podemos encontrar os principais traços de uma sociedade subdesenvolvida, identificados por K. Mancharia (1997), como: elevadas taxas de crescimento populacional, informalização, sobre-urbanização, estagnação económica, níveis elevados de desemprego e sub emprego, proliferação dos assentamentos informais não planeados, ausência e deficiência de infra-estruturas e equipamentos sociais, sistemas de transportes e comunicações insuficientes e ineficientes, congestionamento do tráfego, níveis acentuados de poluição, ruralização dos modos de vida suburbanos, etc.

Dados avançados pelo vice-ministros do Emprego e Segurança Social, aquando do I Encontro de Quadros Angolanos no Diáspora em Novembro de 2004, mostravam que apenas 12% da população activa estava integrada no sector formal da economia.

O sector informal abrangia 93 % da população activa rural e 51 % da população activa urbana. Luanda, a capital com uma população estimada em mais de 4 milhões de habitantes, as actividades económicas realizadas no sector informal asseguravam a subsistência de 73% da população. São dados oficiais que podem pecar por defeito ou serem contraditórios com a realidade, dada a pouca fiabilidade das nossas estatísticas.

Estratos de uma comunicação apresentada ao VI Congresso Luso – Afro – Brasileiro de Ciências Sociais, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 5-9 Setembro de 2000), referem que em Angola é usual o "recurso por parte de fracção significativa da função pública, com estrita finalidade de sobrevivência, à pluriactividade e à co-participação em actividades informais, a detenção por parte de grupos sedeados no aparelho de Estado de interesses empresariais no sector informal, a utilização privada de cargos públicos para alargamento das redes de clientela ou para a obtenção de rendimentos informais suplementares, o recurso banalizado ao capital de influência ("abrir corredores", na gíria angolana) ou a corrupção generalizada e socialmente despenalizada aos diferentes níveis da hierarquia social ("a gasosa", que no quotidiano luandense permite superar obstáculos aparentemente incontornáveis) " e, segundo a Revista Executivo na sua página Web, " a não presença do Estado e a presença de elementos crescentes de informatização no modo como os cidadãos solucionam as suas necessidades está praticamente generalizada a todos os sectores da vida nacional: no abastecimento de água e de energia, na prestação de serviços de saúde e de educação, entre outros".

O que se quer dizer é que muitas pessoas têm acesso à água (não potável) através dos tanques que cobram 100kz por 20 litros de água; energia através de puxadas ou caríssimas prestações a donos de PT's privados; saúde através dos postos médicos particulares (mais matadouros do que outra coisa); a educação através de "escolas" particulares sem condições nenhuma, ou seja, muita gente vive no salve-se quem poder, já que as entidades fornecedoras destes serviços por excelência, estão muito aquém da demanda.

Procura-se mostrar neste artigo que o sector informal tem causas complexas que representam uma parte significativa da nossa economia não contabilizada no PIE; que as condições potenciadoras deste fenómeno ainda estão presentes e que devem ser eliminadas com a desburocratização, incentivos e assistência aos pequenos empreendedores, porque a informalização da economia é um mal que pode atentar contra a cidadania, visto que pode levar ao uso indiscriminado do trabalho (trabalho infantil e de imigrantes ilegais), desrespeito das condições de higiene e protecção no trabalho, violação de horários laborais, falta de protecção social e à outras práticas predatórias a ela (economia informal) associadas.

2.9 Em Luanda, chineses entram na zunga

Semanário Factual 29-08-2008

Leen Chin, comerciante no mercado da madeira na Gamek, residente em Angola há dois anos, referiu que antes de vender sapatos nas ruas, tentou o negócio de construção e que não teve muito sucesso.

Num português quase incompreensível o que dificultou a comunicação, o vendedor chinês foi dizendo que "em Angola tudo se compra, pois existe grande abertura para todos. Eu não vim roubar o negócio de ninguém, como muitos dizem". Reforçando a sua ideia, salientou que "o problema é que nós, estrangeiros, somos marginalizados pelos jovens que nos ofendem e muitas vezes tentam roubar-nos o que estamos a vender".

Para o seu conterrâneo, Chan, vendedor de utensílios de cozinha e residente em Angola há um ano e um mês, "o mercado é favorável ao enriquecimento rápido, porque aqui as pessoas não querem saber se o produto é original ou não, mas sim adquirirem um produto barato".

"Nós vendemos às pessoas de todos os escalões da sociedade. Já fui montar muito material de cozinha em casa de várias pessoas na zona baixa de Luanda. O meu produto vem da China e obtenho a partir dos meus fornecedores aqui perto do Aeroporto", referiu.

Como qualquer vendedor ambulante, os chineses também têm os seus problemas com as autoridades, como a Polícia Nacional e a Fiscalização de Luanda. Segundo Chan, quando os agentes confiscam os seus bens, ele tem de pagar algum dinheiro ou dar alguma mercadoria para não perder tudo.

Segundo o jovem angolano, Mateus Raimundo, que vende no mercado da Gamek, "os chineses estão a fazer uma concorrência desleal, praticando preços abaixo do nível dos nacionais". Referiu também, que os "chinos" são muitos ágeis na hora de fugir às autoridades. "Um dia, os fiscais estavam a dar-nos uma corrida. O Chan estava à minha frente e pulou um muro de dois metros, tipo um "ninja". Até agora estou admirado como ele conseguiu".

Contudo, o Chan afirmou ao Pactual que os chineses são pessoas que nunca criam problemas e que procuram ser amigos dos angolanos.

E o Pactual pôde observar que zungueiros angolanos que vendem artigos perto de ambulantes chineses pouco ligam a esse fenómeno, "porque o que interessa é vender, todos lutam pela vida", sentenciou o vendedor Zaquê Domingos.

2.10 Vendedores de ambulantes de mobílias concorrem com as empresas do ramo

Jornal de Angola 30-08-2008

Estão todos os dias nas ruas da cidade de Luanda. Pela manhã jovens ambulantes posicionam as suas mercadorias no extremo da via rodoviária, junto à berma.

O propósito, segundo Carlos Damião, justifica-se para melhor "atacar" o automobilista que à distância já pode ver a mobília.

Para quem procura material para casa e escritório, os vendedores estão nos supermercados, como é o caso do Super África, na Mutamba, junto às Relações Exteriores e Maianga, na rua Ex-António Barroso. Todos os dias outros, porém, optam pelos catálogos que ilustram os artigos oriundos de vários países. Eles também estão localizados junto às maiores lojas de mobiliário, onde há maior afluência de clientes.

A conquista de clientes exige traquejo e força porque, todos os dias, os profissionais da área correm atrás dos automobilistas interessados na compra dos artigos.

Muitas são as ocasiões em que tudo depende do marketing do vendedor, como afirma o ambulante Carlos Damião. O jovem de 27 anos começou o negócio com apenas dois mil dólares, emprestados pelo primo.

O convite do amigo António da Cruz e Silva passou a comprar mercadorias com o amigo numa congoleza que, efectua o trajecto Angola-Namíbia.

Os dois compram da senhora cadeiras e mesas para escritório, conjunto de mobília para sala de jantar e de estar. António da Silva revela que os preços nem sempre ajudam a "despachar o negócio" pelo facto de a maioria da população não ter condições de aquisição.

Natural de Benguela, Carlos Damião acredita que a qualidade dos artigos dita a regra do preço. Para obtenção de cadeira e mesa de escritório o cliente deve desembolsar 250 e 350 dólares.

A mesa da sala de estar está estipulada em 200 e 350 dólares, isto em função do tipo de material que compõe a mesa.

Os jovens ambulantes revendem os tapetes a -10 e 28 mil Kwanzas, o suporte para roupas e sapatos se estabelece entre cinco e nove mil Kwanzas. Os preços dos produtos podem baixar e aumentar em função do acerto com o cliente.

Janeth dos Santos que se dirigia a uma das lojas acredita que os preços ainda não estão ao alcance do bolso dos consumidores.

2.11 Micro-crédito "Amigo" chega a todo o país

Jornal de Angola 21-08-2008

Os programas de micro-crédito "Amigo" vai chegar a todas as províncias do país, nos próximos meses, conforme anunciou o presidente do Conselho de Administração do Banco de Comércio e Indústria (BCI), Adriano Pascoal.

Depois de ter passado pelos municípios do Cazenga e Rangel, o programa "Amigo" chegou ontem ao município do Kilamba Kiaxi. Um projecto conjunto do MAPESS e BCI, o programa chamou, mais uma vez, para si 57 beneficiários do município para apoiá-los com o micro-financiamento de 37 mil kwanzas para o exercício das mais diversas actividades.

Assim, nesta primeira fase, quer número de beneficiários (57), quer o valor do crédito (37) será uniforme para todos os municípios de Luanda, numa altura em que, segundo Adriano Pascoal, estão a ser preparadas as condições para que o programa se estenda para todo território nacional.

"Este é um programa do Estado e, a ser assim, o banco está a merecer d um apoio total do Governo, não havendo um limite definido em termos p de verbas para as operações de micro-crédito", realçou.

O gestor reitera que o Governo vai continuar a trabalhar neste sentido para que carpinteiros, serralheiros, mecânicos e todos os demais profissionais continuem a exercer as suas actividades, de modo a gerar maiores rendimentos.

Pretende-se, igualmente que o programa permita a que os beneficiários apliquem os conhecimentos que apreenderam em termos de formação profissional no MAPESS, criando condições para um nível de rentabilidade aceitável.

Com um pendor de fomento ao auto-emprego, o micro-crédito "Amigo" vai, na visão do director provincial do MAPESS, Venceslau de Matos, ajudar a resolver os problemas por que as famílias têm passado.

Mas o responsável deixa um repto aos beneficiários para que façam uma gestão responsável do crédito e consequente reembolso. Os abrangidos terão um período de três meses de graça, começando a reembolsar, no entanto a partir do quarto mês.

"Embora o montante concedido pelo banco seja pouco, será fundamental que saibam aplicar este valor, pois, a proceder deste modo terão a possibilidade de merecer mais um empréstimo. Isto vai depender somente do vosso desempenho", aconselhou.

Lançado na última segunda-feira, programa que, chega hoje ao município de Viana, visa promover o

empreendedorismo na comunidade.

Dirigido a pessoas de baixa renda, produto financeiro destina-se a micro-empresas que, a nível das comunidades, produzem ou comercializam bens e serviços, bem como a jovens que pretendam criar pequenos negócios ou desenvolvem actividades geradoras de rendimento.

Após um trabalho técnico de concertação e, sobretudo, de convergência de objectivos, o programa já tem em vista as províncias de Benguela, Zaire e Cabinda. Após a inauguração do balcão móvel do banco, destinado a atender aos novos beneficiários, o programa entregou mais uma vez 57 financiamentos aos beneficiários do Kilamba Kiaxi, num valor de 37 mil kwanzas cada, o equivalente a 500 dólares.

As condições, através das quais o crédito é concedido, permitem que os beneficiários desenvolvam as suas actividades. O micro-crédito tem um período de graça de 90 dias e uma taxa de juros de 1,77 por cento, inferior a que vem sendo praticada no mercado.

O projecto está a funcionar com técnicos do BCI e da incubadora de empresas afectos ao MAPESS. Estes terão a incumbência de analisar o fluxo de caixa dos negócios e da capacidade de entrada e saída de dinheiro e outras potencialidades, tais como o número de clientes, potenciais fornecedores de matéria-prima ou produtos e postos de trabalho a serem criados.

Para o efeito, os interessados deverão reunir os documentos necessários, desde fotografias até a atestados de residência.

2.12 Mulheres recebem micro-crédito

Jornal de Angola 22-08-2008

Setenta mulheres associadas em pequenos grupos e cooperativas de negócios beneficiaram ontem, em Luanda, de micro-créditos do Banco Sol, em acto realizado no auditório da Escola Ngola Mbandi.

A governadora da província de Luanda, Francisca do Espírito Santo, que presidiu ao acto, garantiu a continuidade do programa "para que as mulheres possam organizar as suas vidas e encontrarem a dignificação da sua actividade no seio da comunidade".

Segundo a governadora, o programa de micro-créditos está a ajudar a reduzir a pobreza no seio das comunidades luandenses e a permitir a formalização da economia.

Francisca do Espírito Santo, afirmou que as beneficiárias estão a organizar micro-empresas, a melhorar os seus rendimentos e a criar novos postos de trabalho para que outras pessoas possam ter acesso ao emprego.

O programa de micro-créditos do Banco Sol beneficiou já mais de 400 mulheres, muitas delas antigas vendedoras no mercado informal. "Vendiam, nas praças, nas ruas, na zunga e a actividade era ilegal", disse a governadora.

Francisca do Espírito Santo estimulou as beneficiadas a apostarem seriamente nas suas vidas, dos seus familiares e na sua actividade que exercem.

"Estamos a encorajar-vos porque consideramos que vão poder de forma paulatina mudar de vida, melhorar os seus rendimentos e ajudar as vossas famílias", disse.

A governadora precisou que o programa de micro-créditos ora concedido possa servir de geradora de renda e que possibilite fazer poupança.

"Espero que todos os meses depositem um pouco do vosso dinheiro no banco para multiplicar a vossa actividade", disse.

Francisca do Espírito Santo pediu às direcções provincial da Família e Promoção da Mulher e da Administração Pública, Emprego e Segurança Social a continuarem a formar os grupos de trabalho na gestão de pequenos negócios para que possam gerir a sua actividade.

O administrador do Banco Sol, Paulo Sérgio Lavrador, disse não ser interesse do Banco Sol conceder valores para as pessoas piorarem os seus níveis de vida antes pelo contrário.

"Nós não obrigamos as pessoas a receber estes valores. Fazemo-lo no sentido de as pessoas melhorarem a sua actividade e, com esta actividade, melhorar os seus níveis de vida", disse.

2.13 Bancos e micro créditos

Jornal de Angola 23-08-2008

Instituições financeiras angolanas, particularmente bancos, têm estado a implementar políticas de concessão de micro-créditos a pessoas de baixa renda, de modo a se juntarem ao esforço do Governo no sentido da erradicação da pobreza no país.

Bancos angolanos têm estado a conceder créditos para pequenos negócios a jovens e a mulheres, o que vai permitir que as comunidades, na cidade e no campo, possam desenvolver actividades lucrativas que lhes garantam uma vida condigna.

Algumas das nossas instituições financeiras já se aperceberam que podem afectar recursos financeiros a angolanos que, pelo seu empreendedorismo, podem criar riqueza e empregos no país.

Os créditos que geram os pequenos negócios, além de permitirem a criação de empregos e de riqueza, vão fazer com que os seus beneficiários entrem para o mercado formal, deixando de praticar actividades ilegais, diminuindo progressivamente a dimensão do

mercado informal.

Ao concederem os créditos às pessoas de baixa renda, alguns bancos têm confiança em que estas lhes vão devolver o dinheiro emprestado, nas condições estabelecidas, já que se crê que normalmente as pessoas pobres honram os seus compromissos, pagando o que devem. Os bancos que tomaram essa iniciativa não receiam, certamente, pelo crédito mal parado.

Os bancos que concedem micro-créditos esperam que estes venham a melhorar os níveis de vida das pessoas que os recebem, e emprestam o dinheiro na expectativa de que este vai ser bem gasto.

E a julgar pelas informações disponíveis, o dinheiro concedido por bancos, no quadro do programa de micro-créditos, está a ser bem utilizado, particularmente pelas mulheres. Francisca do Espírito Santo, governadora provincial de Luanda, assegurou que o programa de micro-créditos tem estado a ajudar a reduzir a pobreza e a permitir a formalização da economia.

A governadora de Luanda indicou, num encontro com setenta mulheres associadas em pequenos grupos e em cooperativas de negócios, que o referido programa vai continuar, para que as mulheres possam "organizar as suas vidas e encontrarem a dignificação da sua actividade no seio da comunidade".

Que o número de bancos a conceder micro-créditos aumente no país, a fim de que possamos ter muitas pequenas empresas geradoras de rendimentos, que possam ajudar as famílias.

Que os bancos, segmentos importantes do sistema financeiro, continuem a identificar os angolanos empreendedores, homens e mulheres, e estejam disponíveis a conceder-lhes créditos, na perspectiva do crescimento da nossa economia.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Poder tradicional e a democracia em Angola

Folha 8 2-08-2008

A autoridade tradicional desempenha até agora um papel importante na comunidade tradicional, o papel de governação. Faz Justiça por meio de um conselho de anciãos da aldeia; distribui terreno à sua população; resolve todo o tipo de conflitualidade aparecida na comunidade. O soba é, de facto, o verdadeiro garante da coesão, unidade e estabilidade da comunidade de jurisdição.

Na verdade, a figura do soba sofreu alterações graves e substanciais que mudaram completamente a forma de este ser visto na comunidade. O soba está a perder as suas marcas identitárias. Nem todos eles, hoje, são representantes de todos na comunidade. As autoridades tradicionais já exprimem as suas convicções partidárias e ideológicas, o que é errado [1]. Já não são neutros.

Certamente, houve factores que influenciaram nesta mudança escatónica do soba: factores externos e internos: 1) a colonização portuguesa; 2) a expansão do Cristianismo; 3) o crescimento urbanístico de Angola e 4) as políticas levadas a cabo pelo Governo do MPLA [2]. Nós acolhemos sem reservas, estes factores, mas, preferimos classificá-los em factores externos (os dois primeiros) e factores internos (os dois últimos), aos quais aumentaremos outros três factores recentes, que são: a instrumentalização da figura do soba, a guerra (factores interno) e o furacão da mundialização (factor externo). A guerra também podemos considerá-la como um factor externo, porque era movida, desejada, querida, apreciada e sustentada fora das nossas fronteiras [3].

Infelizmente, as autoridades tradicionais já perderam de vista que o seu poder é anterior ao poder moderno. Por este facto, e por outras razões de cunho simbólico, não deviam submeter-se nem se deixar instrumentalizar pelas autoridades políticas posteriores à tradição.

As autoridades tradicionais têm sido, nos últimos tempos, factores negativos para a concretização plena da democracia que pretendemos construir, porque estão com as baterias viradas para apoiar o partido no

poder e isto retira a justiça e a lisura de processos democráticos livres e justos.

Tal como afirmamos acima, o soba hoje já não está ao serviço da comunidade, mas sim do partido no poder. Ainda hoje ele é instrumento da história e da ideologia partidária. As autoridades tradicionais têm um papel de mobilização e de rejeição dos membros de outros partidos na comunidade, a favor do MPLA. O seu papel agora é fundamentalmente de activista político serviçal [4].

Por ocasião do Registo Eleitoral "... Os [...] sobas passam atestado favorável ao registo eleitoral a jovens com menos de 18 anos desde que estes sejam membros do partido no poder" [5].

Como se pode «ver com a tua consciência», as autoridades tradicionais, hodiernamente, encontram-se numa crise [6] profunda e são factores negativos para a nossa «bebé» democracia.

«Os anos de maior crise para as autoridades tradicionais foram aqueles que se seguiram à independência quando o Governo do MPLA substituiu muitos sobas pelos membros do Comité Central do partido (MPLA) que depois assumiram as tarefas anteriormente realizadas pelos substituídos.

Este período é de particular importância para compreender as origens da confusão contemporânea associada à identidade do soba, porque os nomeados do Governo adoptaram por si só o título de soba, enquanto o soba hereditário foi marginalizado, mas não desapareceu.

O resultado e a existência de dois grupos de autoridades tradicionais, em que um trabalha para o governo e outro para a tradição, fazem que não seja possível distinguir claramente entre eles. "De facto, muitos dos nomeados uma linhagem para validar as suas credenciais hereditário, e assim dificulta mais ainda a possibilidade de distinção" [7]: Ainda hoje existem exemplos vivos e de fácil localização para efeito de investigação, estes casos aconteceram em Malange e no Bailundo, onde os sobas foram destronados do seu reino:

[...] aconteceu em Malange, o soba 'Kula-Xingu' de regresso, o seu trono já tinha sido ocupado, embora neste caso não sabemos ao certo quem colocou o oportunista. Este caso gerou um conflito contínuo até hoje. Outro exemplo é «o caso do rei Utondosi II do Bailundo investido segundo os ditames da tradição que acabou por ser destronado de jure pelo poder político que por em sua vez colocou um homem de sua conveniência, Katchitipololo, agora Rei, mas sem os poderes tradicionais reconhecidos, [8].

NOTAS

[1]. CRUZ, DOMINGOS, A crise das autoridades tradicionais I, In Folha 8, 14.6.07, p.25.

[2] COMERFORD M, Apud Ibid. [3] CRUZ, DOMINGOS DA,... A crise das autoridades tradicionais I, IDEM.

[4] CRUZ, DOMINGOS DA,... A crise das autoridades tradicionais II, In Folha8, 21.6.07, p.29.

[5] SAMAKUVA I, Apud Ibid.

[6] «Crise, normalmente o termo é usado pejorativamente. Etimologicamente, significa momento de decisão. O termo vem do verbo grego *krinós*: discernir, avaliar... por conseguinte uma crise tanto pode levar a ruína como tornar-se um *kairós*, isto é, um momento oportuno, uma ocasião favorável, um tempo decisivo para projectar e lançar-se a reconquista dos ideais perdidos" CMontani, M, apud, Imbamba,]; Uma nova cultura para mulheres e homens novos..., 2003, p.14). «Segundo Abbagnano, o termo nasceu e desenvolveu-se no ambiente médico, e indica na medicina hipocrática, a transformação decisiva que se produz no ponto culminante duma doença e orienta o curso desta em sentido favorável ou desfavorável.

Na época recentes, o termo foi ampliado para significar uma transformação decisiva que se produz em qualquer aspecto da vida social» (Abagnano, N, cit.p. Imbamba... p.107.) «trata-se de uma situação conjuntural: política, económica, social e cultural anómala, caracterizada por alterações históricas que freiam o desenvolvimento e progresso» (Tati, R; Crise africana... apud, lbid.p.cit.), «fias que ao mesmo tempo, pode constituir um momento de viragem, de impulso e de projecto para realizações inovadoras e mais humanizante» (Ibid., p.cit) «Quando os gregos falavam de crise, referiam-se a uma situação, uma circunstância" a um momento, a uma realidade em que algo estava se quebrando, submergindo, naufragando, e que, por isso mesmo, devia ser abandonado definitivamente. Não era possível mais continuar seguindo da mesma forma. Sem dúvida, uma situação de crise suscita uma sensação de fracasso e gera uma crescente angústia. Parece que estamos num beco sem saída, por não se vislumbrar um caminho ou não se encontrar uma resposta. E facilmente a desesperança e a frustração se apoderam de nós. Mas, ao mesmo tempo, a crise é um momento propício para compreender a necessidade de assumir uma nova actitude, de buscar um caminho diferente, de sentir a urgência de uma mudança, de tomar decisões radicais e começar a assentar as bases para construir uma alternativa inspirada por uma utopia que seja crível e desejada. Tribulação, vicissitudes, caos desventura, conflitos, o que uma crise expressa; desconcerto, incerteza e o que ela gera; busca, anseios de mudança, decisões audazes são as saídas possíveis para tal situação» (Tonelli, M, A missão profética da educação...,2000, pp.25-26.)

[7] COMERFORD M, Apud CRUZ D,... a crise das autoridades tradicionais II, lbid.

[8] CRUZ D, A crise das autoridades tradicionais em Angola, In Terra angolana, 25,8.07, p.21.

Novo Jornal 8-08- 2008

A "DERIVA ELITISTA" de alguns sectores políticos e administrativos parece, finalmente, posta de parte. O volume e o ritmo das obras de carácter social em curso em todo o país demonstra-o à saciedade. Só não o vê quem não quer.

Faço aqui um desafio à pequena burguesia caluanda: deixem, por instantes, de ficar pregados à 1V Globo e assistam à TPA, para constatar o trabalho que está a ser feito. Sejam indulgentes com o tom "ufanista" de algumas peças da nossa estação televisiva, pois, por detrás dele, há um facto indesmentível: o governo está a fazer a sua parte. Pode dizer-se que a proximidade das eleições acelerou esse facto.

É por isso, justamente, que a democracia é uma coisa boa. Assim, será imperioso, depois das eleições legislativas marcadas para 5 de Setembro, realizar as presidenciais e avançar para as autárquicas, a fim de completar o ciclo e consolidar a edificação do nosso sistema democrático.

As autárquicas, em particular, ajudarão não somente a repartir o poder, em bases democráticas, e a aliviar a pressão sobre o centro, mas também a resolver os problemas concretos das comunidades. Entretanto, e "enquanto o lobo não vem", é perfeitamente possível fazer coisas. No caso, diga-se, será um "lobo bom".

As obras que, nos últimos tempos, começam a mudar a imagem dos bairros de Luanda, em especial os bairros suburbanos e peri-urbanos, confirmam essa tese. Esclareço: não me refiro às grandes obras estruturantes, como as vias expressas ou as avenidas circulares. Refiro-me às pequenas e médias intervenções que estão a ser executadas nos bairros de Luanda.

As makas de luz e água – que são mais complexas e profundas do que alegam as meras acusações de campanha – começam a ser minimizadas. O saneamento está a ser todo revisto ou iniciado de raiz. As ruas começam a ser terraplenadas e algumas asfaltadas.

Os passeios a ser construídos pela primeira vez. Aqueles que, prisioneiros dos seus próprios ressentimentos, apenas são felizes quando têm alguma coisa da qual falar mal, dirão que tudo isso já poderia ter sido feito há muito tempo. É verdade. Mas quem tem razão é o povo, quando diz "mais vale tarde do que nunca".

Além disso, o mérito tem de ser dado a quem é capaz de escutar as críticas, os reparos, os apelos e as sugestões. Afinal, a luta também começou, há muito tempo atrás, para reparar a situação dos angolanos que, como disse o poeta, viviam nos "bairros escuros/sem luz e sem água".

Os que começaram a luta têm a obrigação de prosseguir esse combate até ao fim. Os factos mostram

3.2 Os bairros

que estão a fazê-lo. Neste momento, não dá para recuar.

3.3 «Políticos preocupam-se mais com ascensão ao poder que falar dos objectivos do milénio»

A Capital 16-08-2008

EM entrevista ao A Capital, Fernando Pacheco disse que os países subdesenvolvidos, tal como Angola, não dão suficiente importância aos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), por causa das políticas que os Governos destes países seguem.

Segundo ele, no caso de Angola, para além dos políticos desconhecerem os principais itens do ODM, outro factor que contribui para tal desinteresse é a ambição que os políticos têm para estarem no poder.

«Os políticos estão mais preocupados com os mecanismos de acesso ao poder, só que quando chegam ao poder a preocupação é o clientelismo», em detrimento do cumprimento dos ODM, assumidos, em 2000, durante a Cimeira do Milénio das Nações Unidas.

Para o responsável da ADRA, a questão dos Objectivos do Milénio, no nosso país, só começará a ser debatido seriamente pelos políticos da oposição e não só, quando o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, decidir falar sobre o assunto, tal como aconteceu com os biocombustíveis.

«Os partidos deveriam falar mais vezes sobre o ODM. Deveriam incorporar essa preocupação nos seus programas governamentais, mas a mim parece que estão à espera que o Presidente da República fale primeiro deste assunto para só depois eles também se pronunciarem», frisou.

Quando questionado se o nosso país conseguirá cumprir o ODM no prazo estipulado, 2015, o responsável da ADRA mostrou-se um pouco céptico, porque, segundo ele, para que se atinja tal desiderato é necessário que se mude rapidamente a política de governação em alguns sectores da economia.

«Isso é um problema de política e de ética dos Governos. É necessário que se preste maior atenção à agricultura familiar. É preciso impor serviços e o acesso aos serviços só podem ser garantidos pelo Estado. É necessário, mas do que tudo, melhorar o nível de vida da população», salientou.

A seu ver, é pouco inteligente que os ricos não estejam preocupados em reduzir a pobreza, porque quanto maior for o nível da pobreza poucas são as pessoas que poderão obter um bem comercializado por esse rico.

«Todo o indivíduo que tem uma renda diária de dois dólares é pobre. Se o poder de compra é de dois dólares, então ele não conseguirá comprar um rádio ou televisão, bens que normalmente são produzidos pelos ricos. Ou seja, se o pobre tiver mais poder de compra, mais ele engordará os bolsos do rico».

Fernando Pacheco sublinhou ainda que o ponto mais importante do ODM é o combate à pobreza, porque os outros são contribuições ao grande propósito que é a redução da pobreza. Por exemplo acrescentou é necessário que se melhore o nível de escolaridade e o equilíbrio do género, dois dos objectivos do milénio. Porque quanto mais mulheres tiverem acesso aos serviços, também estarão em melhores condições de melhorar o nível da família.

«Uma mulher que fica em casa contribui menos para o Produto Interno Bruto (PIE) do que a mulher enfermeira. Uma mulher educada tem mais possibilidade para contribuir ou melhorar o rendimento da família», acentuou.

O crescimento do PIE, outro item também recomendado pela Cimeira do Milénio das Nações Unidas, com vista a se atingir o ODM, também preocupa o nosso interlocutor. Para ele, é necessário que se reveja a forma como e onde o mesmo é utilizado.

«Para além do dinheiro público estar a ser encaminhado para projectos que não concordo, como o PRESILD ou os Nossos Super e o Aldeia Nova, há também o problema de esbanjamento. Gasta-se muito dinheiro com as misses e com as galas. Seria importante saber quanto representa o tempo que uma pessoa gasta nos engarrafamentos, por deixar de produzir», disse, para depois acrescentar «é um disparate muito grande gastar-se tanto dinheiro em cabazes de natal de 2 mil dólares, quando este dinheiro poderia ser acrescido ao salário do trabalhador e ele optar por fazer as suas compras».

Quanto ao nível internacional, muitos são os observadores que consideram que há pouca vontade dos países mais desenvolvidos ajudarem os menos desenvolvidos.

Fernando Pacheco acha que «os problemas de má governação e corrupção condicionam os apoios financeiros». «Isto é um problema de política, por isso acho que o modelo de desenvolvimento é que se deve ter em conta», finalizou.

3.4 Governador de Cabinda homenageia soba Ndjimbi Nkonko em cerimónia tradicional

Jornal de Angola 26-08-2008

O malogrado ancião Ndjimbi Nkonko foi homenageado domingo último pelo governador de Ca-

binda, Aníbal Rocha, por ser um símbolo da cultura daquela região, que soube, enquanto vivo, representar e difundir os valores locais no seio da população.

A cerimónia, realizada no santuário tradicional da aldeia de Tchizo, uma pequena povoação situada na periferia da cidade de Cabinda, centro do poder tradicional dos povos de "Macongo", "Maloango" e "Muangoyo", serviu para reforçar na memória colectiva dos cabindenses, a imagem de Ndjimbi Nkonko e comemorar os 14 anos do passamento físico deste líder.

Antes de entrar no "solo sagrado" do santuário tradicional daquela aldeia, o governador Aníbal Rocha teve que cumprir com um ritual local, assim como visitar o santuário onde os "Bakama" congregam-se para vestirem as indumentárias tradicionais de folhas secas de bananeiras e as máscaras, antes de qualquer acto público.

Antecedida pela deposição de uma coroa de flores junto ao seu túmulo, situado no cemitério de "Mbulu

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Chefe de observadores eleitorais europeus chega terça-feira

Novo jornal 1-08-2008

A chefe da missão de observadores eleitorais da União Europeia que vão supervisionar as legislativas chega na terça-feira, dia 5, a Angola. Luísa Morgantini junta-se à equipa central de observadores europeus que estão, desde a semana passada, em Luanda, a preparar a missão.

Luísa Morgantini é membro e vice-presidente do Parlamento Europeu.

Na conferência de imprensa que está agendada para a próxima quinta-feira, a chefe dos observadores europeus deverá explicar como a sua equipa, formada por cerca de 100 elementos, fará a supervisão do processo eleitoral.

Em Luanda desde a última terça-feira, onde faz os preparativos para o arranque dos trabalhos, a equipa central da missão europeia conta com oito elementos especializados nas áreas jurídica, eleitoral, política e de comunicação. Vêm de Espanha, Portugal, Grã-Bretanha, Alemanha e Áustria.

Também na próxima semana chegam a Angola 40 observadores de "longo prazo", que ficarão no país até uma semana depois das eleições. Os observadores de "curto prazo", entre 40 e 50 pessoas, chegam mais lá para a frente, entre 20 e 25 de Agosto, voltando à Europa pouco tempo depois de 5 de Setembro.

Segundo Jutta Vangel, chefe de imprensa da missão, "os observadores vão ser distribuídos pelas províncias em equipas de duas pessoas". Em Luanda, ficam apenas "cinco ou seis elementos". A porta-voz salienta ainda que, "por uma questão de imparcialidade", a actuação dos cerca de 100 observadores europeus que vão acompanhar as legislativas angolanas será "totalmente independente tanto da Delegação da EU em Angola, como da Comissão Europeia e do Parlamento Eu-

ropeu".

4.2 Mulheres estão bem mais preparadas para votar do que nas eleições de 1992

Jornal de Angola 2-08-2008

As mulheres angolanas estão melhor preparadas para participarem nas eleições legislativas do que em 1992, considerou a ministra da Família e Promoção da Mulher, Cândida Celeste da Silva, em declarações ao Jornal de Angola.

Em entrevista exclusiva a propósito do 31 de Julho, Dia da Mulher Africana, a governante afirmou que tem vindo a trabalhar com as mulheres desde o recenseamento eleitoral e tem certeza de que elas vão votar em consciência.

"Eu tenho certeza de que elas vão votar, nós temos vindo a trabalhar com elas há já algum tempo. Elas aguardam somente pelo dia, pois que não será a primeira vez que se dirigem às urnas para votar, já o fizeram em 1992. Logo, não existe tanta surpresa".

Na óptica de Cândida Celeste, em 1992 as mulheres não tinham ainda certeza do voto, dada a situação de guerra em que o país se encontrava. Actualmente, acrescentou, elas têm a certeza do que vão fazer, "porque estão seguras de que a paz veio para contribuir para a evolução do país e garantir a estabilidade sócio económica dos seus filhos e maridos".

A ministra apelou a todas as mulheres no sentido de convencerem os vizinhos e maridos a aderirem às mesas de voto e devem dialogar bastante para que, em família, decidam o partido a que vão votar. "As famílias não devem partir divididas quanto à escolha do partido.

Deve ser uma família um mesmo partido", defendeu Cândida Celeste, antes de considerar ser importante que as mulheres mostrem as bandeiras, porque serão muitas as pessoas que vão se guiar pelas mesmas.

A par das mulheres, a governante defende que os jovens acolham igualmente em massa nas assembleias de voto, porque, como sublinhou, "o futuro está nas suas mãos".

Segundo Cândida Celeste, "um jovem que disser que não vai votar não é digno de estar numa sociedade". E acrescentou: "é mais fácil entender que um antigo combatente não pretenda votar".

Aconselhou as mulheres a conhecerem os ideais dos partidos políticos, a sua carreira, o seu programa, o presidente e o historial, para que estejam certas e convictas na hora de eleger os novos dirigentes do país. "Fiquem atentas, porque estas eleições não são para eleger um presidente, mas sim, uma bandeira. Temos de ter ainda em atenção de que não se risca na bandeira, haverá um sítio próprio para assinalar e escolher o seu

partido", alertou.

Nada de vandalismo

Cândida Celeste aproveitou a ocasião para alertar a juventude a não aderir a práticas de vandalismo durante o período de campanha nem mesmo no dia 5 de Setembro. "Como mãe deste Ministério, peço encarecidamente aos jovens que evitemos as confusões. Não vamos provocar o partido do outro, mas respeitá-lo".

A ministra aconselhou as mulheres a denunciarem à Polícia os filhos que possuem armas em suas casas. "Você que é mãe e irmã, denuncie, se houver armas em casa, para que o seu filho não seja preso. Precisamos preservar a segurança nas famílias e na sociedade. Os que possuem armas devem ser denunciados para não acontecer o pior, já que estamos a entrar numa fase de muita tensão".

A primeira coisa que temos de fazer na semana do dia 5 de Setembro é organizar a casa e sensibilizar as famílias, porque nesta data todos irão cedo às mesas de voto, têm de ser as primeiras a chegar, porque as eleições vão ser só num dia, não podem ficar atrás. "Sejam vocês mesmas a levar os filhos para evitar confusão na hora do voto. Vamos controlá-los para que tudo corra bem".

A titular da pasta da Família apelou aos homens para não impedirem as suas esposas de saírem de casa. "Nenhum marido deve proibir a mulher de votar, estamos num país democrático. As mulheres têm o direito ao voto.

A nossa Constituição dá-nos esse direito, por isso aconselho as mulheres a não ficarem em casa, mas a acorrerem às assembleias de voto e não deixem que os maridos vos impeçam de exercer o vosso direito como cidadãs".

4.3 Campanha eleitoral arranca amanhã

Jornal de Angola 4-08-2008

Dez partidos e quatro coligações dão início amanhã à campanha eleitoral em todo o país, processo que vai culminar a três de Setembro, dois dias antes da votação dos 220 deputados à Assembleia Nacional.

MPLA, UNITA, FNLA, PRS, PLD, FpD, PDP/ANA, PAJOCA/PP, PADEPA, PRD, AD-Coligação, PPE, ND e FOFAC são os 14 concorrentes às eleições legislativas de 5 de Setembro próximo.

O MPLA encerrou sábado a sua pré-campanha eleitoral, juntando no bairro do Zango, arredores de Luanda, mais de um milhão de pessoas, naquela que é tida como a maior manifestação de massas já registada em Angola num acto político.

Definidos estão igualmente os tempos de antena para os partidos políticos na Televisão Pública de Angola

(TPA) e na Rádio Nacional de Angola (RNA), que estarão, assim, no ar de 5 de Agosto a 3 de Setembro.

Nesse sentido, para a TPA, o primeiro partido a ocupar o tempo de antena de cinco minutos diários, que começa às 19:15 serão PADEPA, seguido pela UNITA, FOFAC, FNLA, AD-Coligação, PDP/ANA, PRS, PRD, MPLA, PLD, Nova Democracia, FpD, PPE e PAJOCA.

Para a rádio (RNA), cada uma das candidaturas terá 10 minutos de tempo de antena, tendo ficado definida da seguinte fauna: FpD, PRD, Nova Democracia, Coligação AD, PDP/ANA, PAJOCA, PLD, PPE, FNLA, FOFAC, PRS, UNITA, MPLA e PADEPA.

As rádios privadas, se o quiserem, podem ceder espaços de antena aos partidos políticos, respeitando sempre o horário estabelecido dos órgãos públicos.

O Governo fixou em 1,275 mil milhões de kwanzas a verba global destinada a financiar as campanhas eleitorais dos partidos políticos.

A subvenção a ser atribuída a cada partido ou coligação de partidos fica a cargo da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), a quem compete, igualmente, fiscalizar a regularidade da utilização da subvenção para fins que justifiquem a sua atribuição.

A Comissão Europeia enviou para Angola uma missão de observadores que acompanhará as eleições legislativas do próximo dia 5 de Setembro e envolve 90 observadores.

Os primeiros elementos da missão, chefiada pela eurodeputada Luísa Morgantini, chegaram terça-feira última a Luanda.

A chefe da missão e sete especialistas estão já no terreno, juntando-lhes no próximo dia 8 outros 44 observadores de longo prazo, encarregados de acompanhar o período de campanha eleitoral.

Uma outra equipa de 40 observadores, que inclui peritos da Suíça e da Noruega, será enviada para acompanhar o período eleitoral.

A missão ficará em Angola várias semanas após as legislativas, observando o período pós-eleitoral.

O orçamento da missão, de acordo com a Comissão Europeia, ascende a 2,8 milhões de euros. "Estas são as segundas eleições em Angola.

As primeiras realizaram-se em 1992, lembrou a comissária europeia para as Relações Externas, Benita Ferreiro Waldner.

"As eleições de 1992 foram seguidas por uma nova guerra civil", sublinhou ainda, acrescentando que "desde então, a situação política melhorou", considerando este escrutínio como "crucial para o reforço da democracia angolana".

Por seu lado, o comissário para o Desenvolvimento, o belga Louis Michel, adiantou que Bruxelas "está ao lado de Angola, que é um parceiro-chave na região".

4.4 Muitos angolanos (ainda) associam eleições ao trauma da guerra

Folha8 9-08-2008

Artur Pestana (Pepetela), um dos poucos escritores que ainda não virou "comerciante de ideias" do sistema vigente em Angola, escreveu o que a maior parte dos intelectuais angolanos pensa (e quando pensa!) em silêncio sobre o processo eleitoral em curso no País. O escritor disse o que lhe vai alma e pediu responsabilidade às (supostas) elites angolanas durante o processo eleitoral em curso e apela às instituições da sociedade que lhes exijam certas atitudes de equilíbrio e tolerância, condenando os gestos extemporâneos logo que se manifestem. A opinião do autor das "Aventuras de Ngunga", entre outras obras, disse igualmente que a população ainda associa as eleições à guerra.

Pepetela, um dos mais conceituados escritores angolanos, denuncia, numa crónica da sua autoria publicada na página 31 da última edição da revista portuguesa "Le Courier International", as «sombras» que pairam sobre o processo eleitoral e exige que, desta vez, as elites saibam comportar-se de forma responsável.

"Depois do fracasso de 1992, primeira e única vez que o Povo angolano votou por uma Assembleia Nacional e um Presidente da República, sofrendo em seguida a pior guerra de sempre, é natural haver receios acrescentados em relação a esta segunda tentativa", sublinha.

Pepetela afirma na referida crónica que uma parte da população angolana ainda associa eleições com guerra e muito trabalho tem de ser feito para se ultrapassar esta falsa relação e convencer os relutantes de que votar não é só um direito como um dever de cidadania.

O escritor - que em 1997 arrebatou maior galardão literário de Língua Portuguesa (Prémio Camões) apela a necessidade de se "ultrapassar todos os temores e tomar a única atitude possível: vamos para frente e confiantes. Se o Povo já ganhou, com os horrores do passado, a riqueza da sabedoria e da ponderação, esperemos então que as elites políticas, únicas responsáveis pelo que acontecer, de bem ou de mal, tenham assimilado finalmente uma pequena parte dessa lição. Esperemos que desta vez se saibam comportar como elites responsáveis, já que quiseram assumir um dia esse estatuto".

Para ajudar a capacidade de ponderação das elites – reflecte Pepetela na sua crónica –, deveria haver um forte controle social sobre elas. Nesta conformidade, o

escritor manifesta a esperança no seu escrito dizendo que talvez não seja tarde para que as pessoas e instituições da sociedade lhes exijam certas atitudes de equilíbrio e tolerância, condenados os gestos extemporâneos logo que se manifestem. "Houve uma tentativa de se estabelecer uma espécie de código de conduta, mas a sua iniciativa partiu de partidos políticos, estando portanto imediatamente destinada a ser minimizada. Teria de ter começado em organizações e individualidades acima dos interesses partidários, para poderem ter a força de exigir que o que perca as eleições aceite os resultados sem muita contestação e o que ganha não procure esmagar os outros com o seu triunfo", refere.

Pepetela, de nome próprio Artur Pestana, nasceu em Angola, na província litoral de Benguela, aos 29 de Outubro de 1941. Descendente de uma família colonial, os seus pais eram, no entanto, já nascidos em Angola.

É na sua cidade natal que Pepetela faz o ensino primário, depois a partida para o Lubango, só aí era possível prosseguir os estudos e foi no Liceu Diogo Cão que Pepetela completou o ensino secundário. Lisboa, em 1958, foi o destino académico que se seguiu, no Instituto Superior Técnico que o autor frequentou até 1960 quando ingressa no curso de engenharia. Uma vez mais a mudança, desta vez para frequentar o curso de Letras apenas durante um ano, pois, ainda em 1961, Pepetela faz a opção política que viria a mudar o rumo da sua vida e a marcar toda a sua obra, tornando-o um narrador de uma história de Angola que conhece, porque a viveu. Pepetela tornou-se militante do MPLA em 1963. Quando abandona a vida política, Pepetela opta pela carreira de docente na faculdade de arquitectura em Luanda a dar aulas de sociologia.

Pepetela é autor de obras *As Aventuras de Ngunga* (1973), *Muana Puro* (1978), *Mayombe* (1980), *O Cão e os Caluandas* (1985), *Yaka* (1985), *Lueji* (1989), *Geração da Utopia* (1992), *O Desejo de Kianda* (1995), *Parábola do Cágado Velho* (1997), *A Gloriosa Fanúlia* (1997), *A Montanha da Água Lilás* (1997), *Jaime Bunda, Agente Secreto* (2001), *Jaime Bunda e a Morte do Americano* (2003), *Predadores* (2005), *O Terrorista de Berkeley*, (2006), *Califórnia* (2007), *O quase fim do Mundo* (2008).

4.5 Religiosos apelam a contenção verbal durante a campanha eleitoral

Folha8 9-08-2008

A igreja, os seus membros, nomeadamente padres, pastores, leigos e acólitos, querem o engajamento e compromisso solene de todos os actores políticos, comprometidos com o processo eleitoral a adoptarem uma postura de civilidade, urbanidade, tolerância, respeito pela diferença, durante e após a realização do pleito eleitoral, bem como depois da publicação dos resultados finais. Esta mensagem foi o pano que cobriu

o Congresso Pro Pace, que reuniu mais de uma centena de padres, freiras, pastores, catequistas, funcionárias públicas, deputados, políticos e populares, desde os fins de Julho à 06 de Agosto, numa iniciativa e orientação do bispo da diocese de Viana, D. Joaquim Ferreira Lopes.

"Ninguém mais deve ser estimulado a contestar resultados pela via da violência armada ou da instabilidade social. Devemos ser tolerantes e preservar o bem maior que é a estabilidade de Angola e dos angolanos", disse ao F8, o pastor Manuel António, no rescaldo de um encontro dos membros do Congresso Pro Pace, realizado no 06, na Diocese de Viana.

A maioria dos participantes louvando a Deus, deixaram de pedir, preferiram descer os degraus da humildade e implorar aos políticos e povo em geral a ter esperança no futuro de Angola e dos angolanos, porquanto as eleições legislativas de 05 de Setembro, não são um fim em si.

"O país não vai acabar nesse dia, pelo contrário, pode até lançar as sementes de um verdadeiro relançamento económico e social, capaz de absorver a inteligência e iniciativa de todos os seus filhos", disse o pastor António, na senda do apelo final do Pro Pace, que pede o afastamento prévio da "cultura do medo, da intolerância política, da Corrupção e da falta de transparência", handicap impeditivo a uma contribuição positiva e de esperança, quanto a campanha das legislativas de Setembro, que deve ser vista por todos como o "caminho importante e necessário para conquistar a paz".

Daí todos quantos participaram no conclave da Diocese de Viana terem apelado ao voto consciente do cidadão eleitor, que ninguém o pressione a votar num partido que não seja o de sua preferência, principalmente, nas zonas rurais. "Ninguém deve ser pressionado, tanto as mulheres camponesas, os velhos e os jovens, mas temos ainda o segmento dos desempregados e mesmo desmobilizados, que podem ser aliciados a votar num partido, com a falsa promessa de no dia seguinte, ver a sua vida mudar de repente", disse o seminarista Joaquim Luís. Por esta razão o congresso espera que todo o processo eleitoral decorra com a normalidade já evocadas pelas autoridades policiais, militares e até a mensagem do Presidente da República, que apela a calma e serenidade de todos, para darmos um exemplo a África e ao mundo.

4.6 Observadores eleitorais nacionais dão mais credibilidade ao processo

Jornal de Angola 16 -08-2008

O professor universitário Raul Araújo afirmou, ontem, em Luanda, que a observação nacional nas eleições legislativas de 5 de Setembro tem "um peso maior", sem descartar a importância que tem a observação

internacional na credibilização do processo a nível da comunidade internacional.

Raul Araújo defendeu esta ideia quando falava sobre "O papel da sociedade civil enquanto agente eleitoral", na conferência internacional sobre "a sociedade civil enquanto agente e observadora eleitoral", organizada ontem pelo Instituto angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia (IASSED), no auditório Maria do Carmo Medina, na Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

O antigo bastonário da Ordem dos Advogados de Angola, ao apresentar o enquadramento legal sobre a participação dos agentes da sociedade civil nas eleições, defendeu que a observação nacional é importante para credibilizar o processo eleitoral angolano a nível da comunidade internacional.

"Eu não quis dizer e nem quero ser interpretado que tenha dito, que a observação internacional não é importante. Mas acho que a observação nacional tem um peso maior. Têm que ser, em primeiro lugar, os nacionais a credibilizarem o sistema, porque se os angolanos chegarem à conclusão que o processo eleitoral em Angola não decorreu da melhor forma, por muito que as organizações internacionais o façam, dizendo que sim, os angolanos não vão aceitar esse resultado", disse.

O chefe-adjunto da Missão dos Observadores da União Europeia, José António de Gabriel Pérez, considerou também que o protagonismo na observação nas eleições legislativas deve ser dos angolanos e tem sido assim nos outros países onde a UE faz observação eleitoral. "Acho que é muito importante a presença dos observadores nacionais em grande número.

É bom que a sociedade civil esteja envolvida nos processos eleitorais para reforçar a credibilidade e também para ajudar à formação cívica dos cidadãos", disse. Raul Araújo, que é membro da Comissão Nacional Eleitoral, sem se referir a um número exacto, garantiu que já há observadores nacionais acreditados.

João Castro "Freedom", secretário-geral da Liga Internacional da Defesa dos Direitos Humanos e Ambiente, uma organização não governamental angolana, disse que a ideia defendida pelo professor Raul Araújo é de aplaudir, mas há falta de meios logísticos para que as ONG possam observar com a credibilidade que se pretende. "Se os partidos políticos beneficiaram do apoio financeiro do Estado para os seus fiscais, certamente eles fazem o mesmo papel que as organizações da sociedade civil fazem, que é o da paz e do desenvolvimento nacional", disse.

4.7 Processo deve ser transparente para afastar

suspeição prévia e posterior de fraude

Folha 8 16-08-2008

Mais uma vez o futuro está nas mãos dos Angolanos. Esta "onda" de esperança, de querer mais e melhor, de harmonia, de liberdade, de ética e justiça sociais terá de banhar definitivamente Angola.

Nós vamos conseguir. Angola é já uma potência regional e poderá ser um exemplo positivo em África no que se refere à legitimidade democrática e ao desenvolvimento socioeconómico sustentável, equilibrado e flexível tanto em termos sectoriais como especialmente em termos provinciais e entre áreas urbanas versus rurais.

Estas duas vertentes fundamentais do desenvolvimento humano e da erradicação da pobreza dependem, em grande medida, da forma como decorrerem as próximas eleições legislativas, em 5 de Setembro de 2008, na medida em que a legitimidade democrática facilitará a implementação dos enormes desafios que o nosso País terá ainda de enfrentar nos próximos anos. E as expectativas dos Angolanos são, merecidamente, gigantescas.

Está, todavia, nas nossas mãos fazer com que elas se realizem! E sempre através do voto, obtido de forma pacífica e como resultado de uma campanha eleitoral sem restrições de qualquer espécie, mas ordeira e construtiva. O nosso Povo já ganhou este direito.

A legitimidade dos governantes advém da existência/consolidação de um sistema político-institucional aberto, democrático, justo e eficaz, incluindo a descentralização regional e local (de facto) do poder, da responsabilidade e dos recursos produtivos.

A legitimidade democrática irá em muito contribuir para a consolidação da reconciliação nacional baseada no desenvolvimento de uma cultura de transparência e responsabilização popular, bem como em investimentos maciços nos sectores sociais, de forma inclusiva e participativa.

Por conseguinte, o sucesso das próximas eleições legislativas traduzir-se-á pela qualidade da liderança eleita e, conseqüentemente, pela boa governação que ela colocar ao serviço dos Angolanos.

Pois ambas são essenciais para uma gestão honesta e eficaz dos recursos do Estado, para o cumprimento da lei e ordem, para a criação e consolidação de instituições e infra-estruturas funcionais e pró - desenvolvimento, para a promoção dos sectores sociais, para o investimento maciço na agricultura, na investigação agrícola, no sistema de crédito e na comercialização, assim como para o desenvolvimento de um sector privado que produza riqueza, crie empregos, fomenta parcerias público-privadas

benéficas para as populações e desenvolva métodos de produção ambientalmente sustentáveis e limpos.

Como complemento é também fundamental o fortalecimento de uma sociedade civil organizada e fiscalizadora da "bondade" da governabilidade política e da concretização das metas socioeconómicas, claramente definidas pelo governo eleito.

As expectativas e/ou necessidades são muitas, variadas e sobejamente conhecidas. O Governo eleito terá de satisfazer rapidamente, pelo menos, as mais básicas, nomeadamente as relacionadas com a segurança alimentar (incluindo a fome), o fornecimento de água potável e de saneamento adequado, a educação básica e os cuidados de saúde primários para todos, a erradicação da pobreza extrema e exclusão social, a desminagem (em particular nos campos de cultivo e junto às fontes de água), e a reintegração social, económica e "territorial" de todos aqueles que estão ainda à espera dos benefícios da paz.

Angola tem tido nos últimos anos taxas elevadíssimas de crescimento económico (segundo a OCDE/BAD de 2007/2008) de 18,6 e 19,8% em 2006 e 2007, respectivamente; todavia, continua a ter enormes desigualdades na distribuição do rendimento, da riqueza e de oportunidades (de facto, teve em 2005 um dos mais elevados coeficientes de Gini do mundo, 0,64) e um baixo índice de desenvolvimento humano (0,446) _ ocupa <t 162ª posição num conjunto de 177 países T" inferior à média dos países da África subsahariana (0,493) e dos países em desenvolvimento (0,691).

O nosso crescimento não contribuiu, portanto, como seria desejável, para a redução da pobreza e para uma mais alargada diversidade da economia, pois continuamos muito dependentes dos hidrocarbonetos. Como economista sei perfeitamente que não existem varinhas mágicas e muito menos soluções simples ou únicas. Sei também que poderia ter enumerado demagogicamente outros indicadores muito negativos para a nossa imagem externa não vai por aí.

Sei ainda que poderia realçar outros aspectos muito positivos, iniciados alguns apenas há dois anos (como, por exemplo, os relacionados com o desenvolvimento infra-estrutural e agrícola; com o impulso dado às indústrias transformadoras e à actividade bancária; o desenvolvimento de algumas competências técnicas e profissionais; e o melhoramento dos fundamentais macroeconómicos).

No entanto, escolhi aqueles dois, por dois motivos: O) como cidadã independente e que quer o melhor para o seu País tenho a obrigação de dar o meu contributo, por pequeno que seja e pouco ouvido, pressionando de uma forma construtiva, desde já o Governo a ser eleito, para que se faça mais, melhor e mais depressa e se obtenham resultados palpáveis a curto prazo; 00 porque são os indicadores que nos dizem algo sobre quão desequilibrado tem sido o modelo de desenvolvimento escolhido para Angola.

Temos capacidade financeira, temos quadros, temos mão-de-obra suficiente, temos terras altamente produtivas, temos recursos naturais, temos excesso de oferta de água, temos bom clima e temos ainda parceiros amigos dispostos a suportar conosco a dor deste parto difícil o que nos falta, então?

O novo Governo eleito democraticamente terá: de conseguir um consenso alargado para levar a cabo as principais transformações de longo prazo _ através de um modelo centrado no desenvolvimento social, um modelo aplicado as populações e com as populações; de consolidar e ampliar um sentimento de solidariedade nacional _ é insustentável a desigualdade existente na distribuição da riqueza, dos recursos e das oportunidades; de fomentar o acreditar de toda uma nação que a opinião e o trabalho de cada um são igualmente importantes; e de criar um clima mais harmonioso de confiança pessoal e cívica e de optimismo social, tanto para os Angolanos como para os investidores estrangeiros.

Angola precisa de ter uma sociedade mais justa e mais livre, e uma economia mais flexível, aberta, equilibrada e inclusiva, com regras claras e credíveis, bem como uma administração pública gerida de forma eficaz, funcional e pro-desenvolvimento.

4.8 Civismo

Jornal de Angola 17-08-2008

O povo angolano está a dar lição de civismo à África e ao mundo do que pode ser uma eleição exemplar. Até ao momento, a campanha eleitoral, que decorre por todo o país, tem sido um grande exemplo do que pode vir a ser a eleição que se pretende no dia 5 de Setembro.

A campanha, que teve o seu início nos princípios deste mês, continua a decorrer de uma forma exemplar. O civismo e o pluralismo continuam a ser a marca da campanha que vai conduzir os angolanos às eleições deste ano, que, por sua vez, vão consagrar os futuros governantes deste país para um período de quatro anos.

Os angolanos precisam de renovar o mandato dos seus representantes e a campanha que hoje vai a meio constitui a antecâmara do que poderá ser o país depois do dia 5 de Setembro.

O que se observa até hoje é o que sempre se esperou dos angolanos. Os partidos que se encontram lançados na campanha estão a observar até aqui os pressupostos requeridos: a tolerância, a concórdia e, sobretudo, o espírito de angolanidade. Numa só palavra: um exemplo de campanha.

As catorze formações políticas, que são os dez partidos e as quatro coligações que concorrem às eleições legislativas deste ano, estão a mostrar que a convivência na diferença é possível, quando o país é colocado em

primeiro lugar.

Todos os angolanos, independentemente das suas filiações, acreditam num país diferente e melhor. Por isso, o exercício que se está a levar a cabo diz respeito a todos, numa altura em que o país comemora os seis anos de paz. Angola realiza as segundas eleições legislativas da sua história como Nação e, como só podia ser, a tolerância e a convivência pacífica constituem o grande trunfo para o êxito deste pleito.

Cansado de intrigas, de guerra e de incerteza, o povo angolano encara com seriedade o desafio eleitoral e, mais uma vez, vai demonstrar que para traz ficaram os anos de insegurança e de guerra sobretudo. Hoje, o caminho é rumo a uma Angola livre, justa, democrática e de oportunidades para todos.

E este espírito que move todos os filhos deste país, determinados em dar muitos mais passos em frente a partir de Setembro próximo.

É um sonho que vem de há muito e que por razões sobejamente conhecidas ficou adiado por décadas. Os angolanos estão certos de que o país de amanhã será construído inequivocamente sob os pilares da democracia, igualdade, justiça e prosperidade.

De tudo quanto se sabe, a campanha eleitoral que avança a passos acelerados decorre de maneira normal e com o civismo que sempre se esperou dos angolanos. Estes, sem pressão, procuraram a cada momento desta campanha encontrar quem pode garantir o melhor para o país de amanhã. Aquilo que sempre se pretendeu, aquilo que pode vir a ser Angola.

E de louvar, por isso, o comportamento demonstrado pelas formações políticas que concorrem ao pleito destas segundas legislativas, pelo comportamento, civismo e sobretudo pelo desejo de ver um país sem mais conflitos, sem pobreza. E isto pelo menos que têm demonstrado até agora, porque acima de tudo estão o país e a pátria.

4.9 Terminou a primeira fase do processo eleitoral

A Capital 26-08-2008

1- As forças político-partidária mobilizaram-se para a sua participação no pleito eleitoral de 5 de Setembro, a altura em que ficará definida, em termos parlamentares, a representatividade nacional de cada um dos partidos políticos. A primeira componente dessa mobilização foi o processo de recolha de assinaturas para a acreditação dos Partidos Políticos e das Coligações junto do Tribunal Constitucional.

2- Por determinação e de cisão pessoal, eu estive engajado neste processo, dando continuidade ao que tem sido o meu constante envolvimento nos actos mais marcantes da vida nacional, quer quando eles requerem o protagonismo no seio da sociedade civil, quer quando

eles exigem um contributo já mais directo na sua componente mais estritamente política. Encaro a participação na vida pública como um acto de cidadania, o que me obriga a contribuir com o meu saber e as minhas ideias para o engrandecimento daquilo que é, afinal, de todos nós.

3- Durante o processo de recolha de assinaturas foram por demais evidentes as manifestações de receio, seguramente por se temerem represálias, ou dos mais próximos, ou mesmo até das autoridades. São receios que simbolizam a cultura do medo que ainda impera entre nós, e cujas causas são facilmente encontráveis. Pelo menos, em algumas províncias, foram as próprias autoridades locais que levaram a cabo acções intimidatórias, como pudemos acompanhar pelos noticiários ou pelas notícias de jornais.

O processo de recolha de assinaturas evidenciou, pois, o quão difícil é para os Partidos Políticos na Oposição chegarem junto das populações mais afastadas dos centros urbanos, elas que são as menos informadas e também as mais sujeitas a pressões de todo tipo.

4- Obrigando a que os Partidos Políticos concorrentes tenham uma abrangência nacional, a presente Lei Eleitoral exige a recolha de um igual número de assinaturas em todas as Províncias, seja em Luanda, com os Seus mais de 2 milhões de eleitores, mais politizados, ou na longínqua Província do Cunene, com apenas alguns milhares de cidadãos eleitores, por norma muito desinformados e demasiado expostos a todo o tipo de constrangimentos. Penso, pois, que, no futuro, se deva reajustar essa exigência, adaptando-a melhor à nossa distribuição demo gráfica, sob pena de transformarmos a corrida eleitoral para as Legislativas num eterno ajuste de contas entre dois contendores que, garantidamente, estão longe de reflectir a vontade política de toda a nação.

Neste processo prévio, foi bom de ver a forma activa como as organizações da Sociedade Civil deram o seu contributo. Elas colocaram em discussão diversos temas, desde a qualidade da nossa democracia, passando pela necessidade imperiosa do desarmamento da população civil como forma de se garantir uma maior tranquilidade - e, inclusive, a participação da mulher e dos jovens na vida pública. Mas, o que mais prendeu a minha atenção nas actividades das organizações da Sociedade Civil foi, sim, o protagonismo da ONG nacional, Acção Humana. A Acção

Humana apelou insistentemente aos Partidos Políticos para que insiram nos seus Programas de Acção - e com carácter prioritário - a luta contra o Sida, sob pena de em breve, vermos uma propagação incontrolada do vírus, e de assistirmos também ao falecimento prematuro daqueles que já o contraíram.

Numa das intervenções dessa ONG a que assisti, denunciou-se o carácter enganador de algumas es-

tatísticas, quando apresentam uma percentagem mais reduzida dos doentes, criando a ideia de que tal se traduziria num recuo acentuado da sua propagação. Porém, ficamos melhor esclarecidos quando soubemos que, afinal, a menor percentagem de infectados, durante o período em análise, resultara, sim, do perecimento de cerca metade dos infectados. Não houve uma melhoria; houve, sim, uma tragédia.

6- É a frontal idade e objectividade dos activistas cívicos que me faz ser um entusiasta das organizações da Sociedade Civil e das suas causas. São estes homens e mulheres que discutem muitas questões, por vezes, incómodas para determinados políticos e Partidos Políticos, muito mais interessados em vender ilusões. Por isso, eu penso ser fundamental que, no nosso xadrez político, haja partidos com capacidade e vontade de traduzir na política aquilo que a Sociedade Civil pensa e almeja.

7- Vamos agora entrar na fase derradeira e crucial do processo eleitoral. Nesta fase, as acções de campanha e de mobilização para o voto serão a tônica principal. Surgirão todo o tipo de propostas e de posturas. Teremos em palco propostas mirabolantes e incoerentes, até posturas arrogantes e provocatórias.

Todavia, desejo que prevaleça o bom-senso, e que os Partidos Políticos e Coligações seleccionem os seus quadros melhor preparados, aqueles que forem capazes de garantir não apenas a explanação das suas ideias e projectos, mas que também executem acções e discursos reconciliadores. Se o fizerem, dentro em breve, poderemos entrar, em definitivo, numa verdadeira trajectória democrática, sem muitos equívocos nem subterfúgios.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Governo continua a expandir o ensino superior pelo país

Jornal de Angola 2-08-2008

O ministro da Administração do Território, Virgílio de Fontes Pereira, reiterou que o Governo se mantém fortemente empenhado na criação de condições para que o ensino superior não seja limitado a algumas partes do país. "Com a paz alcançada em todo o território nacional, uma das maiores apostas do Governo é o aumento das infra-estruturas sociais.

Virgílio de Fontes Pereira, que falava quinta-feira na cerimónia de graduação de mais de 700 estudantes da Universidade Agostinho Neto, entre os quais licenciados e mestres, referiu que a chega ao mercado de trabalho destes novos quadros é um passo importante para o aumento da qualidade e capacidades técnicas para o desenvolvimento multi-sectorial de Angola.

O titular da pasta da Administração do Território chamou a atenção aos licenciados no sentido de darem continuidade aos estudos. "O governo vai continuar a apostar na educação, pós só assim o país vai se desenvolver em todas as vertentes", acrescentou.

5.2 Sistema de ensino (ainda) não satisfaz

Angolense 2-08-2008

Dando continuidade a uma série de reportagem que visa mostrar o estado de alguns sectores sociais do país, numa altura em que estamos a menos de dois meses para as eleições legislativas, esta semana procuramos retratar o sector da educação, um campo vital para qualquer nação.

Em face das debilidades que o sistema de educação público apresenta, o número instituições de ensino privado cresceu de forma assustadora. As escolas privadas servem de alternativa para as pessoas que não conseguem uma vaga em escolas públicas. Por isso, encontram nos colégios a tábua de salvação para darem continuidade aos estudos.

E foi assim que aconteceu com Eduarda Paixão, de 22 anos, estudante do último ano do curso médio de Contabilidade e Gestão, num dos colégios de Luanda.

Explicou que foi para o ensino privado porque não conseguiu entrar no Instituto Médio de Economia de Luanda (IMEL), nem tão pouco na Escola Comercial de Luanda, porque queria fazer a formação de nível média no curso de contabilidade.

"Foram anos de muita luta apenas para conseguir uma vaga, consegui porque pediram-me oitocentos dólares e não tinha este valor para pagar" afirmou. Eduarda acredita que a inserção no sistema de ensino público deveria ser o mais fácil possível, ao contrário da realidade actual, onde basta ter dinheiro para entramos no colégio que bem entendermos. Questionada sobre a qualidade de ensino, Eduarda responde que as debilidades no sistema em Angola não existem somente nas Instituições públicas, até os colégios também pecam.

"São vários os factores e um deles é o facto dos nossos dirigentes não acreditarem no nosso sistema de ensino, porque o simples facto de mandarem os filhos estudar fora do país, já é um sinal claro da falta de credibilidade no sistema de ensino "concluiu.

O descontentamento quanto às irregularidades no sistema de ensino angolano não vem somente de alunos, mas também do corpo docente, como é o caso de Hélio Valente, professor de Língua Portuguesa do ensino primário. Para o mesmo, os políticos devem ganhar uma maior consciência, porque lhes falta muito patriotismo. O docente afirmou que o seu alerta não se deve traduzir um apelo para que os políticos desistam, reconhecendo ser importante o papel deles, para depois dizer que não devem dissociar a educação da política.

"Os nossos dirigentes reconhecem o sistema de educação débil que têm mas levam-nos em poços de promessas. Os nossos governantes estão mais preocupados com colégios, a educação não é feita somente com instituições privadas", afirmou. Miguel Lima é Director Geral da escola Nime Ya Lukeny e professor há dezoito anos. Durante este tempo, conta que já é possível verificarmos algumas melhorias no sector da educação em Angola, apesar de que ainda existam muitas reclamações.

O sistema sofreu mudanças positivas e negativas. Actualmente, o grande problema é o sistema da reforma educacional que não tem facilitado nem a vida dos professores, nem a vida dos estudantes. "O sistema de reforma não se compadece com o sistema vigente há anos atrás, é necessário que o Ministério da Educação reveja esta situação".

O Ministério da Educação criou este sistema de reforma, para tornar mais fácil o processo de aprendizagem, bem como os professores no exercício de leccionar. De acordo com o nosso interlocutor, tudo não passa de intenção, pois, os métodos não são tão funcionais, como se imaginava.

5.3 ADPP forma 73 professores

Jornal de Angola 3-08-2008

Setenta e três novos professores formados na escola de formação de professores do futuro serão lançados no mercado de emprego em Janeiro de 2009, na província do Bié.

O responsável da referida escola, afecta à Organização Não-Governamental norueguesa Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), Dag Hauglund, disse que os referidos docentes vão fazer estágio em diversas escolas dos municípios de Kamacupa, Chitembo, Chinguar, Nharea Andulo, Kuito, Katabola e Kuito, na província do Bié, para garantia de sucesso no futuro.

Informou que a sua instituição trabalha em parceria com o Governo na formação de professores, visando reduzir a carência destes profissionais nas comunidades desta parcela do país. Dag Hauglund acrescentou que este será o primeiro grupo desde que a ADPP implementou o curso de formação de professores no município de Katabola, província do Bié, em 2006.

O responsável referiu que a construção da referida escola contou com o financiamento da Embaixada da Noruega em Angola, num valor de três milhões de dólares americanos.

A maior parte dos estudantes, que frequentam as aulas na escola de formação de professores do futuro da ADPP de Katabola, é provenientes das províncias do Huambo, Huíla, Kuando-Kubango, Benguela, Luanda e Bié.

5.4 Aumentam vagas no secundário

Jornal da Angola

6-08-2008

A capacidade de acesso ao ensino secundário no país será aumentada em mais de 50 por cento no ano lectivo 2009, com a entrada em funcionamento de 35 novos institutos médios gerais e técnicos profissionais em todo o país, no âmbito do programa de expansão da rede escolar já em curso.

Em declarações prestadas ontem à ANGOP, o vice-ministro da Educação para a Reforma Educativa, Pinda Simão, referiu que o programa, iniciado em 2007, tem como objectivo inserir, até à sua conclusão, em 2009, um total de 92 mil novos alunos.

"Nós temos hoje no ensino secundário 212 mil 347 alunos, representando cerca de 43 por cento da capacidade que no próximo ano será aumentada em mais de 50 por cento", esclareceu.

Para o vice-ministro, com a entrega neste ano de 20 unidades, entre as quais 13 institutos técnicos e sete

escolas secundárias, foi possível absorver 28 mil novos estudantes em todo o território nacional.

O vice-ministro disse que o programa permitiu estabelecer um equilíbrio no acesso ao ensino em todas as regiões, bem como a abertura de cursos em função das especificidades de cada uma delas e das necessidades de desenvolvimento do país.

"O país está em reconstrução e a aposta na área técnica profissional tem como objectivo garantir mão-de-obra nacional cada vez mais qualificada", frisou.

Pinda Simão explicou que nesta primeira etapa algumas regiões receberam maior número de infra-estruturas em função da população estudantil apta a frequentar o nível secundário.

Neste contexto, disse, no programa do novo Governo para 2009, o Ministério pretende corrigir a disparidade entre as regiões em termos do número de infra-estruturas, incidindo maior parte do investimento em áreas com maior défice, entre as quais as províncias do Kuando-Kubango, Bié, Namibe, Cunene, Moxico, Uíje, Malange e Zaire.

Relativamente à qualificação dos quadros que leccionam nestas unidades, Pinda Simão informou que para suprir o défice, sobretudo nas disciplinas técnicas, o sector está a recorrer à cooperação internacional, estando já a leccionar nas diversas escolas professores provenientes de Cuba e do Brasil (40 docentes).

"A medida que iremos implantando os novos institutos e não encontramos resposta no mercado nacional, a cooperação é a melhor via", frisou.

Para garantir a manutenção dos laboratórios, está a ser implementado um programa de formação de gestores e professores para a utilização de todos os equipamentos nas instituições.

A expansão da rede escolar no ensino secundário está avaliada em mais de 480 milhões de dólares, incluindo a construção e apetrechamento dos estabelecimentos. Das 33 novas infra-estruturas para o ano lectivo 2009, 22 são escolas técnicas profissionais e 11 gerais.

O leque de cursos abrange áreas como agronomia, gestão, pesca, mecânica, construção civil, informática, entre várias outras.

5.5 Programa de aceleração Escolar abrange mais de 500 mil pessoas

Jornal de Angola 11-08-2008

O Programa de Aceleração Escolar, do Ministério da Educação (MED), pretende atingir anualmente, em todo o país, mais de 500 mil pessoas, com o objectivo de reduzir o índice de analfabetismo entre a população.

O vice-ministro para a Reforma Educativa, Pinda Simão, disse que o programa, implementado com o apoio de parceiros cubanos e brasileiros, visa igualmente a introdução de novas tecnologias no processo de alfabetização e métodos de aprendizagem.

De acordo com Pinda Simão, o novo método de ensino, com recurso à tele-aula, tem permitido que os estudantes aprendam a ler e a escrever, num espaço de três meses, e desenvolvam as suas habilidades, que resultam na sua inserção social.

De modo a possibilitar a continuidade dos estudos dos alfabetizando, o MED está a conceber um programa de pós-alfabetização, atendendo às especificidades de cada indivíduo.

Para alcançar estes objectivos, está em curso um projecto de formação de professores em Cuba, para o aperfeiçoamento da estratégia e aceleração do material pedagógico. O programa será extensivo a todas as províncias, a partir de Setembro deste ano.

Como resultado dos investimentos feitos no sector, a taxa de alfabetização no país, nos últimos quatro anos, atingiu os 67 por cento, registando-se já um maior equilíbrio entre o género no acesso ao ensino.

Tal crescimento, segundo Pinda Simão, aumenta as possibilidades de o país erradicar o analfabetismo, até 2015, uma das metas preconizadas pelo Governo no domínio da educação.

Outro facto de realce é a expansão do subsistema de ensino especial, que permitiu a inserção de 16 mil estudantes com necessidades educativas diferenciadas, sobretudo no interior do país.

"Está a ser desenvolvido agora um programa para a introdução das I tecnologias de informação e comunicação nas escolas especiais para 2 os surdos e cegos, além da intensificação da formação de professores F para poderem acompanhar os estudantes e atender o sistema de integração escolar", frisou.

A integração escolar, acrescentou, visa eliminar a exclusão social e a inserção das pessoas com necessidades educativas especiais, assim como a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano.

Neste contexto, as províncias do Bié e Kwanza-Norte vão contar, no próximo ano, com escolas especiais, - construídas com o apoio da empresa petrolífera Esso.

Actualmente, a rede escolar deste sistema é composta por 12 unidades, sendo duas em Luanda e as restantes CI nas províncias de Benguela, Huíla, Bengo, Moxico, Lurida-Sul, Namibe, Malanje, Kwanza-Sul, Kuando-Kubango e Cunene.

Em 2006, a educação especial atendeu 14.171 pessoas

em todo o país. Desde a sua implementação, foram atendidos cerca de 60 mil alunos nas áreas para surdos, cegos e deficientes mentais.

5.6 Colégios enganam encarregados de educação

Angolense 23-08-2008

Alguns colégios da capital têm feito cobrança de propinas anárquicas, respeitante ao corrente mês de Agosto em que os alunos estão em plena pausa pedagógica, por causa da preparação e realização das eleições de Setembro.

Deslocamo-nos ao colégio Santa -Ana onde encontramos as portas fechadas. Apenas encontramos os seguranças do colégio de quem procurávamos saber se a direcção já lá estava, mas os protectores disseram-nos que ainda era muito cedo para encontrar alguém ligado a esta área. Aguardamos algum tempo. Cerca de uma hora depois apareceu o director administrativo do colégio mas não atendeu ao nosso chamamento, alegando que iria para outro colégio.

Dirigimo-nos então para o colégio Noesa. Contactámos a secretária para facilitar-nos o encontro com membros da direcção, mas esta não se encontrava no local. Mandara-nos aguardar. A história repetiu-se como no primeiro colégio. Algum tempo depois apareceu um grupo de alunos que iam fazer o pagamento das propinas e outros iam para realizar um grupo de estudo no colégio.

Vimos alguns alunos que fizeram o pagamento do mês de Agosto. Enquanto aguardávamos pela directora geral ou o director administrativo conversamos com alguns alunos que se encontravam naquela instituição escolar a revisar a matéria.

Começamos, então, a nossa conversa com uma das alunas que se mostrou interessada em falar-nos do seu ponto de vista.

Quanto a questão das propinas que os alunos são obrigados a pagar, Arleth Sampaio, estudante do quarto ano do Curso Médio de Contabilidade e Gestão, defende que não deveriam pagar a propina deste mês. "Acho que os colégios não deveriam deixar isto acontecer. Não acho correcto, porque estamos de pausa e em nenhum país do mundo acontece isso. Eles não dão pausa para os alunos mas não dão tréguas aos nossos pais. Dão-nos muitas chatices.

Nós pagamos todos os meses e ainda por cima o colégio está em más condições de conservação: sistema de ar condicionado não funciona. O número de carteiras para os alunos é insuficiente, e ainda por cima, cobram-nos a multa", reclamou.

EC é outro estudante do terceiro ano do curso de

Contabilidade e Gestão. "Esta situação é desagradável, porque estamos a ser obrigados a pagar propinas no mês em que não estamos a ter aulas, temos tido muitas chatices, porque o colégio faz a questão de ligar de casa em casa para cobrar.

E quem não pagou até agora, vai ter que pagar mais uma multa de quinze dólares. Ele informou ainda que quantos mais os alunos fizerem o pagamento do valor da multa, esta vai subindo. "Acredito também que vamos ter de pagar o mês de Setembro. Não seria mais fácil, eles cobrarem o mês de Setembro? Ou melhor, pagávamos este mês e liquidavam a multa só neste mês? Isto é um roubo", acusou.

Terminada a conversa com estes alunos inconformados com a situação, voltamos à secretaria, para saber se a directora já tinha chegado, mas os funcionários disseram-nos apenas "não" e fecharam a janela.

Frustradas as nossas expectativas de obter uma resposta por parte da direcção, dirigimo-nos para um outro colégio, Carla Alexandra, onde fomos bem recebidos pela senhora Susana Pedro, directora desta instituição. Ela explicou-nos que os pais são obrigados a pagar as propinas deste mês. Quanto a multa explicou que "é mais um dos itens que se coloca ao encarregado de educação, de modo a esforçar-se a efectuar o pagamento das propinas dos seus filhos, no período estabelecido pela instituição", explicou, acrescentando que este tipo de penalização está instituída em qualquer instituição privada".

"O tacto dos alunos estarem de pausa - disse - não significa que os procedimentos da nossa instituição mudaram, até porque precisamos pagar os professores e o pessoal administrativo, "justificou.

Assim, procuramos entrar em contacto com contactar alguns encarregados de educação cujos educados estão afectos ao Carla Alexandra e não só.

Não foi fácil, pois que muitos dos pais e encarregados de educação, apesar de não aprovarem esta prática, preferiram não falar, porque o Ministério da Educação orientou todos os encarregados de educação a fazer o pagamento das propinas do mês em pausa pedagógica, considerando que são dez meses de aula.

A nossa reportagem "visitou" o colégio Juzilde onde encontramos três encarregados de educação, com quem conversamos à porta do colégio, já que os guardas impediram que entrássemos no recinto.

O pai de um dos alunos daquele colégio, que não quis se identificar, disse que sente-se ofendido, porque a direcção deste colégio não tem respeito ao lidar com os pais dos alunos. "Eles ligaram para mim, a dizer que tinha que cá vir, para pagar a propina deste mês e que o mês já estava a chegar ao meio e, se não viesse a tempo, eu pagava uma multa de quinze dólares", reclamou. Uma vez que pagou com atraso cobraram-lhe uma multa de vinte e cinco dólares, totalizando cento e cinquenta dólares de despesa mensal com o educando.

"Se os alunos estão de pausa e os encarregados são obrigados a pagar a propina deste mês. Acho que os colégios já não deveriam cobrar a multa. Isso já passa do ridículo; isso é um roubo!" acusou.

Então, procuramos obter mais informações junto à Delegação Provincial da Educação, mas não fomos bem sucedidos. Mandaram-nos esperar e depois disseram-nos para aparecer no dia seguinte.

Voltamos à hora marcada de quarta-feira (19/8) e mandaram dirigimo-nos para a Secção de Ensino Privado. Lá chegados falamos com a secretária e esta disse-nos que a directora estava reunida e só poderia atender-nos na quinta-feira à tarde, à hora do fecho da presente edição.

5.7 Lançado material didáctico para o combate ao analfabetismo

Jornal de Angola 26-08-2008

Um kit de materiais didácticos interdisciplinares da colecção "Para Gostar de Ler e Escrever", criados especificamente para o Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) do Ministério da Educação, foi lançado recentemente, em Luanda.

O material é composto por livros, discos compactos (De) e disco digital versátil (DVD), criado especificamente para o Programa e está organizado em quatro secções complementares que correspondem aos aspectos fundamentais da formação humana: Identidade; Trabalho; Cidadania; Saúde e Qualidade de Vida.

De acordo com a directora Nacional para o Ensino Geral e responsável pelo Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar, Luísa Grilo, o lançamento do processo de alfabetização e pós-alfabetização vai assegurar um combate sustentável ao analfabetismo.

Luísa Grilo informa que a organização dos módulos seguem avançadas directrizes pedagógicas e baseiam-se no cenário cultural e socio-económico de Angola, reflectindo as normas administrativas e leis nacionais.

De acordo com a responsável, a capacitação técnico-metodológica dos quadros envolvidos e a transferência de tecnologia educacional às instituições de ensino, garantem a sua eficácia.

Com a implementação da PAAE, quatro mil professores formaram 400 mil novos leitores em 2007, enquanto neste ano, cerca de 6.700 formadores deverão alfabetizar 670 mil alunos. A maior parte dos alfabetizados está na faixa dos 12 aos 25 anos.

O PAAE emprega uma série de modernos e avançados métodos e materiais didácticos, para além dos módulos

impressos, DVD, cânticos, Workshop e treinamentos em sala de aula.

6TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 O Zango que salvou cidadãos

Jornal de Angola 1-08-2008

Os moradores do bairro do Zango têm nas suas casas água e luz. As crianças frequentam as escolas. Há centros de saúde e esquadras policiais. Quem ontem vivia nas barrocas, hoje habita um espaço com qualidade de vida.

Nos primeiros seis anos da paz, uma das principais prioridades do Governo tem sido o realojamento de pessoas que vivem em zonas de risco. Milhares de famílias que viviam nas zonas da Boavista, Samba e outras, foram realojadas nos projectos de emergência habitacional do Zango, Luanda Sul, Cacuaco e Sapú 2.

: O bairro Zango, localizado a 60quilómetros de Luanda, foi inicialmente concebido para albergar sete mil famílias residentes em condições de alto risco no bairro da Boavista, evitando que milhares de pessoas continua sem a morrer em épocas chuvosas devido ao desmoronamento de terras.

Passados seis anos de paz, a zona habitacional constituída pelos bairros Zango 1,2,3 e4, conta com cer.ca de 13 mil habitações, algumas em fase de conclusão.

Vivendo em melhores condições

São 16 horas. A comuna do Zango regista um movimento frenético de pessoas e carros. Logo à entrada daquela comuna são visíveis os primeiros sinais de uma zona que cresce longe dos problemas mais prementes da grande cidade de Luanda.

Residente há dois anos no Zango, Joana Alfredo disse à nossa reportagem que vive hoje em melhores condições do que aquelas em que se encontrava quando residia nas barrocas da Boavista. "Aqui, eu e os meus filhos vivemos em segurança, não precisamos de preocupar-nos com a chuva. Nas barrocas da Boavista, sempre que chovia, as nossas casas eram levadas pelas águas", lembrou.

Joana, que por altura da nossa reportagem se encontrava a lavar roupa, explicou que há mais de um mês que o bairro do Zango não tem problemas de água

canalizada. "Antes a água era fornecida por camiões cisternas, depois através de chafarizes. Há mais de um mês começou a beneficiar de água canalizada nas nossas próprias casas", disse.

"Os nossos filhos têm escolas"

No quintal da casa, Miguel, marido de Joana Alfredo, montou uma oficina de bate-chapa. Acompanhado do jovem Luís, seu ajudante, Miguel primeiro não quis falar à nossa reportagem, mas depois de muita insistência conseguimos dele palavras. "Não tenho nenhum motivo de queixa. Este é um bairro calmo. Temos escolas para os nossos filhos estudarem, centros de saúde e outras infra-estruturas sociais", contou, sublinhando que todas as famílias que foram retiradas das barrocas da Boa" vista receberam as suas residências.

"Posso afirmar, com toda a certeza, que todos os que saímos da Boavista recebemos as nossas casas. Por isso, ninguém pode vir reclamar que o Governo não deu residência", esclareceu, acrescentando que o bairro do Zango, para além da água canalizada, já beneficia de energia eléctrica. "Algumas zonas do bairro já têm energia e acredito que até ao final deste ano todo o Zango terá", assegurou.

Ao lado da residência do casal Miguel e Joana Alfredo, vive a senhora Maria Augusta, 40 anos, natural do Kwanza-Sul e residente em Luanda há 10 anos. Mãe de seis filhos, dois dos quais já falecidos, Maria Augusta reside no Zango há 5 anos, para onde foi levada depois de ser posta a salvo das barrocas da Boavista.

Ladeada dos filhos e de alguns vizinhos curiosos, Maria Augusta disse que se sente orgulhosa por hoje poder viver numa casa com melhores condições de habitabilidade. "Antes vivia numa casa sem as mínimas condições para viver. Hoje sinto-me orgulhosa por ter uma casa com três quartos, sala, cozinha, casa de banho e quintal, só para mim e a minha família", afirmou.

Questionada se pensa, algum dia, voltar para a sua terra natal, Maria, peremptória, responde que não ter condições financeiras para pagar a passagem. Além disso, não deixou nada no

Kwanza-Sul que a possa fazer regressar. "Aqui em Luanda já tenho casa, os meus filhos estão a estudar e têm muitas possibilidades de progredir na vida. Tenho condições aqui em Luanda que acho que a minha província não tem".

"Temos quase tudo"

Também do Kwanza-Sul, encontrámos Joaquina Luís. Reside na capital há 15 anos, quatro dos quais no Zango. Ex-moradora da Boavista, Joaquina Luís vive com o filho de 21 anos e a cunhada. Lamenta o facto de a sua casa ainda não receber energia eléctrica. Mostra-se ansiosa de que chegue a sua vez.

"O Governo está a trabalhar no sentido de melhorar as nossas condições de vida. Aqui no Zango, posso

considerar, temos quase tudo o que precisamos para viver. Temos escolas, mercados, centros de saúde e outras infra-estruturas", disse, acrescentando que "quanto à questão da energia eléctrica, devo dizer que algumas casas já têm. Infelizmente a minha ainda não, mas penso que isto é um processo e que, brevemente, todos os habitantes deste bairro poderão beneficiar".

"Aqueles pessoas estavam erradas"

O nosso passeio pelas ruas do Zango continua e vamos encontrar as irmãs Antónia e Olívia Alberto Tchinguêja. A primeira nasceu em Saurimo, a segunda em Luanda.

De estatura baixa e corpo franzino, Antónia, 20 anos, é mãe de três filhos. Saiu de Saurimo com nove anos, quando os pais decidiram viver, em Luanda.

Em Luanda, Antónia e a família moraram primeiro no bairro Sambizanga. Mais tarde mudaram-se para a Boavista. Lá permaneceram até 2004, altura em que a família foi retirada de lá por causa dos desmoronamentos de terra.

"Lembro-me que a nossa casa foi levada pelas chuvas e estávamos ao relento, quando a minha família foi contemplada com uma casa no Zango", contou. Inicialmente ficou apreensiva quanto às condições que iria encontrar no novo bairro.

"Quando disseram que tínhamos de ir para o Zango não gostámos. Havia muitas pessoas que diziam que o bairro não tinha condições.

Felizmente pudemos constatar que aquelas pessoas estavam erradas, pois o que aqui encontramos é melhor do que aquilo que tínhamos na Boavista", explicou.

Vitória Chilombo quer um grande hospital

Enrolada em panos, por causa do frio que se fazia sentir, Vitória Chilombo, oriunda do Bié, preparava, em companhia da filha Joana Epalanga, gelado de múkua para vender. Meio envergonhado com os flashes da máquina fotográfica, Vitória Chilombo disse que vive em Luanda há 23 anos. No Zango está desde 2004. "Também vivi muito tempo na Boavista. Aqui no Zango, os filhos estudam e temos água e luz".

Mãe de cinco filhos, Vitória Chilombo diz que o Zango "precisa de um grande hospital" para impedir que os doentes recorram ao hospital Ana Paula, em Viana.

"O que o Zango precisa é de um grande hospital. Estes centros de saúde não têm capacidade para atender todos doentes do Zango. Por isso, peço ao Governo para que rapidamente mande construir uma unidade hospitalar apetrechada com meios técnicos e pessoal para prestar uma boa assistência médico-medicamentosa."

6.2 Promoção da mulher rural passa por políticas de apoio

Jornal de Angola 2-08-2008

A melhoria da condição de vida da mulher rural na província do Cunene deve passar, primeiramente, por um estudo que determine os projectos que se adequam à sua realidade e à especificidade da região, diz Rosa Gaudência, chefe do Departamento da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher.

Segundo Rosa Gaudência, apesar da população da província ser tradicionalmente camponesa, nos últimos anos têm vindo a ocorrer ciclicamente chuvas fracas, o que tem feito baixar, de ano para ano, a capacidade produtiva dos seus habitantes.

Esta realidade faz com que muitas famílias encontrem grandes dificuldades na manutenção da segurança alimentar.

Por este facto, afirma, os projectos de apoio à mulher rural deviam ter outras vertentes, que não sejam somente da área agrícola.

Lembrou que as características da província são más para o fomento da actividade agrícola rural devido às fracas chuvas, o que tem vindo a contribuir negativamente para a vida daqueles que beneficiam de créditos para à aquisição de sementes e ferramentas agrícolas.

Outra questão que se coloca é o facto de grande parte dessa população ser analfabeta, facto que, na sua prática, dificulta o acesso ao crédito bancário para o exercício de qualquer negócio nas suas localidades.

Segundo dados do MINARS, estima-se que mais de dez mil mulheres na província são vulneráveis, entre as quais idosas, deficientes e viúvas.

"Em termos de projectos encontramos muitas dificuldades. A população é camponesa e não encontramos outros projectos que não sejam os ligados à agricultura, quando a área é bastante seca. O único rio que temos aqui é o rio Cunene", sustentou Rosa Gaudência.

No âmbito do programa de micro-créditos, 133 camponeses beneficiaram de um crédito do BPC no valor de 40.370 dólares. São mulheres que se organizaram em associações, sobretudo as integradas na UNACA-União Nacional de Camponeses de Angola que tiveram acesso ao crédito para a agricultura.

E as mulheres beneficiadas são as que vivem nas margens do Rio Cunene, onde é possível fazer uma agricultura de regadio.

Rosa Gaudência defendeu que deve haver mais políticas que beneficiem as mulheres rurais, uma vez que elas são quase todas analfabetas e não desenvolvem

outra coisa senão a actividade do campo.

"Sabe-se que o acesso a um crédito bancário requer muitos procedimentos, e, para estas senhoras, isso é difícil, já que muitas delas são indocumentadas", sublinhou.

A vontade de trabalhar é muita, mas nem sempre é correspondida pelas condições climáticas da região. Prova disso é a existência de 84 associações de camponeses com 4.668 associados, dos quais 2.416 mulheres, e de 10 cooperativas agrícolas com 1.163 integrantes, sendo 515 do sexo feminino.

A província conta ainda com uma associação de mulheres empresárias composta por 72 membros e dois núcleos de mulheres vendedoras do mercado informal, com 156 associadas.

6.3 Empresa mineira expropria terra de autóctones pior que os colonos

Folha 8 2-08-2008

Desde 2004, a situação dos direitos humanos na bacia do Cuango, no nordeste de Angola é caracterizada por abusos sistemáticos. Esses abusos são derivados da exploração aluvial de diamantes e dos conflitos de interesse entre a indústria mineira e o garimpo.

A informação prestada no presente relatório, assim como o conhecimento e a experiência por mim recolhidos, são produto do trabalho árduo e corajoso de um grupo de voluntários da Lunda-Norte, em particular da vila de Cafunfo, com quem temos o privilégio de colaborar nos últimos quatro anos.

De acordo com a informação divulgada pelo director técnico da ITM-Mining, André Machin, ao Weekly Mining On-line, a província da Lunda-Norte assenta sobre a Formação de Calonda considerada, por especialistas, como "o maior depósito de diamantes do mundo (...)". Outrossim, a região produz gemas da mais alta qualidade.

Para 2008, Angola prevê tornar-se no quarto maior produtor mundial de diamantes, com uma produção estimada em 10 milhões de quilates e receitas no valor de 1,4 bilhões de dólares americanos. O impressionante crescimento do sector deve-se, quase exclusivamente, às reservas diamantíferas das províncias da Lunda-Norte e Sul.

Todas as maiores operações mineiras, do sector, estão concentradas nessa região de mais de 180,000 km. Contudo, para a maioria da população residente nas Lundas, os diamantes são uma praga. O recurso que deveria melhorar as suas vidas contribui para a sua miséria.

Durante o último ano, dedicamos particular atenção à

nova tendência de violações, cometidas de forma persistente pela Sociedade Mineira do Cuango, cujas operações mineiras são geridas pela empresa britânica ITM-Mining. A SMC é uma empresa de capitais mistos, incluindo a ITM-Mining, com 50% das acções, enquanto a Endiama, a empresa pública angolana, detém 35% da sociedade e a Lumanhe, uma empresa formada por generais das Forças Armadas Angolanas (FAA), conserva 15% do capital. Os sócios da Lumanhe incluem dois ex-Chefes do Estado-maior das FAA, General João de Matos e General Armando da Cruz Neto; o actual Chefe da Divisão de Informação, General Adriano Mackenzie; o Inspector-Geral do Estado-Maior, General Carlos Alberto Hendrick Vaal da Silva; e os irmãos General Luís Faceira e General António Faceira, que respectivamente comandaram o exército e os comandos em tempo de guerra.

A nova vaga de violência consiste na imposição da fome entre as comunidades que, tradicionalmente, sempre praticaram a agricultura de subsistência. Na área de Cafunfo, Cuango, a SMC, procede à destruição das lavras à noite, como regra geral, e sem aviso prévio. A empresa realiza, após essa acção, medições arbitrarias das áreas arrasadas para determinar quanto deve pagar aos camponeses.

Essa prática está a causar a fome a milhares de pessoas enquanto a SMC expande a sua concessão. A concessão atribuída à SMC cobre uma área de 3,000 km, dos 7,000 km₂ que constituem o município do Cuango. Em 2007, a SMC teve uma produção de 340,002 quilates de diamantes, mas a empresa não anuncia o valor financeiro arrecadado com as vendas.

De acordo com a pesquisa, a SMC tem pago, aos camponeses, uma compensação definitiva de USD 0.25 (Kz 17.5, dezassete kwanzas e cinquenta lweis, menos de vinte kwanzas) por metro quadrado de terra expropriada - uma quantidade insuficiente sequer para comprar um pão pequeno, no mercado local. Ademais, só após uma série de protestos, por parte dos camponeses, a SMC aumentou o valor da compensação para os actuais USD 0.25 (vinte e cinco cêntimos). Antes, pagava muito menos e de forma aleatória. Mais grave ainda, a empresa não oferece qualquer compensação pela destruição das colheitas.

A bacia do Cuango, localizada no município do Cuango, mantém-se sobre o controlo efectivo de três concessões mineiras, nomeadamente a Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM), o Projecto Luminas, e a SMC. Essas concessões incorporam os 7,000 km₂ do município, incluindo aldeias, lavras, estradas públicas, pontes e acesso público aos rios. O município tem 30 rios e riachos e uma população estimada em mais de 100,000 pessoas.

Este trabalho está dividido em três vectores principais. O primeiro examina o regime jurídico que permite tanto o governo angolano como as empresas diamantíferas a operar, de forma arbitrária, nas Lundas.

O estudo esmiúça o quadro legal e demonstra como o Estado de direito é pisoteado a bel-prazer, e como o governo actua em oposição aos direitos dos cidadãos.

Em essência, o trabalho questiona o porquê da existência de um regime legal exclusivo para as Lundas, o que a aparta do resto do país.

6.4 Lotes do Prenda serão requalificados

Jornal de Angola 7-08-2008

Os lotes do bairro Prenda, no município da Maianga, serão requalificados, e não demolidos, como por lapso indicava um despacho da ANGOP publicado na nossa edição de ontem.

O director do Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Luanda, arquitecto Hélder José, anunciou terça-feira a elaboração de um projecto de renovação urbana dos lotes do Prenda baseado na requalificação da zona, já que a má utilização dos edifícios está a colocar os moradores em risco.

O arquitecto precisou que o Governo Provincial de Luanda propôs uma parceria privada para a renovação urbana os lotes do Prenda, adiantando que na altura da apresentação da proposta teve-se em conta o desejo o da população, considerada parte fundamental e inclusiva do projecto.

"Todos os moradores que pretenderem participar e fazer parte do projecto vão ter as regras de como participar. Já os que não quiserem fazer parte deste programa saberão que mecanismos usar para os protocolos de realocização", explicou.

Segundo o responsável do IPGUL, a realocização será feita no eixo onde foi erguido o condomínio dos Cajueiros, na estrada Camama Viana, área onde estão a ser erguidos edifícios de até quatro andares para alojar a população que vier a entrar em acordo com o promotor imobiliário sobre arelocalização.

O director do Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Luanda informou que outro projecto, que terá início no próximo ano, denominado Baixa Prenda, está concebido para uma área entre a Comandante Argueles, Avenida Revolução de Outubro e a Estrada da Samba, explicando que aquela área, situada por trás da Clínica do Prenda, é uma zona degradada da cidade de Luanda do ponto de vista da estrutura urbana, sendo por isso necessário ser intervencionada.

O Governo de Luanda tem estado a trabalhar com um promotor imobiliário privado no sentido de construir um projecto no âmbito do Programa de Requalificação que não só tenha em conta a população ali existente, como também defina uma recolocação em outras zonas sem transtornos.

O responsável afirmou que foram definidos os espaços ao longo da via da Samba e na zona do Projecto Nova Vida para fazer a transferência de algumas populações.

"Aqueles moradores que aderirem o projecto poderão fazer parte daquilo que será construído, pois vão ser integrados no próprio projecto em si", assegurou o director do Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Luanda.

6.5 Camponeses do bairro Sapú clamam por indemnização

Folha8 9-08-2008

Os camponeses do bairro "Sapu-Bita Cinco Fios", clamam por indemnização após o Governo provincial de Luanda lhes ter retirado as suas lavras, com as quais garantiam o sustento familiar, segundo Antónia Jóia e Antonica da Marta, representantes dos mesmos.

Há poucos meses, estes cidadãos cederam os referidos lugares ao Governo dirigido por Francisca do Espírito Santo, a fim de eles erguerem infra-estruturas sociais, tal como acontece um pouco por todo o País.

Segundo as representantes dos camponeses da "Sapu-Bita Cinco Fios", Antónia Jóia e Antonica da Mata, aquando da entrega dos terrenos, o gabinete de reconstrução nacional, representado pelo Governo Provincial, procedeu ao registo de todos os cidadãos detentores de parcelas naquelas paragens de Luanda para serem indemnizados num momento oportuno. E para não haver desculpas desnecessárias por parte de quem assumiu o compromisso com os ex-lavradores desta cidade, os mesmos informaram todos os procedimentos levados "a cabo entre as partes, nos distintos órgãos do ministério luandense.

"Informamos tudo ao Governo Provincial, Direcção Provincial da Agricultura, Administração de Viana Conde pertenciam até antes da entrega das lavras) e ao Gabinete de Reconstrução Nacional para terem conhecimento de tudo quanto se acordou entre as partes envolvidas no processo", disseram elas, acrescentando não existir vontade plena em cumprir os parâmetros decididos.

Apesar de os camponeses e antigos moradores do bairro "Sapu-Bita Cinco Fios" informarem às várias áreas da estrutura governamental de Luanda, até ao momento não houve pronunciamento que tranquilize os cidadãos afectados.

"Não sabemos o que fazer porque nenhuma das áreas contactadas respondeu à nossa inquietação", explicou Antónia Jóia e aproveitou a ocasião para apelar ao Governo da tia Chica existirem muitas pessoas de má fé, pelo que se deve fiscalizar mais o trabalho para não se dar espaços aos sabotadores do trabalho que se está a levar a cabo.

Segundo estas camponesas, as máquinas de terraplanagem já se encontram no local e as obras estão em curso, o que preocupa a todos quanto ficaram por ser recompensados, pois as culturas com as quais garantiam o sustento familiar já estão a ser destruídas.

" Se ainda não recebemos benefício porque é que as máquinas começaram a destruir as nossas plantações? Deviam primeiro entregar-nos o nosso dinheiro para compensar a nossa sobrevivência e depois procederem ao resto do trabalho porque precisamos de implementar os nossos projectos", disse dona Jóia.

Uma fonte contactada pelo F8 revelou existir um grupo de camponeses que já beneficiou da referida indemnização e garantiu estar a ser feita por partes. A mesma disse que o dinheiro entregue aos camponeses não corresponde as parcelas de terras que o Governo recebeu da mão deles.

Esta atitude deixa os camponeses indignados e desconfiados, pois neste momento pensam em tudo, inclusive no desvio das verbas destinadas à população desalojada.

"A única coisa em que as pessoas estão a pensar é o possível destino impróprio da quantia monetária, possivelmente destinada para o efeito, já que é comum no País as pessoas de má fé desviarem fundos públicos", declararam, suplicando o pronunciamento imediato de quem de direito para que se resolva o problema.

6.6 Lotes do Prenda serão demolidos

Folha8 9-08-2008

Um projecto de renovação urbana baseado na demolição dos lotes do Prenda, município da Maianga, terá início em 2009, informou, recentemente o director do Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Luanda, Hélder José.

Sem avançar os custos do projecto, o arquiteto explicou a má utilização dos edifícios colocar todos os moradores em risco, por isso, novas moradias serão construídas no local. Para o projecto, disse Hélder José, o Governo de Luanda propôs uma parceria privada para a renovação urbana no local.

O responsável do GPL adiantou na altura da proposta desta parceria ter-se em conta o desejo da população, porque os moradores dos edifícios são parte fundamental do negócio e ninguém será excluído. "Todos os moradores que pretenderem participar e fazer parte do projecto vão ter as regras de como participar, porém os que não quiserem fazer parte deste programa saberão que mecanismos usar para os protocolos de realocização", explicou. Segundo o responsável, a realocização será feita no eixo onde foi erguido o condomínio dos Cajueiros, na estrada Camama, Viana.

Nesta área estão a ser erguidos edifícios de quatro andares para alojar a população que provavelmente entre em acordo com o promotor imobiliário sobre a realocização para uma outra zona.

O director do Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Luanda, Hélder José informou que outro projecto, que terá início no próximo ano, denomina-se Baixa Prenda, numa área que está entre a Comandante Argueles, Avenida Revolução de Outubro e a Estrada da Samba.

Hélder José explicou que aquela área, situada por detrás da Clínica do Prenda, é uma zona degradada da cidade de Luanda do ponto de vista da estrutura urbana, por isso vai ser intervencionada por um promotor de imobiliário privado. O Governo de Luanda tem estado a trabalhar com esse promotor no sentido de construir um projecto no âmbito do Programa de Requalificação que, não só tenha em conta a população ali existente, como também defina uma recolocação para outras zonas sem grandes transtornos.

O responsável afirmou serem definidos os espaços ao longo da via da Samba e na zona do Projecto Nova Vida para fazer a transferência de respectivos populações.

" Aqueles moradores que aderirem o projecto poderão fazer parte daquilo que será construído, pois vão ser integrados no próprio projecto", assegurou o director do Instituto de Planificação e Gestão Urbana de Luanda.

A governadora de Luanda, Francisca do Espírito Santo, anunciou em Julho a construção de um projecto habitacional com 1200 residências para jovens no município do Kilamba-Kiaxi, província de Luanda. O projecto, avaliado em 230 milhões de dólares, terá início neste ano e vai ser erguido na comuna do Camama. As casas serão destinadas, numa primeira fase, aos jovens que terminem a sua formação e estejam integrados em empresas da função pública.

6.7 Conflitos de terras no Bita

Angolense 16-08-2008

As lavras estão localizadas no Bita, um pouco depois do campo universitário, no Golf. Dizem sentirem-se ameaçadas por homens armados que tencionam receber as suas lavras. Tudo começou quando no dia 22 de Maio do corrente ano apareceram nas suas lavras alguns homens que decidiram fazer o registro das lavras, justificando que aquele terreno era reserva do Estado. No acto, contam as camponesas, eles entregavam uma ficha onde constava o tipo de produto que elas cultivavam, as quantidades, o número entre outros itens.

"Depois do registro ficamos surpresos quando apareceram tractores do estaleiro dos chineses, que fica ao lado, e começaram a passar pelas nossas lavras,

estragando os produtos que cultivamos com tanto sacrifício", explicou condóida a mais velho Jóia. Informou depois que estão a ser vítimas de ameaças e que muitas camponesas já se deixaram intimidar e abandonaram as suas terras.

"Há pessoas que receberam 500 dólares, outros 1000 e saíram das lavras", frisou.

Para o camponês Fortunato, é uma injustiça que paguem tais valores, uma vez que tanto a compra como a manutenção da lavra custa muito mais.

"Isso não é um negócio, mas sim urna imposição", reclamou para mais adiante realçar que só para o croqui de localização pagam mais de 500 dólares. "Estou aqui desde 1985 e não é pouco o trabalho que tive de fazer.", referiu.

Para Dona Maria, outra das camponesas, as principais dificuldades prendem-se com a aquisição de sementes, que são muito caras.

"Tenho na minha lavra mandioca, milho, batata-doce, mangleiras e cajueiros. Para conseguir as sementes tenho gasto muito dinheiro, por isso, jamais venderia a minha lavra a 500 dólares", advertiu.

Acrescentou depois que a sua lavra está devidamente legalizada na área agrícola da zona e na UNACA. Joana Ferreira, outra camponesa explicou a dificuldade que tem enfrentado durante os quinze anos que tem a lavra para trazerem água para regar os produtos.

"Como não temos um rio próximo, sou obrigada a pagar regularmente 20 mil Kwanzas aos carros de cisternas para irem levar lá água e para além desse dinheiro ainda pago a deslocação, como podem ver este trabalho é de muito sacrifício, só o faço para garantir o sustento dos meus filhos", disse com uma lágrima no canto do olho.

6.8 AN ordena desalojamento de populares

Folha 8 23-08-2008

Os populares residentes por detrás do condomínio Vila Verde, reservado aos deputados, podem ser desalojados nos próximos tempos, pelo facto de estes erguerem as suas residências numa área pertencente à Assembleia Nacional, como faz depreender a resolução número 15/08 daquele Órgão Legislativo, publicado no Diário da República de 6 de Agosto de 2008, I Série – N° 146, que solicita a recuperação do património.

O órgão Representativo do Povo (Assembleia Nacional) já ordenou a recuperação do prédio rústico (terreno) em posse do seu representado circunscrito na zona circundante ao condomínio Vila Verde, onde cerca de dezasseis anos viveram os deputados da primeira legislatura sem residência na capital do País.

"Que a Secretaria da Assembleia Nacional tome medidas urgentes que permitam a regularização dos terrenos que constituem seu património, para construção das 200 residências previstas", ponto um da resolução número 15/08 daquele aparelho legislativo da República de Angola.

Esta situação resulta do facto de os deputados manifestarem o interesse de adquirir as residências do condomínio Vila Verde, município do Kilamba Kiaxi, Luanda, tendo em conta o período de duração da presente legislatura, cerca de dezasseis anos.

A intenção dos legisladores será cumprida porque "as mesmas, bem como o terreno em que estão implantadas, e a área circundante destinada à construção de 200 residências (actualmente ocupada por populares) constituem património da Assembleia Nacional".

Os legisladores reconhecem a valia do prédio rústico em posse dos autóctones, muitos deles vindo do interior face ao conflito armado que dilacerou o País, "os referidos terrenos, cuja situação jurídica está por regularizar, estão hoje mais valorizados".

A decisão da AN, de acordo com a Resolução número 15/08 publicada no Diário da República a 06.08.2008, é fundamentada nas disposições combinadas da alínea r) dos artigos 88° e 92°, número 6 da Lei Constitucional.

Assim, decifrando as respectivas cláusulas, cabe ao órgão presidido por Roberto António Victor Francisco de Almeida, desempenhar as demais funções que lhe sejam cometidas pela Lei Constitucional e pela lei (alínea r do artigo 88°). Revestem a forma de resolução os demais actos da Assembleia Nacional, nomeadamente os previstos nas alíneas c), e), O, j), 1), m), n), o), p), q) do artigo 88° e os actos da Comissão Permanente do respectivo aparelho de Estado.

Os artigos, bem como as alíneas acima referenciadas, espelham as competências da segunda instituição política mais importante, depois do Presidente da República; uma delas é rectificar decretos-leis (alínea 1) da "Lei-mãe" do Estado angolano.

6.9 Moradores ainda não foram transferidos do edifício que ruíu

Novo Jornal 1-08-2008

Contam-se já, pelo menos, dois anos que o bloco I Herastel, situado na rua B3 do bairro Nelito Soares, se encontra parcialmente destruído, na sequência do desabamento de parte do edifício, sem que os habitantes sejam transferidos para locais seguros.

Os moradores, que se dizem cansados de pedir socorro, estão à sua sorte, vivendo num edifício que a qualquer momento pode cair e fazer vítimas mortais, incluindo crianças.

A frustração dos residentes aumentou ainda mais, por perceberem que estavam "enganados" quando pensaram que a derrocada do prédio da DNIC, a 29 de Março último, influenciaria o executivo de Francisca de Espírito Santo e de Eugénio Laborinho a tratarem com urgência da sua transferência para casas seguras.

Quando parte do prédio ruiu, não houve vítimas mortais, mas o desabamento fragilizou o edifício e o resto está a laquear como consequência do avançado estado de degradação, uma vez que nunca beneficiou de manutenção.

O bloco possui quatro andares e tem 12 apartamentos, o que corresponde ao mesmo número de famílias. O drama que aqueles angolanos estão a passar dispensa palavras, as imagens falam por si. As escadas são de ferro e encontram-se remendadas. As paredes dos apartamentos laqueiam e as pessoas não se podem encostar a elas, sob pena de caírem.

Segundo o coordenador da comissão de moradores do edifício, identificado apenas por Netinho, o Governo Provincial de Luanda e a Direcção Nacional da Habitação já tomaram conhecimento do estado de degradação do prédio, há quatro anos, muito antes do desabamento parcial, mas não dão solução ao problema.

"O GPL e a Direcção Nacional da Habitação têm conhecimento do estado deste bloco. Pessoalmente, na qualidade de coordenador, já escrevi várias cartas, pedindo socorro, mas eles simplesmente engavetam os documentos. E hoje estamos, assim, todos a correr risco de vida", lamentou.

"Os primeiros alertas foram lançados em 2002, sem resultados positivos. Mesmo assim, não parámos de solicitar apoio às autoridades para a solução do drama. Têm-nos dito que o assunto está nas mãos do vice-governador para a Área Técnica, Bento Soito, mas não vemos nada", apontou.

Os habitantes disseram não entender como é que nenhuma instituição de direito se move perante tão preocupante assunto.

"Não é possível que nem o governo de Luanda, a direcção de habitação e nem a comissão nacional conseguem resolver o nosso problema. Dá até a impressão de que estão à espera que o pior aconteça", disse Maria Vilela, moradora do bloco.

"Pensamos que o desabamento do prédio da DNIC iria ajudar a velar pela nossa situação, mas nem isso está a servir de exemplo", acrescentou a interlocutora.

De acordo com o coordenador da comissão, aquelas famílias receiam a transferência para zonas que não tenham condições básicas, como água, energia, centros médicos e ou outras instituições sociais que prestam serviços directos à população.

"Já ouvi que estão a pensar em transferir-nos para o Zango ou para a Sapú. Estou informado que naqueles bairros não há água, nem energia. Nós não vamos aceitar ser transferidos para zonas deste tipo", frisou.

O imóvel é um pré-fabricado de origem sul-africana e outros do mesmo tipo também estão na iminência de desabar. Estes edifícios existem há 40 anos, mas nunca beneficiaram de manutenção.

Entretanto na Maianga, junto ao Hotel Flamingo, há também um prédio em condições que preocupam os

6.10 Lusa Bascolinveste ataca imobiliária

Folha 8 2-08-2008

A Bascol vai investir cerca de 137 milhões de euros, em parceria com investidores angolanos, em empreendimentos imobiliários em Angola até 2011, informou o director internacional da empresa, Ricardo Romanholo.

O mais vultuoso dos projectos, adiantou o responsável pelos negócios internacionais da Bascol, é um condomínio de "alto luxo", com uma área total de 46 mil metros quadrados, um investimento de 120 milhões de dólares, "Será claramente uma aposta na qualidade do produto, com condições de conforto – térmico, acústico", – ao nível de tudo o que estamos habituados a fazer em Portugal", disse o arquitecto de origem brasileira.

Além de apartamentos com uma área entre os 50 e os 215 metros quadrados, o condomínio incluirá zonas de escritório, de comércio e de lazer (piscina, ginásio, spa, creche, entre outros equipamentos). O preço, referiu, rondará os 5,000 dólares por metro quadrado, atirando assim o valor dos apartamentos para entre os 250 mil dólares e os 1,07 milhões.

A construção vai arrancar em Setembro, devendo estar concluída dentro de dois anos. "A ideia é transpor para lá o que fazemos em Portugal.

Queremos estar em Angola por algum tempo", afirmou Romanholo, que se manifestou interessado em explorar oportunidades de investimento nos arredores da capital.

No centro de Luanda, lamenta, é hoje cada vez mais difícil encontrar terrenos para construção a preços comportáveis para promotores de média dimensão, como é o caso da Bascol.

Para o bairro do Golf, entre a Talatona e "Nova Vida", onde recentemente foi inaugurado o Hospital da Divina Providência, está a ser projectado um empreendimento de habitação e comércio vocacionado

para a classe média, com vários equipamentos complementares, como ginásio e creche.

São 41 mil metros quadrados, com plano de pormenor aprovado e cujo pedido de licenciamento deverá dar entrada no início de 2009.

O investimento de 60 milhões de dólares deverá arrancar no próximo ano, prevendo-se um prazo de construção de dois anos. Já no final do próximo ano deverá estar operacional um "retail park" composto por nove armazéns, todos em condomínio fechado, na zona da Camama.

Destinado a pequenas indústrias e distribuidores, este projecto num formato novo para a Luanda deverá representar um investimento de nove milhões de dólares, referiu Romanholo.

Outros 16 milhões de euros deverão ser investidos num centro comercial a céu aberto na zona da Nova Vida, que inclui também edifícios de habitação, um projecto que aguarda licenciamento.

A promotora imobiliária continua à procura de terrenos na capital, principalmente para implantar escritórios, mas assume que conseguiu-os, actualmente, "é um problema", devido à elevada procura que elevou os preços a níveis nunca antes vistos.

6.11 Programa de fomento habitacional é intensificado em todo o país

Jornal de Angola 6-08-2008

O Governo angolano vai, a partir de 2009, intensificar um programa de distribuição e apoio à autoconstrução e reabilitação de habitações e infra-estruturas básicas, informou ontem, em Luanda, o ministro do Urbanismo e Ambiente, Diekumpuna Sita José.

Em conferência de imprensa sobre a "Constituição de reservas fundiárias para o fomento da habitação social de interesse social", o governante disse que o programa enquadra-se no âmbito do projecto integrado do Governo, visando a urbanização e regularização fundiária de áreas carentes, nas zonas rurais e urbanas, com o objectivo de melhorar o nível habitacional dos angolanos.

"Com a implementação deste projecto, o Governo pretende, até 2012, a criação de unidades habitacionais a custos controlados em operações de loteamento e obras destinadas às famílias de renda média e baixa, através de regime de acesso diversificado", frisou.

De acordo com ele, está em andamento o processo de asseguramento de condições legais, institucionais e financeiras necessárias para que todas as famílias tenham paulatinamente condições de alojamento.

Diekumpuna Sita José informou que o processo de

constituição sistemática de reservas fundiárias destinadas à promoção de habitação social para atender as necessidades das famílias de renda média e baixa teve início há um ano em todo o país e foram identificadas, até agora, 30 mil hectares de terras urbanizáveis.

O ministro defende que a oferta de moradia adequada para todos exige medidas não somente do Governo, mas também de todos os sectores da sociedade, com destaque para o privado.

Sobre as famílias que vivem em condições de alojamento devido às chuvas dos últimos dois anos, Diekumpuna Sita José esclareceu que a solução financeira já foi enquadrada e que actualmente está a ser feito o levantamento do número de famílias que se encontra nestas condições.

6.12 População clama por habitação dignas

Angolense 16-08-2008

Na sua maioria, os cidadãos ouvidos consideraram que conseguir uma casa é bastante difícil, pelo que clamam por políticas que facilitem a vida do cidadão no que concerne a habitação. Para muitos, o surgimento de projectos habitacionais, alguns dos quais erguidos com fundos do Estado, poderiam ajudar a mudar a situação.

"As casas que são construídas beneficiam determinados grupos sociais, o cidadão comum nunca é contemplado", reclamou Seródio Amónio.

Diante das dificuldades, muitos cidadãos optam pela via da construção anárquica. O problema é de tal forma grave que o Presidente da República, nas vestes de líder do partido no poder, durante a IIIª Conferência do MPLA, reconheceu que existem dificuldades no sector da habitação, tendo anunciado a construção de um milhão de casas.

Para pessoas como Seródio Amónio estas promessas servem para renovar velhas esperanças. Na sua visão, todo este quadro facilita a especulação, abrindo espaço para oportunistas que vendem terrenos do Estado a preço de ouro. "Cada um resolve o problema da habitação como pode, daí que surgem bairros sem condições de saneamento básico, água potável, energia eléctrica e outros", frisou Seródio.

Outro cidadão, Manuel Cosme, entende que o problema é bastante preocupante, particularmente para a juventude e recém-casados porque as casas são muito caras no nosso país. "Uma casa razoável não fica por menos de 200 mil dólares", reclamou.

Cosme entende que torna-se mais difícil devido ao desemprego e aos salários míseros que os trabalhadores auferem. "Um indivíduo que ganha 150 dólares onde é que vai tirar dinheiro para comprar uma casa por este?", interrogou-se.

Professor de profissão, Cosme reprova o método da destruição de casas, pois, se o Governo não fomenta a política de habitação dirigida, o cidadão não pode ser prejudicado por falta de organização das instituições afins. "O cidadão comum tem que fazer algo, porque quem deve fazer não faz", disse.

A ideia geral é que em Angola ter casa própria é sinónimo de orgulho, já que não é tarefa fácil. A dificuldade, segundo descreveu, começa na obtenção do terreno e sua legalização, na licença de construção e outras questões de ordem burocrática. "Adquirir terreno pela via legal é extremamente difícil, porque o processo é moroso. Hoje, mesmo a nível dos municípios é quase impossível comprar um terreno no valor de mil dólares, não existe", lamentou.

Para se inverter o quadro, Pedro defendeu maior intervenção do Estado na política de habitação, para que o cidadão não se sinta marginalizado por quem de direito. "O cidadão comum não tem facilidades nenhuma, antes pelo contrário, por causa da desorganização dos serviços de fiscalização e outros, as residências dos populares acabam por ser demolidas", acusou.

No fundo, segundo ele, os cidadãos que sem recursos constroem moradias ajudam a diminuir o défice no sector da habitação. "O Governo peca pelo facto de não fazer um acompanhamento das construções, em muitos dos casos, são os fiscais que alimentam a venda de terrenos e não são punidos", notou.

Lopes Simão é outro cidadão preocupado com a política habitacional no país. Ele e sua esposa, segundo contou, requereram um espaço ao Governo da Província de Luanda, mas sem sucesso.

A solução, de acordo com o seu relato, foi a aquisição de um terreno no município de Cacucaco onde procura neste momento realizar o sonho de ter uma casa. "Não tive outro remédio, comprei o espaço a uma camponesa, legalizei-o e neste momento estamos já na fase de construção", disse, esboçando um tímido sorriso.

Simão foi mais longe ao afirmar que a falta de habitação é um problema que está aos olhos de todos. "Não se deve esconder o sol com a peneira, porque está patente nos terraços dos edifícios de Luanda. Em grande parte deles, foram construídas casas", recordou.

Como que a responder as preocupações dos cidadãos em relação aos problemas de habitação, o ministro do Urbanismo e Ambiente, Diekumpuna Sita José, garantiu esta semana que o governo angolano vai intensificar, a partir de 2009, um programa de distribuição e apoio a autoconstrução e reabilitação de habitações e infra-estruturas básicas.

O responsável, que falava numa conferência de imprensa sobre a "Constituição de reservas fundiárias para o fomento da habitação social de interesse social",

disse que o programa enquadra-se no âmbito do projecto integrado do governo visando a urbanização e regularização fundiária de áreas carentes, nas zonas rurais e urbanas, com o objectivo de melhorar o nível habitacional dos angolanos.

"Com a implementação deste projecto, o governo pretende até 2012, a criação de unidades habitacionais a custos controladas em operações de loteamento e obras destinadas às famílias de renda média e baixa, através de regime de acesso diversificado", fez saber.

6.13 Coreia uma vida de indigência

Semanário Angolense 22-08-2008

Desprovidos de meios e com a ajuda de pessoas de bem, os refugiados puderam erguer barrancos de chapas de zinco a que chamam casas para se albergarem, independentemente das condições precárias de habitabilidade.

O tempo foi passando sem que houvesse a intervenção das autoridades municipais da Ingombota e os moradores decidiram atribuir ao bairro o nome de Coreia.

Esta decisão foi consensual na altura porque o mau-solú estava a ser erguido por técnicos coreanos, com base nos acordos com o governo de Angola. Daí o nome Coreia para o bairro onde se instalaram os refugiados, e para quem por lá passa hoje a imagem que encontra só reflecte miséria e até mesmo indigência.

SANEAMENTO BÁSICO

o bairro da Coreia dispensa o saneamento básico, pois que, localizado junto ao mar, as necessidades fisiológicas dos moradores são feitas a céu aberto, dada à ausência de latrinas, sendo a água do mar a portadora dos dejectos dos moradores em função das marés.

"Como vê, aqui não se pode viver, não há condições e mudar fica difícil", referiu o habitante António Caombo, de 50 anos, natural do Huambo e refugiado desde 1984.

Como ele, outros moradores abordados pelo Factual concordam que a vivência na Coreia é "terrível", por não haver salubridade nas suas casas de chapas erguidas anarquicamente, dados os poucos meios de que dispõem, e sendo pessoal que realiza serviços como carregadores em mercados e vendedores ambulantes, o que ganham serve somente para se alimentarem.

Para piorar a situação, muitas mulheres com filhos não podem pô-las a estudar "por falta de dinheiro" e de documentos, como cédulas de nascimento.

E o Factual pôde confirmar que crianças em idade escolar brincavam no lixo colocado junto à praia, com um cheiro nauseabundo e com moscas e outros insectos volteando pelos dejectos. E esses dejectos são arrastados para o litoral sempre que a maré desce,

chegando até ao ponto final, na ilha de Luanda, sujando a água e tornando impossível a natação dos que vão à praia.

ENERGIA ELÉCTRICA

As casas de chapas de zinco do bairro da Coreia não têm energia eléctrica por ser impossível a instalação de cabos, dado que as chapas de zinco são condutoras de corrente e em caso de curto-circuito o perigo afecta quase todos os moradores pela electrificação das chapas.

Por esse motivo, como reportaram moradores, ninguém pensou ainda em vir aqui ver a situação, "por isso estamos às escuras e usamos candeeiros e velas para iluminação".

Sobre a existência de urna comissão de moradores na Coreia, a resposta dos moradores foi unânime: "Esta estrutura não existe e onde iria funcionar, numa casa de chapas de zinco?"

Por isso, à noite, a escuridão do mar envolve o bairro da Coreia, esperando-se pela manhã para um novo despertar rotineiro.

ÁGUAPOTÁVEL

Para a recolha de água, os moradores da Coreia dirigem-se ao próximo bairro da Praia do Bispo, esburatado, ordenado e onde a água corre a jorros.

"É a única solução, senão como seria? indagaram raparigas que traziam bacias à cabeça para abastecerem os baldes para reservarem o precioso líquido.

"É cansativo buscar água, é um pouco longe onde vamos, mas tem de ser", lamentou a jovem Miquelina Etombe, de 16 anos, natural do Bié e a viver no bairro da Coreia desde 2001.

Também o serralheiro Tomás Cambimbe, 35 anos" desempregado e natural do Munhango, no Bié, concordou que a carência de água é uma situação complicada, "porque pedir sempre aos outros não é bom", sentenciou.

Para ele o importante era a EPAL vir com camiões cisterna e abastecer os "tanques" improvisados, para se evitarem caminhadas em busca de água potável.

Mas o Factual ouviu alguns trabalhadores que realizavam trabalhos na estrada, os quais adiantaram que assim que a via estiver pronta os moradores podem contar que a EPAL levará a água potável ao "sofrido" bairro da Coreia.

SAÚDE

Sendo um bairro precário e sem saneamento básico, a Coreia não tem condições para albergar nem que seja um posto médico ou outra instituição sanitária.

"Não há postos de saúde aqui, aliás não é possível,

dadas as nossas condições de vivência", referiu Domingos Leão, um ancião de 60 anos, vindo de Malange em 1999, sentado junto à porta da sua "casa" de chapas de zinco.

Domingos Leão opinou ao Factual que o seu bairro não tem razão de existir mais, pois algumas pessoas que melhoram de vida abandonam a Coreia, deixando aí familiares sem apoio, que adoecem e morrem por falta de assistência médica.

"É doloroso, ver gente a padecer e nada poder fazer", referiu o ancião, com lágrimas nos olhos, olhando para o horizonte com tristeza no rosto.

Para Domingos Leão, ele já gozou a vida em outro tempo, "mas os jovens precisam de sair, para crescerem com saúde, porque a Coreia já não promete nada, nem saúde", frisou.

DELINQUÊNCIA

Pela triste vivência dos moradores, falar de delinquência na Coreia é o mesmo que falar do abandono a que está votada a população do bairro, onde tudo parece calmo e sossegado.

O Factual ouviu moradores e todos concordaram que o crime na Coreia não tem razão de ser, não "há nada para roubar", disseram "Talvez mais lá acima, mas aqui na Coreia estamos em paz ", referiram, para acrescentarem que os moradores "são pessoas de poucas posses que nada têm a dar a quem precisa".

O Factual foi até à Praia do Bispo para ouvir alguns agentes da polícia em giro que corroboraram a opinião dos moradores da Coreia: "É verdade, a Coreia é calma, mas estamos também a controlar qualquer movimento suspeito" adiantaram os agentes policiais.

ARRUAMENTOS

Sendo um bairro de lata, as casas da Coreia formam um aglomerado, não havendo passagens para peões de um lado para outro, mas somente circundante. Porém, a vantagem é a nova estrada que passa pela Coreia, saindo da ilha de Luanda e indo até ao município da Samba.

Esta estrada em construção é larga, terá dois sentidos e será toda iluminada, como confirmou ao Factual o maquinista José Adão, que despejava alcatrão na via. "Daqui a mais algum tempo a estrada estará pronta e só vai ficar destoado pelo bairro da Coreia, uma sombra escura no meio de tanta luminosidade que virá da estrada nova", acrescentou José Adão.

Para os moradores, esta estrada é "uma bênção", pois assim o Governo pode retirar a população da Coreia, transferi-la para outras áreas e então destruir aquela "favela" onde a indigência faz morada desde a década de 80.

6.14 As habitações para jovens

Jornal de Angola 26-08-2008

O Governo de Angola tem intenção de construir anualmente duas mil casas sociais para jovens em todo o país, 9 que vai permitir resolver problemas de muitas famílias.

Segundo o vice-ministro da Juventude e Desportos, Gonçalves Muandumba, as casas destinam-se a beneficiar particularmente jovens recém-casados e recém-formados e desmobilizados de guerra, no quadro de um esforço orientado para que milhões de angolanos tenham casas próprias.

O problema habitacional tem merecido a atenção do Governo, que optou por um programa que prevê a implementação de 11 projectos habitacionais, financiados por fundos públicos, e que irão abranger, nos próximos quatro anos, mais de seis milhões de jovens.

Ter uma casa é um dos maiores sonhos de qualquer jovem, o que é compreensível, se se tiver em conta que uma residência constitui um bem de grande valor. Dar casas aos jovens constitui uma forma de fazer com que muitos angolanos possam viver condignamente.

Os jovens constituem a maioria da nossa população, e só resolvendo os seus problemas básicos é que eles se podem concentrar nas complexas tarefas ligadas à reconstrução do país, fazer uso das suas competências e habilidades onde for necessário.

Resolver os grandes problemas da juventude é criar condições para que os jovens possam potenciar as suas capacidades e ter uma participação activa na vida da sociedade.

Se os jovens constituem a maioria da população, eles não podem estar à margem do processo de reconstrução nacional, onde são indispensáveis. Tudo deve ser feito no sentido de serem satisfeitos os direitos económicos, sociais e culturais da juventude, que representa uma força motriz no processo produtivo.

E um dos direitos que deve ser efectivado é direito à habitação. Há um princípio constitucional, que consagra a criação de condições para a efectivação dos direitos económicos, sociais e culturais - da juventude, e o Estado tem, em obediência àquele preceito programático, trabalhado no sentido de dar aos jovens o que eles precisam, nomeadamente ao nível da formação profissional e do acesso ao primeiro emprego.

Ao criar condições para que os jovens tenham acesso a residências, o Estado está não só a proporcionar boa qualidade de vida para a juventude, como também a proteger a família, núcleo fundamental da organização da sociedade, que deve viver num ambiente que assegure o desenvolvimento harmonioso dos seus

membros.

Gonçalves Muandumba, vice-ministro da Juventude e Desportos, disse, a propósito dos projectos de construção de residências para a juventude, que "beneficiar os jovens de todo o país é o nosso grande desafio, para que, desta forma, possamos materializar a feliz afirmação do Presidente da República, segundo a qual é necessário fazermos de Angola um bom lugar para viver".

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Banco Mundial reforça ao sector de água

Jornal de Angola 5-08-2008

O Conselho de Administração de Directores Executivos do Banco Mundial aprovou, em Washington, um crédito de 57 milhões de dólares, da Associação Internacional para o Desenvolvimento (IDA), que servirá para a implantação do projecto de desenvolvimento institucional do sector de águas em Angola.

O projecto, cujo valor total é de 113,2 milhões de dólares, será implementado por um período de sete anos (2009 a 2015).

De acordo com uma nota de imprensa do Banco Mundial, actualmente, o sector de águas em Angola está a passar por um período de mudanças e investimentos avultados, o que representa tanto uma necessidade como uma oportunidade para o seu desenvolvimento.

A rede de hidrologia está a ser reabilitada e uma nova instituição foi proposta para apoiar a gestão da bacia do rio de forma orientada.

O estabelecimento de empresas públicas para gerir o abastecimento de água e o saneamento básico estão também em curso em várias cidades do país.

Neste âmbito, a aprovação do projecto de desenvolvimento institucional do sector de águas irá contribuir para os esforços do Governo angolano para melhorar o fornecimento de água para todos.

O objectivo principal deste projecto é de reforçar a capacidade institucional e a eficiência das agências do sector de águas, bem como melhorar o acesso e a fiabilidade da provisão dos serviços de água. O projecto foi designado para providenciar apoio crucial ao desenvolvimento ao sector por parte do Governo angolano.

O projecto tem quatro componentes considerados chave para a sustentabilidade dos investimentos financeiros efectuados pelos vários parceiros do Governo, incluindo os fundos do projecto multi-sectorial de emergência e reabilitação, também financiado pela IDA.

Outro componente é o desenvolvimento das instituições no sub-sector de abastecimento de água, gestão dos recursos hídricos, reabilitação dos sistemas de abastecimento de água e desenvolvimento da capacidade e gestão de mudanças.

Contempla, igualmente, a contribuição para o abastecimento de água a nove cidades, nomeadamente Malange, Kuito, Ndalatando, Uíje, Huambo, Luena, Menongue, Lubango e Mbanza Congo.

As políticas do Governo terão também assistência, durante a sua implementação, na utilização de custos do sector privado, bem como a recuperação de custos no fornecimento de água, o funcionamento e a reabilitação das redes de abastecimento existentes, que irão complementar os investimentos na sua produção e tratamento.

Segundo o gestor do projecto, Luís Tavares, este crédito irá não só melhorar o abastecimento de água à população, mas também contribuir para o abastecimento de água potável a 72 mil agregados.

7.2 Projecto “água para todos” chega a comuna do Balombo

Jornal de Angola 5-08-2008

O projecto "Água para todos", gizado pelo Governo Central, já se faz sentir nas comunas do município do Balombo, província de Benguela.

Em declarações ontem, à imprensa, os sobas das comunas de Maka Mombolo e do Chindumbu, Ferreira Mopelo e Nogueira Sandele, respectivamente, consideram a acção do Governo, pois que o referido projecto digna a resolver vários problemas da comunidade, com destaque para as doenças causadas pelo consumo de água imprópria, como diarreias agudas.

Para as autoridades tradicionais daquelas localidades, a acção do Governo demonstra o empenho do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na resolução dos problemas da população.

Os sobas adiantam que, desde o tempo colonial, as referidas comunas nunca tiveram água canalizada. As comunas de Maka Mombolo e Chindumbu contam com uma população estimada em 11 e 30 mil habitantes, respectivamente.

7.3 Habitantes da Kilunda já têm água potável

Jornal de Angola 14-08-2008

O bairro da Kilunda, com 3 600 habitantes, sito no município da Funda, tem desde ontem água potável, com a inauguração de uma subestação de tratamento, no âmbito do Programa do Governo Provincial de Luanda (GPL) de Melhoria do Saneamento Básico e Combate à Cólera.

O vice-governador da província, Bento dos Santos Frago Soito, disse no acto da inauguração que na primeira fase já tinham sido instaladas as centrais de captação e tratamento de água nos bairros do Bitá, da Barra do Kwanza e da Samba.

Bento Soito afirmou ainda que o programa visa

responder aos problemas da falta de água que afectam as populações afastadas do centro da cidade e "contribuir para a melhoria e aumento dos serviços sociais básicos".

O vice-governador sublinhou que "a população do bairro Kilunda já não precisa de ir ao rio buscar água para as diversas necessidades, pois hoje tem água tratada" e garantiu que "o GPL tem estado a construir fontanários no interior dos bairros e municípios da cidade de Luanda".

Bento Soito disse que no bairro da Kilunda foram instalados três chafarizes, mas a intenção do Governo é dar continuidade à montagem de chafarizes em todos os bairros.

Anunciou que "o programa de iluminação pública e de extensão da rede eléctrica também está previsto para esta localidade".

O vice-governador prometeu que o GPL, a Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL) e a Empresa Nacional de Electricidade (ENE) vão alargar o programa de iluminação pública e de extensão da rede eléctrica às localidades fronteiriças de Luanda.

"Vocês já estão a ver vários Postos de Transformação (PT) que têm sido inaugurados pela EDEL e pela ENE. Este bem público também vai chegar às populações dos arredores de Luanda", disse.

O administrador municipal de Cacucaco, Carlos Alberto Cavukuila, disse que a sua administração vai continuar a trabalhar no abastecimento de água potável no fornecimento de energia eléctrica, na reparação das vias de acesso, na terraplanagem das ruas secundárias e terciárias, na reparação das escolas e dos postos e centros de saúde.

De acordo com Carlos Cavukuila, "o programa permitiu acabar com os casos de cólera e melhorou o saneamento básico no bairro da Kilunda".

"Sabem que durante a epidemia de cólera, a localidade da Kilunda foi a mais afectada, mas o Governo de Angola empenhou-se e resolveu o problema e hoje as comunidades cantam de alegria", disse Carlos Cavukuila.

O administrador precisou que procedeu à oferta de "uma ambulância ao Centro de Saúde do Cacucaco e, para incentivar a classe médica, oferecemos duas viaturas a dois médicos".

Acrescentou que vão continuar a executar projectos desta natureza com os médicos e outras classes profissionais. A povoação de Kilunda está situada a Nordeste do município de Cacucaco.

7.4 Calussinga ganha sistema de abastecimento de água

Jornal de Angola 14-08-2008

A população da comuna de Calussinga, município do Andulo, 205 quilómetros a Norte do Kuito, província do Bié, conta, desde o último final de semana, com um sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável.

As obras do sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável foram executadas pela equipa da Direcção Provincial de Aguas, num período de um ano, e ficaram orçadas em nove milhões de kwanzas.

Na ocasião, a directora provincial da Energia e Aguas, Anabela Cai ovo Gunga, frisou que a construção da rede de distribuição de água enquadra-se no programa do Governo angolano que visa fornecer o "precioso líquido" à população.

Anabela Cai ovo Gunga assegurou que programas do género decorrem em várias localidades da província do Bié, com vista a oferecer às comunidades melhores condições de vida.

Helena Mbundo, administradora adjunta da comuna de Calussinga, louvou o esforço do governo da província do Bié, acrescentando que a construção da nova rede de aquisição de água potável vai reduzir algumas doenças provocadas por consumo de água imprópria.

7.5 Obras de fundo mudam rosto do Cazenga

A Capital 16-08-2008

A grande agitação de homens e máquinas, que se faz sentir ao longo das principais vias de acesso do município do Cazenga, é sintomático da intervenção de fundo que as estradas principais e terciárias ali localizadas têm vindo a registar, assim como a reabilitação das valas de drenagens, que é, afinal, o seu problema bicudo.

Mas, os trabalhos não ficam apenas pelas estradas e saneamentos básicos. Para os moradores do mais populoso município de Luanda, esta «cirurgia» é resumida também na construção de três escolas do ensino de base, o mesmo número de centros médicos, além de 150 chafarizes que estão em funcionamento dos 300 que o programa contempla, com referência ainda para as 20 cabinas eléctricas já construídas, em benefício dos munícipes.

Quando se pergunta saber o rosto desta empreitada, desta mudança radical que o município vem sofrendo, o administrador local, Victor Nataniel Narciso «Tany Narciso», não pestaneja ao apontar o «feito» «à capacidade empreendedora do MPLA», de que é, aliás, o primeiro secretário naquela circunscrição.

«O grande objectivo do nosso partido é melhorar as

condições de vida do povo angolano» é o que Tany Narciso responde a todos os que lhe colocam a mesma pergunta, como se estivesse a ajudar o partido de que é membro, uma asserção que o mesmo descarta por acreditar que a «nada tem a ver com as campanhas eleitorais, mas sim com o dever do MPLA em resolver o problema do povo».

«Senão o fizermos quem o vai fazer?», questiona o administrador municipal num tom de voz alta que chega até aos ouvidos de Chikinina Venâncio, de 29 anos, morador daquele município e coordenador da Associação dos Amigos do TalaHady, que se diz sentir bastante regozijado com os trabalhos que tem acompanhado.

«Apesar de estar a criar alguns embaraços ao município, essas obras serão bastante úteis. E mesmo antes de terminarem, já começamos a sentir os seus benefícios», dado que, nalgumas áreas, contamos com energia 24 por dia, fornecimento regular de água potável, o que para si é dignificante, na medida que vem resgatar a mística de um dos mais emblemáticos municípios da capital do país.

O presidente da Liga dos Amigos do Cazenga, Fernando Gaspar, tem fé que com as escolas e centros médicos que agora dão o ar da sua graça, haverá, de certeza, melhorias de vida dos «cazenguistas».

É o mesmo que pensa a anciã Ana Patrocínio, que a caminho dos seus 68 anos, não está alheia às mudanças substanciais do «seu» Cazenga. «Quando tudo terminar, vai ficar bonito como antigamente», realçou.

O município do Cazenga, com uma superfície de 38.6 Km², tem três comunas, conta com uma população estimada em 1 milhão e 200 mil habitantes, é até então o município mais populoso da província de Luanda e, quiçá, do país inteiro, mas, o que é contraditório, é também, em termos de condições sociais, o mais precário.

Em tempos não muito distantes, como consequências das chuvas, aquele município já esteve quase a ser declarado como isolado do resto de Luanda, devido ao estado lastimável com que fica quando São Pedro decide abrir as torneiras, mas, ao que tudo indica, este período de grande sofrimento começa a ficar para trás, para a felicidade daqueles que se mantiveram de pedra e cal naquela zona.

7.6 Passeata sensibiliza municípios a depositarem lixo em locais indicados

Jornal de Angola 24-08-2008

Uma passeata denominada "Stop lixo" foi recentemente realizado em várias artérias do município do Cazenga, em Luanda, para sensibilizar a população a colocar o lixo nos locais indicados e na hora certa.

A campanha de sensibilização, realizada sob o lema "Coloque o lixo no local indicado, Cazenga limpa e organizada" é uma iniciativa da Miss Cazenga em parceria com a Administração municipal.

Durante a passeata foram distribuídos panfletos que visam educar a população no sentido de colocar o lixo nos locais indicados e manter a municipalidade limpa, combatendo desta forma várias doenças.

A Miss Cazenga, Manuela Francisco, disse à ANGOP que a passeata serviu para despertar a população sobre a importância de manter o município limpo, bem como despertar os sobre o mal que este provoca à sociedade.

Apelou à população para colaborar com as empresas de limpeza, depositando o lixo nos locais indicados, de forma a se evitarem amontoados de lixo e manter o município limpo.

Participaram da passeata o administrador municipal, Tani Narciso, "membros do comité municipal do MPLA, responsáveis das secções locais e membros das comissões de moradores.

7.7 GPL

Agora 26-08-2008

Muito já se falou sobre o problema do lixo em Luanda. A cidade capital hoje é, por si mesma, uma urbe suja.

A propaganda que as autoridades vêm lançando no sentido de inverter o quadro, ainda está longe de resolver a situação.

Tudo indica que em vez da velha conversa fiada, o melhor seria passar à prática, com acções que viessem a melhorar o ambiente urbano.

Depois da estatal Elisal, entraram no negócio de recolha do lixo várias empresas privadas que, pagas com dinheiro público, têm feito o possível para remover das ruas a maior quantidade de resíduos.

Uma boa fatia do bolo do OGE tem sido encaminhada para os operadores de lixo, mas a que tudo indica, este esforço não tem sido bem sucedido, na medida em que as imundices continuam a ser uma realidade que piora quando chove a dia-a-dia dos habitantes de Luanda acaba por ser uma amálgama de incertezas quanto à higiene. Que pena!

7.8 As populações do mundo rural têm acesso à água potável até 2012

Jornal de Angola 28-08-2008

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inaugurou ontem em Cabiri, província do Bengo, a primeira estação de captação e tratamento do

"Programa Água para Todos". O objectivo é aumentar, nos próximos quatro anos, a oferta de água tratada aos municípios, comunas e áreas rurais e atingir níveis de cobertura até pelo menos 80 por cento da população rural.

Actualmente, segundo estatísticas do Ministério da Energia e Águas, cerca de 22 por cento da população rural tem acesso à água potável.

As províncias de Benguela, Uíje e Cabinda são as próximas a receber as estações de tratamento do "Programa Água para Todos" ainda em fase piloto. Na província do Bengo, o projecto vai beneficiar cerca de 12 mil habitantes.

O país vive ainda uma situação de carência de instalações e de serviços adequados no domínio do abastecimento de água, de acordo com dados do Ministério da Energia e Águas. Este facto tem provocado altos índices de mortalidade infantil, por causa da má qualidade da água consumida no meio rural.

O Chefe de Estado angolano manifestou, ontem, a sua satisfação com o "Programa Água para Todos", mas lamentou o facto de, ainda em fase inicial, não ter sido executado com a rapidez necessária pelas instituições intervenientes na sua condução. Este facto, de acordo com o Presidente da República, atrasou o lançamento do programa.

Os primeiros obstáculos do "Programa Água para Todos", segundo o Presidente da República, já foram vencidos; por isso pediu celeridade às instituições envolvidas no projecto de construção de estações de captação e tratamento de água por todo o território nacional.

O Presidente José Eduardo dos Santos garantiu que no próximo ano, o "Programa Água para Todos" vai atingir a velocidade cruzeiro. "Este é um programa de importância estratégica para o Governo, porque a saúde da população é elemento essencial para o desenvolvimento nacional. Não pode haver força de trabalho, se as pessoas não forem saudáveis, e a água é o elemento chave para a saúde e a promoção do desenvolvimento", disse.

. As áreas rurais, de acordo com da40s do Ministério da Energia e Águas, são as que apresentam uma maior ausência de condições básicas para assegurar o abastecimento adequado de água potável à população, o que fundamentou a concepção do programa.

O ministro da Energia e Águas, Botelho de Vasconcelos, afirmou ontem em Cabiri que o "Programa Água para Todos" é um instrumento importante de melhoria das condições de vida de milhares de angolanos que vivem em pequenas localidades de áreas remotas do país.

É preciso aumentar a produção agrícola

As autoridades tradicionais, associações de camponeses e o Governo Provincial do Bengo receberam ontem do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, orientações para aumentar a produção agrícola. Na sua segunda deslocação a Cabiri (Bengo), cerca de 20 anos depois, o Presidente da República reconheceu que a localidade é uma área com vocação para a agricultura e pecuária e pode caminhar mais tarde para transformação de produtos de origem agrícola.

O Presidente José Eduardo dos Santos lembrou que, quando esteve em Cabiri na década de 80 para o lançamento de um projecto agrícola, a localidade tinha índices espantosos de produção de milho, mandioca, feijão, hortícolas e batata que podem ser recuperados.

Ontem, o Chefe de Estado entregou tractores e alfaias agrícolas às autoridades tradicionais e associações de camponeses do Bengo, à margem da cerimónia de inauguração da primeira estação de tratamento⁹ de água potável do "Programa Água para Todos". José Eduardo dos Santos quer com estes meios maior incentivo à produção agrícola local, o mesmo desejo manifestado nas províncias da Lunda-Sul e Huambo, onde esteve recentemente.

No encontro com as autoridades tradicionais do Bengo, o Presidente da República ouviu estas entidades pedirem a construção de habitações sociais nas suas localidades e meios de transporte. A carência de meios de transporte pode ser resolvida depressa, enquanto as habitações devem ser construídas num espaço de um ano, através de um programa gizado localmente.

Ontem, o Presidente José Eduardo dos Santos entregou à população de Cabiri um fontanário. Uma série de infra-estruturas foram entregues à população do Bengo, no quadro da visita do Presidente da República à província, que dista cerca de 60 quilómetros de Luanda. Entre as infra-estruturas constam escolas e centros de saúde.

7.9 Água potável chega a Lumbala Nguimbo

Jornal de Angola 31-08-2008

A população do Lumbala Nguimbo, município dos Bundas província do Moxico, conta a partir de ontem com um sistema de captação tratamento e distribuição de água potável, depois de 34 anos de interregno devido ao conflito armado que assolou o país e a região em particular.

A empreitada a cargo da Empresa de construção civil BAREIA, consistiu na montagem de um novo sistema de distribuição de água através de colocação de novas tubagens o que permitiu que o precioso líquido voltasse a jorrar nas torneiras, segundo o responsável

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Administrador apela à denúncia da posse ilegal de armas de fogo

Jornal de Angola 16-08-2008

O administrador municipal do Sambizanga, José Tavares, pediu aos munícipes a procederem a entrega voluntária de armas, assim como denunciar aqueles que ainda as possuem em casa.

José Tavares fez estas considerações, ontem, no auditório da Associação dos Naturais e Amigos do Sambizanga, "Akwá Sambila" durante a cerimónia de abertura do seminário sobre desarmamento da população em posse ilegal de armas de fogo.

O administrador do Sambizanga considerou que uma arma de fogo em mãos erradas constitui desestabilização social. O desarmamento, prosseguiu, significa segurança, estabilidade, cidadania e respeito pelas instituições.

O desarmamento da população, referiu, é importante nesta fase de campanha eleitoral, para garantir a estabilidade, tranquilidade, segurança e ordem pública do país, e do município em particular.

José Tavares esclareceu que a família, a escola, as igrejas e outras instituições de socialização têm de ser os locais para a transmissão de mensagens sobre o desarmamento.

O seminário foi animado por quatro palestras, nomeadamente "Desarmamento da população civil é uma questão de segurança pública", "Estratégia da campanha de sensibilização sobre o desarmamento", "Legislação angolana sobre a posse e uso de armas de defesa, de caça e de recreio", e o "Impacto do uso indevido de armas no desarmamento humano".

A palestra foi dissertada por quatro prelectores, nomeadamente, Francisco Ribas, comandante da Divisão de Polícia do Sambizanga, Eduardo Diogo, segundo comandante da mesma Divisão, Andrewyong Inoculo, chefe do Departamento de Planeamento Operacional do Comando Provincial de Luanda, e Cândida Santos chefe da Repartição da Área Social do Sambizanga. Participam do seminário membros das comissões de moradores e público em geral.

8.2 Paz sobre o choro das crianças

Jornal de Angola 23-08-2008

A paz veio para ficar e paira sobre a espuma dos dias, inunda os nossos sentimentos, abriu as portas à tolerância, deu sentido às palavras submersas no ódio. Como escreveu o Poeta, em Angola há paz sobre o choro das crianças. Até sobre o choro das crianças. Escrito assim, até parece que um dia fomos à loja e compramos a paz, embrulhada num qualquer acordo, num entendimento de papel passado e assinado a golpes de tolerância, ainda que das mãos de alguns assinantes escorresse sangue de vítimas inocentes. Mas esta paz que nos permite olhar em frente e acreditar, pôr os olhos no horizonte e ver que há esperança no nascer do Sol, custou rios de sofrimento.

Li um texto assinado pelo padre Congo, dirigido aos eleitores de Cabinda, e percebi que a paz ainda não desalojou o ódio da mente de protagonistas arvorados em salvadores do povo, mas que nada fizeram por ele e se limitaram a colher benefícios na hora da vitória. Foi sempre assim. Os pensadores da Revolução Francesa morreram às mãos dos que ficaram sentados em cima do muro, a ver sobre que pescoço se abatia a guilhotina. O meu compadre David Moisés Ndozi, dizia entre gargalhadas cristalinas: - revolução que não comeu os seus filhos, pode-me varrer com a primeira chapada!

O padre Congo, usando da sua liberdade de expressão, do sagrado direito à palavra, disse aos angolanos da província de Cabinda que podem votar em todos os partidos, menos no MPLA. Se alguém tinha dúvidas quanto à importância da liberdade de expressão, tem aqui uma boa oportunidade para confiar na sua bondade. Agora sabemos que o padre Congo, servo de interesses petrolíferos e sacerdote de uma causa que tem como base a ambição desmedida e a ignomínia mais abjecta, vota em todos menos nos que levaram paz, mesmo ao choro das crianças.

Sei do que falo, porque quando o padre Congo se remetia ao silêncio do seminário maior ou da sacristia, eu trabalhava em Cabinda pela liberdade do povo. Na hora da liberdade, a FLEC, numa reunião em Lândana, nomeou o brigadeiro Themudo Barata seu presidente de honra. Barata era governador do então distrito de Cabinda e nazi confesso e convicto. Os restos do regime fascista português apostavam na separação de Cabinda, para inviabilizar a libertação de Angola. A História diz-nos que o MPLA acabou com a aventura separatista, nas barbas da tropa portuguesa. O general Foguetão está aí para contar como foi preso o brigadeiro Barata e recambiado a ferros para Luanda e da capital para Portugal.

Quando mercenários e batalhões zairenses invadiram Cabinda pelas planícies do Ntó, foi o MPLA que fez frente aos invasores. O padre Congo, nessa altura, nem foi consolar os feridos ou dar sepultura aos mortos. Hoje usa a liberdade de expressão para fazer uma incursão pela política e manifestar-se abertamente contra a liberdade e contra os libertadores. Os sacerdotes na política têm dado maus resultados. O cardeal Richelieu acabou com o Sol ao rei de França. O cardeal D. Henrique hipotecou a independência de Portugal aos espanhóis. O padre Aristides acabou com o Haiti. O padre Congo quer acabar com a paz que hoje até se derrama sobre o choro das crianças.

Um padre que semeia ventos contra a liberdade, pode no imediato conquistar alguns destroços que lhe apaziguem a ambição desmedida. Mas devia saber que além de uns restos que caem dos interesses do petróleo, mais dia, menos dia vai colher tempestades. Pode ser que a primeira, seja já em 5 de Setembro. Oxalá!

8.3 Ministro apela aos partidos e igrejas para mobilizarem cidadãos

Jornal de Angola 25-08-2008

O ministro do Interior, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", apelou aos partidos políticos e às instituições religiosas para convencerem os cidadãos sobre a necessidade de entregarem voluntariamente as suas armas, tendo referido que a tarefa da mobilização é da responsabilidade de todos, "Governo, forças da ordem e da sociedade angolana".

Roberto Leal Monteiro "Ngongo" disse que, tendo em atenção o pleito eleitoral que se avizinha, "é preciso desenvolver uma cultura de paz, por isso, apelamos aos partidos políticos, igrejas e outras instituições da sociedade civil, a tudo fazerem para que a entrega de armas em posse ilegal dos cidadãos seja um ganho para todos os angolanos".

Roberto Leal Monteiro "Ngongo" referiu que muitos crimes que ocorrem no país são cometidos com recurso a armas de fogo.

De acordo com o ministro do Interior, por se tratar de um meio causador de instabilidade e de insegurança, "há toda a necessidade de se intensificarem cada vez mais as acções de sensibilização e mobilização dos cidadãos, para a entrega massiva das armas".

8.4 Recomendada revalidação de acordos sobre repatriamento de angolanos

Jornal de Angola 25-08-2008

A reunião tripartida entre os Governos de Angola, da República Democrática do Congo e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), que decorreu na cidade de Cabinda, recomendou a revalidação dos acordos, com emendas, para o repatriamento dos angolanos na RDC.

No encontro, em que foi analisada a situação dos refugiados angolanos no país vizinho, concluiu-se para a necessidade do repatriamento dos refugiados angolanos naquele país, priorizando os originários da província de Cabinda e os vulneráveis.

Concluíram ainda que o repatriamento deve ser antecedido de campanhas de sensibilização, com a participação das três partes (Angola, RDC e ACNUR).

No encerramento da reunião tripartida, a vice-ministra da Assistência e Reinserção Social (Minars), Maria da Luz Magalhães, considerou que a assinatura do Memorando de Entendimento para a paz e reconciliação na província de Cabinda deu lugar à criação de um ambiente favorável para o regresso

voluntário dos cidadãos oriundos daquela província.

Maria da Luz Magalhães disse ainda existirem, actualmente, de 1.457 cidadãos angolanos asilados na RDC, provenientes da província de Cabinda, que pretendem regressar voluntariamente ao país.

O processo para o efeito requer a realização de campanhas de sensibilização de equipas mistas de Angola, RDC e ACNUR junto das comunidades para que estes possam aderir ao processo.

O chefe da delegação da RDC, Rigobert Moupondo Mafundi, agradeceu e felicitou a paciência e disponibilidade dos angolanos, tendo acrescentado que isto traduz a vontade do Governo de Angola e do seu povo de reunir todos os filhos, com vista aos desafios do desenvolvimento, da paz e reconciliação. O representante da ACNUR, SalifKagni, reconheceu que durante o encontro houve uma vontade comum, abertura e coesão para chegarem aos resultados.

A próxima reunião tripartida terá lugar na segunda quinzena de Outubro deste ano, na província do Baixo Congo, em data a indicar.